PROBLEMAS GLOBAIS
DAS MULHERES

MULHERES no MUNDO de HOJE

Beijing Declaration and Platform for Action

FOURTH WORLD CONFERENCE ON WOMEN

"If there is one message that echoes forth from this conference, let it be that human rights are women's rights and women's rights are human rights once and for all. Let us not forget that among those rights are the right to speak freely — and the right to be heard."

— **Hillary Rodham Clinton**, September 1995 at the United Nations' Fourth World Conference on Women in Beijing

This book is based on the 12 critical areas of concern identified at the Beijing Conference:

1. The persistent and increasing burden of poverty on women
2. Inequalities and inadequacies in and unequal access to education and training
3. Inequalities and inadequacies in and unequal access to health care and related services
4. Violence against women
5. The effects of armed or other kinds of conflict on women, including those living under foreign occupation
6. Inequality in economic structures and policies, in all forms of productive activities and in access to resources
7. Inequality between men and women in the sharing of power and decision-making at all levels
8. Insufficient mechanisms at all levels to promote the advancement of women
9. Lack of respect for and inadequate promotion and protection of the human rights of women
10. Stereotyping of women and inequality in women's access to and participation in all communication systems, especially in the media
11. Gender inequalities in the management of natural resources and in the safeguarding of the environment
12. Persistent discrimination against and violation of the rights of the girl child

---

Source: Beijing Declaration and Platform for Action, Fourth Conference on Women, 15 September, 1995
http://www.unesco.org/education/information/nfsunesco/pdf/BEIJIN_E.PDF

PROBLEMAS GLOBAIS DAS MULHERES

MULHERES no MUNDO de HOJE

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA
BUREAU DE PROGRAMAS DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS

PUBLICADO EM 2012

PROBLEMAS GLOBAIS DAS MULHERES

MULHERES no MUNDO de HOJE

Índice

PREFÁCIO

Em setembro de 1995, juntei-me aos representantes de 189 países para a Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em Pequim. Esse evento ainda se destaca como uma das maiores honras e um dos ápices da minha vida.

Essa reunião histórica de 1995 reuniu pessoas de todas as origens e crenças para manifestar apoio aos direitos das mulheres e colocar seus problemas na linha de frente da agenda global. Juntos, elaboramos um Plano de Ação para melhorar a condição de mulheres e meninas do mundo todo.

Nos anos seguintes a Pequim, defensores, ativistas e governos do mundo todo usaram esse plano para promover oportunidades e progresso para as mulheres. A boa notícia é que realizamos muitas coisas. Mais meninas estão matriculadas em escolas, mais mulheres ocupam cargos políticos e há mais leis para proteger populações vulneráveis.

Infelizmente, ainda temos um longo caminho pela frente. Às vezes pelos costumes, às vezes pela lei, milhões de mulheres no mundo todo têm seus direitos negados. Elas são excluídas da vida pública em suas sociedades, sujeitadas à violência ou impedidas de receber educação, conseguir um emprego ou dirigir um carro.

Isso é moralmente errado. Ofende nosso senso básico de justiça e igualdade. Mas é inaceitável também por outra razão: porque impede os países de ter progresso real na criação de empregos, de gerar crescimento econômico e dar ao seu povo a oportunidade de criar um futuro melhor. Nenhum país pode avançar quando metade de sua população é deixada para trás.

Mas quando as mulheres são capacitadas para exercer seus direitos humanos e recebem oportunidades iguais, coisas excepcionais acontecem. Os benefícios não param em uma única mulher. Eles se estendem para comunidades e países inteiros. Simplesmente ajudar meninas a ficar mais tempo na escola, por exemplo, tem um impacto poderoso. As taxas de natalidade diminuem. O mesmo acontece com o número de crianças mortas. Infecções por HIV, violência doméstica e mutilação genital feminina declinam. E, nas nações divididas por conflitos violentos, as chances de paz duradoura aumentam quando as mulheres participam da solução. As mulheres exercem um papel importante como defensoras da manutenção da paz, como aconteceu na Irlanda do Norte e na Libéria. Em resumo, mulheres do mundo todo sustentam famílias, constroem comunidades e costuram o tecido social juntas.

No Departamento de Estado, acreditamos que elevar o status das mulheres e meninas em suas sociedades não é somente a coisa certa a se fazer, como também a coisa inteligente a se fazer. Mulheres e meninas frequentemente são o maior

A secretária de Estado dos EUA Hillary Rodham Clinton reúne líder birmanesa pró-democracia Aung San Suu Kyi em Rangum, na Birmânia, em 2011. Aung San Suu Kyi , agraciada com o Prémio Nobel da Paz (1991), passou quase 20 anos em prisão domiciliar. Libertada em 2010, ela se envolveu em reformas com a junta militar. Ela e membros de sua Liga Nacional para a Democracia conquistaram cadeiras parlamentares nas eleições extraordinárias de 2012

recurso não utilizado de uma comunidade, o que torna o investimento nelas uma maneira poderosa e eficaz de promover o desenvolvimento internacional e nossa agenda diplomática.

Estamos trabalhando para lidar com os problemas que impedem o avanço das mulheres e para colocar ferramentas fundamentais em suas mãos. Por exemplo, um telefone celular pode transformar a vida de uma mulher ao lhe dar uma maneira de depositar suas economias ou receber pagamentos com segurança por meio do banco móvel, ou ao ajudá-la a entrar em contato com mercados fora de sua vila. Porém, muitas mulheres ainda não têm acesso a telefone celular e aos benefícios que eles oferecem. Por essa razão, lançamos a parceria mWomen para reduzir a desigualdade de gênero na tecnologia móvel. E a Aliança Global para Fogões com Energia Limpa está proporcionando um padrão de fogões seguros, eficientes e não poluentes. Esses fogões com energia limpa melhorarão a saúde das mulheres e de suas famílias, a qualidade do ar que respiram, bem como suas condições econômicas.

Toda vez que viajo, conheço mulheres extraordinárias que são agentes de mudanças em suas comunidades, frequentemente às custas de superar enormes obstáculos. Mulheres como Nasim Baji do Paquistão, que precisou somente de um microempréstimo de 10 dólares para fundar uma pequena fábrica de bijuterias, que hoje emprega 30 mulheres em sua comunidade. Ou mulheres como Sina Vann, cambojana que escapou da escravidão sexual e começou a lutar pela libertação de milhares de meninas, algumas com apenas quatro anos de idade, que são mantidas em cativeiro e vendidas contra sua vontade. Visitei o centro de resgate que Sina dirige em 2010 e fiquei muito tocada com a coragem e resiliência que vi naquelas crianças.

Este livro conta as histórias de Nasim e Sina, além de outras mulheres líderes, inovadoras, empreendedoras, educadoras e políticas que estão à frente de mudanças em suas comunidades.

Mulheres no Mundo de Hoje mostra o quanto avançamos desde 1995. Cada capítulo reflete um dos 12 pontos do plano de ação que desenvolvemos em Pequim. Também explora o que precisamos fazer agora para que todos os países possam se beneficiar da sabedoria, compaixão e energia que as mulheres proporcionam a cada aspecto da sociedade.

Espero que as histórias lidas aqui inspirem você a tomar atitudes em sua comunidade e que nos ajudem a ficar mais próximos desse objetivo. Pode ser algo tão simples quanto compartilhar as histórias das mulheres deste livro e da sua própria vida com outras pessoas. Você pode ser voluntário em uma organização em prol das mulheres em sua cidade ou iniciar seu próprio projeto. Acima de tudo, você pode garantir que as meninas que fazem parte de sua vida cresçam se sentindo seguras, valorizadas e poderosas.

Em Pequim, vislumbramos um mundo no qual as mulheres e os homens tenham acesso igual às oportunidades — um mundo no qual a voz da mulher possa ser reconhecida e respeitada. Ainda estamos perseguindo essa visão, com mais energia e entusiasmo do que nunca. Juntos, podemos alcançar um futuro no qual os direitos das mulheres sejam reconhecidos de maneira inquestionável, inabalável e permanente, como direitos humanos plenos e iguais.

Hillary Rodham Clinton
Secretária de Estado

Hillary Rodham Clinton tomou posse como 67ª secretária de Estado dos Estados Unidos no dia 21 de janeiro de 2009. A secretária Hillary ingressou no Departamento de Estado depois de aproximadamente quatro décadas no serviço público como defensora, advogada, primeira-dama e senadora.

Soluções para os desafios globais requerem participação das mulheres

Entrevista com a embaixadora Melanne Verveer

Em abril de 2009, Melanne Verveer foi nomeada embaixadora-geral para Questões Globais da Mulher pelo presidente Obama para promover a capacitação das mulheres na política estrangeira dos EUA. Ela fala sobre sua paixão por alcançar a capacitação política, econômica e social das mulheres nesta entrevista.

P: Você é a primeira embaixadora-geral para Questões Globais da Mulher. Por que é tão importante lidar com essas questões agora?
Melanne Verveer: Hoje há um reconhecimento de que não podemos resolver nossas questões globais, sejam relacionadas ao meio ambiente, governança, política econômica ou segurança, sem que haja plena participação das mulheres. Temos que levar as "questões das mulheres" das margens ao centro da atenção e reconhecer que essas questões não tratam somente do papel da mulher, mas do tipo de mundo que queremos criar. À medida em que as mulheres participem, tenham sucesso e ajudem a fazer a diferença, todos serão beneficiados: homens e mulheres, meninos e meninas.

P: Por que a participação das mulheres é tão importante para o bem-estar de todas as sociedades?
MV: Há um calhamaço de dados que correlacionam os investimentos nas mulheres com a redução da pobreza — e até mesmo com a diminuição da corrupção — que acho que devemos levar muito a sério. Da mesma forma, há estudos sobre as consequências da desigualdade entre gêneros. Por exemplo, o Fórum Econômico

Melanne Verveer é a primeira embaixadora-geral do Escritório para Questões Globais da Mulher do Departamento de Estado dos EUA

Mundial publica um relatório anual chamado *Relatório sobre Desigualdade de Gênero [Gender Gap Report].* Ele mede o progresso de homens e mulheres em termos de participação econômica e oportunidades, formação educacional, participação política, saúde e sobrevivência. Nos países em que homens e mulheres alcançaram quase o mesmo grau de progresso em todas essas áreas, vive-se

melhor. Onde a desigualdade é maior, a história é outra. Isso tem se repetido estudo após estudo. Temos de prestar atenção a esses dados concretos, e o que esses dados nos dizem é que a coisa certa a fazer é investir nas mulheres e proporcionar a elas oportunidades para participar plenamente em suas sociedades.

P: Em 1995, foi realizada a marcante Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres em Pequim. O que se conquistou? A conferência ainda é relevante?

MV: Ela reuniu 189 países para efetivamente observar o progresso das mulheres e especificamente adotar uma Plataforma de Ação. Essa Plataforma de Ação focava em diversas áreas fundamentais, incluindo o acesso das mulheres à educação, assistência médica, participação econômica e política; a possibilidade de as mulheres viverem livres da violência; de terem direitos legais; a situação das meninas; o papel da mulher nas sociedades em conflito e seu papel na manutenção da paz e da segurança. Foi um plano importante e ambicioso que os Estados Unidos e outros 188 países assinaram, comprometendo-se a voltar para seus países e mapear o progresso em relação às mulheres e meninas. Isso foi significativo na época, e continua sendo extremamente significativo hoje. Quinze anos depois, a Plataforma de Ação ainda é o plano utilizado por muitos países, ONGs e outras instituições para medir o avanço das mulheres. Muito progresso foi alcançado, mas ainda há muitos desafios. Leis foram aprovadas. Nem sempre elas foram implementadas, mas muitas coisas mudaram para melhor.

P: Em que áreas houve o maior avanço, e em que áreas o mundo ainda tem muito trabalho a fazer?

MV: A educação das meninas encontra-se muito melhor se comparada à época em que a Plataforma de Pequim foi adotada, mas não chegamos aonde deveríamos estar. Embora cada vez mais meninas estejam na escola primária, ainda estamos aquém da meta no que se refere ao acesso ao ensino secundário. Investir em uma menina determina como será seu futuro — e possivelmente o futuro de sua família – suas possibilidades econômicas, saúde e a educação de seus filhos. Mais mulheres estão sendo eleitas para cargos políticos, mas os números ainda estão abaixo do que deveriam estar, considerando que as mulheres são metade da população mundial e é importante contar com suas experiências e talentos na elaboração de políticas.

No que se refere à economia, as mulheres estão participando de modos mais significativos. O microcrédito, por exemplo, teve um impacto transformador, melhorando a vida dos mais pobres entre os pobres e criando meios para pessoas conseguirem sustentar a si próprias e a suas famílias. Foram aprovadas leis que tratam da violência contra as mulheres, reforma das leis de família e outros assuntos espinhosos. Agora essas leis devem ser mais bem implementadas e cumpridas. Com certeza, há evidências de progresso. Os governos, a sociedade civil e aqueles que traçaram esse caminho em direção a um futuro melhor podem se orgulhar disso, mas temos de continuar nesse caminho para alcançar nossas metas..

P: Quais são as questões globais da mulher mais importantes que estão surgindo?

MV: Ainda temos uma pauta a cumprir. Temos de ser mais criativos. Um dos desafios é acrescentar novas ferramentas ao trabalho, ferramentas que sejam melhores no aprimoramento do progresso econômico. O microcrédito é uma das melhores ferramentas financeiras, mas precisamos de uma inclusão financeira mais ampla: poupanças e outras maneiras por meio das quais os pobres possam se proteger contra desastres de qualquer tipo. As ferramentas financeiras podem oferecer soluções criativas, da mesma forma que a tecnologia o faz. Pessoalmente, acho que a tecnologia móvel pode ser tão transformadora quanto o microcrédito. Os telefones celulares estão mais acessíveis aos pobres. Estão sendo desenvolvidos aplicativos para celular para ajudar a melhorar a assistência médica. O

Melanne Verveer com a presidente e CEO da PepsiCo Indra Nooyi

telefone celular está sendo usado para transações bancárias, alfabetização, proteção das mulheres contra a violência e criação de oportunidades econômicas.

A Agenda de Pequim tinha e tem um componente ambiental, mas não foram especificadas mudanças climáticas. Isso é algo que passamos a entender melhor desde 1995. Nesse ponto, vemos novamente o papel que as mulheres têm de exercer, especificamente em regiões afetadas mais seriamente pelas mudanças climáticas e vulneráveis a desastres naturais como secas ou enchentes. Precisamos envolver as mulheres como agentes de adaptação e mitigação.

Um importante exemplo trata de fogões. O carbono negro emitido por fogões à lenha poluentes, usados por milhões de pobres para cozinhar, é prejudicial à saúde de milhões de pessoas. A Aliança Global para Fogões com Energia Limpa está criando um mercado para fogões com baixos níveis de emissão, para ajudar a reduzir os impactos nocivos do carbono negro à saúde e ao meio ambiente. Essa é uma questão de capacitação econômica, porque vender e manter fogões é um novo setor ecológico, principalmente para as mulheres. Cozinhar não é o que mais colabora para as mudanças climáticas, mas os fogões de baixas emissões podem ajudar a lidar com um aspecto do problema.

P: Qual deve ser o papel do homem para assegurar a capacitação e o avanço das mulheres no mundo todo?

MV: Os homens têm um papel central e fundamental para exercer. O progresso das mulheres nunca aconteceu somente em decorrência dos esforços delas. Não podemos resolver alguns dos desafios mais sérios que elas enfrentam — a desigualdade das mulheres no mundo, o flagelo da violência contra elas — se os homens não estiverem envolvidos nas soluções. O modo como os meninos são educados, a imagem de como um homem deve ser e como isso é apresentado são oportunidades para o desenvolvimento de bons hábitos na próxima geração. Conhecemos o papel fundamental que os líderes religiosos, homens em sua maioria, podem exercer. Precisamos de vontade política e de líderes esclarecidos nos níveis mais altos dos governos, instituições multilaterais e empresas, que participem plenamente dos esforços de capacitação das mulheres.

P: Os Estados Unidos não têm um histórico perfeito quanto às questões relacionadas às mulheres. O Congresso tem um percentual de mulheres eleitas menor do que alguns parlamentos de outros países e não ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw) da ONU. A violência doméstica e o tráfico humano são problemas nos Estados Unidos. Os Estados Unidos têm condições para liderar o mundo na capacitação das mulheres?

MV: Temos muito trabalho a fazer em nosso país, da mesma forma que todos os outros países. Em nenhum país do mundo há igualdade entre homens e mulheres. Mas acredito que o fato de lidarmos com muitos de nossos problemas ou de estarmos trabalhando para lidar com eles certamente repercute internacionalmente. Criamos uma legislação para combater a violência contra a mulher, que foi adotada inicialmente nos anos 1990. Nossa legislação sobre tráfico não foi aprovada até 2000, mas trabalhamos nela e se tornou um modelo para o mundo. Pode ser útil para outros países entenderem o caminho que tomamos para lidar com os desafios, como criamos coalizões e por que fizemos da prevenção, combate e proteção a base da legislação sobre a violência contra a mulher e o tráfico (Lei sobre vítimas de tráfico e proteção contra a violência, de 2000).

Frequentemente falo sobre as mulheres que, em 1848, viajaram para Seneca Falls, Nova York, para participar da primeira convenção sobre direitos iguais. E com frequência penso no diário de uma jovem que olhava para trás, pensando no caminho que escolheu, ou seja, tomar uma carruagem, sair de casa e fazer aquela viagem. Ela fez isso porque, naquela época, as mulheres não podiam votar nos Estados Unidos. Ela não podia guardar seu parco salário — se tivesse um parco salário. Ela não tinha acesso à educação formal e não podia se divorciar se estivesse em um casamento horrível. Ela sabia que a vida precisava ser melhor e se dirigiu para aquela convenção por direitos iguais, sem saber, como ela mesma disse, se haveria mais alguém naquele caminho. Bem, conhecemos o progresso alcançado por nosso país. Ainda estamos trilhando esse caminho. As mulheres de todos os lugares estão nesse caminho e precisamos umas das outras. E, tão importante quanto isso, precisamos de bons homens para se unir a nós, da mesma forma que eles foram à Convenção sobre Direitos Iguais. Podemos estar em lugares diferentes nessa jornada. Os Estados Unidos percorreram um longo caminho desde 1848, quando aquela jovem mulher decidiu fazer a viagem para Seneca Falls, mas ainda temos muito a fazer. No mundo todo, as mulheres que enfrentam situações difíceis precisam traçar o progresso. Não somos perfeitas, mas trabalhamos nessas questões e, de muitas formas, obtivemos êxito e podemos ajudar outras mulheres a lidar com desafios semelhantes.

CAPÍTULO

1

A MULHER E A POBREZA

Women constitute a majority of the poor and are often poorest of the poor. A woman hugs her granddaughter in their shack near Castelli, Chaco, Argentina.

MULHERES E A POBREZA

Por Geeta Rao Gupta

As mulheres constituem a maioria da população pobre e, com frequência, das pessoas mais pobres entre os pobres. A desvantagem e desigualdade social que elas enfrentam por serem mulheres faz com que vivenciem a pobreza de maneira diferente que os homens, aumentando sua vulnerabilidade e fazendo com que seja mais difícil superar a pobreza. Em outras palavras, a pobreza é uma experiência condicionada pelo gênero — lidar com ela requer uma análise de normas e valores, da divisão de bens, de trabalhos e responsabilidades e da dinâmica de poder e controle entre mulheres e homens em famílias pobres.

Na maior parte das sociedades, as normas de gênero dão à mulher um papel principalmente relegado ao lar, como mãe e dona de casa, e ao homem o papel de responsável por atividades produtivas fora de casa. Essas normas influenciam as políticas institucionais e leis que definem o acesso de homens e mulheres a recursos produtivos, como educação, emprego, terra e crédito. No mundo todo, há evidências marcantes que mostram que as mulheres e meninas estão em desvantagem diante dos meninos e homens quanto ao acesso a esses valiosos recursos produtivos. Também há numerosas evidências que mostram que as responsabilidades das mulheres e os desafios que enfrentam nos lares e comunidades pobres são diferentes dos que os homens enfrentam. As persistentes desigualdades entre os gêneros e diferenças no papel desempenhado por mulheres e homens influenciam muito as causas, experiências e consequências da pobreza da mulher. Por conseguinte, os programas e políticas para diminuir a pobreza devem levar em conta essas desigualdades e diferenças para lidar, de maneira eficiente, com as necessidades e limitações dos pobres, tanto homens quanto mulheres.

Mulheres paquistanesas recebem cerca de US$ 2 para cada mil tijolos que fabricam nesta olaria em Multan, Paquistão

Mulheres de Gadabeji, Níger, enfrentam uma crise de alimentos gerada pela seca. No mundo todo, mulheres ficam cada vez mais pobres devido aos preços inflacionados dos alimentos

As mulheres e sua experiência com a pobreza

Meninas e mulheres de famílias pobres têm uma carga desproporcional de trabalho e a responsabilidade de alimentar e cuidar dos familiares por meio de trabalho doméstico não remunerado. Nas famílias rurais pobres, por exemplo, o trabalho feminino é dominado por atividades como coleta de lenha, água e forragem, cuidado dos animais e agricultura de subsistência. O trabalho pesado das mulheres e as muitas horas que ele exige contribuem para a "escassez de tempo" das mulheres e limitam muito sua possibilidade de ter outras oportunidades produtivas remuneradas.

Ao se depararem diante da difícil escolha de como alocar o tempo, as mulheres de famílias pobres costumam sacrificar sua própria saúde e alimentação ou a educação de suas filhas, ao pedir que elas cuidem de seus irmãos ou ajudem em outras tarefas domésticas. Esse é somente um exemplo do padrão de discriminação de gênero na alocação de recursos nas famílias pobres. Há evidências que demonstram que a desigualdade de gênero no que se refere à nutrição, educação e saúde é maior nas famílias pobres. Essa falta de investimento no capital humano de meninas perpetua um círculo vicioso de pobreza e desvantagem que atravessa gerações, parcialmente responsável pela natureza crítica da pobreza.

Por que o foco na mulher pobre?

O foco nas mulheres pobres de maneira distinta do foco dispensado aos homens nos esforços para reduzir a pobreza justifica-se porque o trabalho remunerado e não remunerado das mulheres é fundamental para a sobrevivência das famílias pobres.

As mulheres são agentes econômicos: produzem e processam comida para a família; são as principais responsáveis por cuidar de crianças, idosos e enfermos; sua renda e trabalho destinam-se à educação, saúde e bem-estar dos filhos. De fato, uma série de estudos realizados na década de 1980 mostraram, de maneira incontestável, que as mães normalmente gastam sua renda em comida e assistência médica para os filhos, o que contrasta com os homens, que gastam uma parte maior de sua renda com necessidades pessoais. Um estudo realizado no Brasil, por exemplo, demonstra um impacto positivo 20 vezes maior na probabilidade de sobrevivência de uma criança nascida em área urbana se a renda familiar for controlada por uma mulher e não por um homem (Quisumbing et al., 1995).

Ainda assim, as mulheres enfrentam obstáculos expressivos para aumentar sua produtividade. Com frequência, elas não têm acesso igual a oportunidades produtivas ou a mercados para seus produtos. São proprietárias de somente 15% da terra do mundo, trabalham mais horas que os homens e recebem salários mais baixos. Estão excessivamente representadas entre os trabalhadores do mercado de trabalho informal, em empregos temporários, mais precários e não protegidos pelas leis trabalhistas.

Apesar disso, as políticas e os programas baseados no conceito de uma família típica, que consiste de um homem que provê o sustento, uma mulher dependente e filhos, frequentemente dão preferência aos homens para o fornecimento de recursos e serviços produtivos. Tal abordagem aumenta a discrepância de produtividade entre homens e mulheres, afetando negativamente o status econômico da mulher e contribuindo pouco para reduzir a pobreza. Enfrentar esses preconceitos e desigualdades entre os gêneros mediante o investimento intencional nas mulheres como agentes econômicos, dentro de uma estrutura de direitos que garanta o acesso da mulher a recursos produtivos e seu controle sobre eles, faz parte de seus direitos como cidadãs e é uma estratégia eficaz e eficiente de redução da pobreza.

A child “rag picker” collects refuse for recycling at a garbage dump in Hyderabad, India.

Modos de reduzir a pobreza das mulheres

Ao longo dos anos, muitos esforços têm sido envidados para reduzir a pobreza das mulheres. Investimentos para aumentar a produtividade agrícola, melhorar o gerenciamento da pecuária e fornecer oportunidades de subsistência são formas essenciais de lidar com as necessidades das mulheres pobres da

A girl helps a woman prepare food in Guatemala.

zona rural. Outra intervenção mais popular e eficiente que atualmente beneficia milhões de mulheres ao redor do mundo são os microfinanciamentos — pequenos empréstimos e outros serviços financeiros destinados às mulheres pobres que não têm acesso ao sistema bancário formal. Os programas de microfinanciamento conseguiram aumentar a renda de famílias pobres e protegê-las da miséria total. Outra estratégia para melhorar o status econômico das mulheres pobres tem sido incrementar o acesso da mulher à terra e seu controle sobre ela. As mulheres que são proprietárias ou detêm o controle da terra conseguem utilizá-la para produzir alimentos, gerar renda ou como garantia de crédito.

Essas estratégias são promissoras e têm potencial para atender ao compromisso da comunidade internacional com a igualdade de gênero, demonstrado mais recentemente pela inclusão do Objetivo 3 nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs). Tudo que resta agora é transformar esse compromisso em ação.

Geeta Rao Gupta é uma pesquisadora sênior do Programa de Desenvolvimento Global da Fundação Bill e Melinda Gates, e especialista reconhecida internacionalmente em questões de gênero e desenvolvimento, incluindo saúde e capacitação econômica da mulher, mitigação da pobreza e igualdade de gênero. Antes de ingressar na fundação, Rao Gupta foi presidente do Centro Internacional de Pesquisa sobre a Mulher (ICRW). Ela também é membro do Comitê permanente da aids2031, uma iniciativa internacional lançada pelo UNAIDS, do Comitê Consultivo sobre Ajuda Externa Voluntária da USAID e de diretorias do Moriah Fund, Nike Foundation, MAC AIDS Fund e Rural Development Institute.

PERFIL

Roshaneh Zafar:
empresária social que empodera mulheres

Por Shafqat Munir

Uma jovem paquistanesa transforma-se em empreendedora social, cria a Fundação Kashf e, por meio de microfinanciamentos, permite que mulheres pobres do país melhorem suas vidas

"Você se sente muito bem quando possibilita que famílias pobres se transformem, mudem sua mentalidade e criem seus filhos com um conceito de gerenciamento financeiro na classe popular. Isso pode assegurar uma vida decente para elas", diz a empreendedora paquistanesa Roshaneh Zafar.

SDesde 1996, a iniciativa de microfinanciamentos de Roshaneh na Fundação Kashf, a primeira do tipo no Paquistão, mudou a vida de mais de um milhão de pessoas em 26 distritos no país ao disponibilizar pequenos créditos, num total de US$ 202 milhões até hoje, segundo o site da Fundação Kashf (www.kashf.org). Roshaneh dirige, com sucesso, um banco comercial, o Kashf Microfinance Bank, com 31 agências em três províncias, Punjab, Khyber Pakhtunkhwa e Sindh. O MIX Market (www.MIXMarket.org), serviço de dados e análise de informações de microfinanciamentos, informa que em 2009 o Kashf Microfinance Bank tinha 14.192 tomadores de empréstimo ativos, uma carteira bruta de empréstimos de US$ 5 milhões, com depósitos de US$ 3,8 milhões feitos por 42.073 depositantes. O saldo médio por tomador de empréstimo é de US$ 350. Esse banco popular, assim como a fundação, é chamado de "Kashf", que significa "milagre" ou "revelação" em urdu, evocando o processo de autodescoberta.

Roshaneh, que estudou na Universidade de Yale e na Wharton School of Business da Universidade da Pensilvânia, tem as habilidades e os conhecimentos financeiros necessários. Atuou como especialista em mulheres em desenvolvimento e comunidades para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Banco Mundial. Tem a paixão de uma ativista pelos direitos das mulheres. Um de seus primeiros empreendimentos foi cofundar o Bedari, um centro de intervenção para crises relacionadas a mulheres em Islamabad. Filha de S.M. Zafar, um renomado jurista e especialista em direito constitucional, Roshaneh iniciou a carreira em uma sala ao lado do escritório de advocacia de seu pai há 15 anos. Ela vê o empreendedorismo social como sua missão de vida.

"Tenho orgulho de ter criado uma instituição. O que me move é transformar a vida dessas famílias e tirá-las da pobreza", diz ela. Ela acredita que o bem-estar

Roshaneh Zafar, center, meets with some of her microcredit clients in Pakistan.

econômico leva a políticas que favorecem o desenvolvimento da mulher, e que sem fornecer oportunidades econômicas para as mulheres, dificilmente o desenvolvimento e capacitação sociais seriam alcançados.

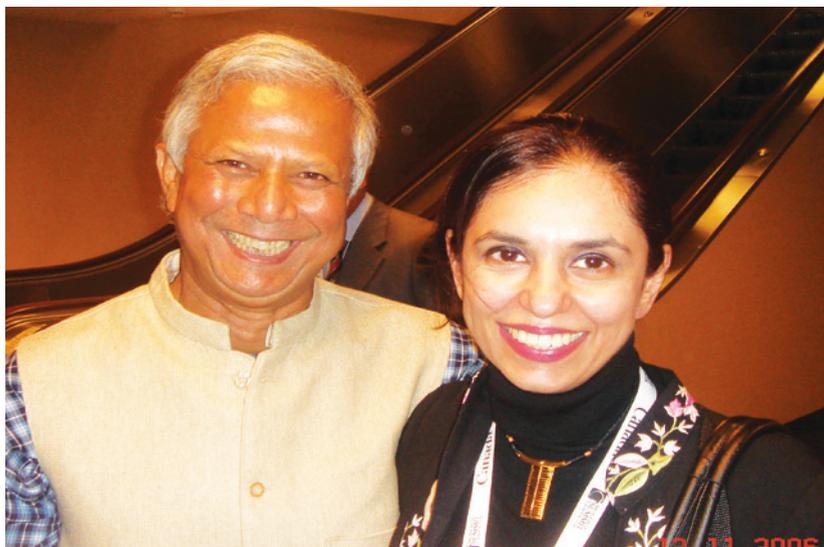
Homens e mulheres devem trabalhar juntos para aumentar a renda familiar e contribuir para o desenvolvimento da comunidade e do país. Somente assim a sociedade paquistanesa pode tornar-se sensível às questões de gênero, diz ela.

"A capacitação econômica das mulheres por meio do trabalho com suas famílias pode garantir uma mudança na vida e na subsistência dos pobres. A concessão de microfinanciamentos a famílias lideradas por mulheres é uma maneira sustentável de garantir o desenvolvimento das mulheres", diz Roshaneh.

A realidade das mulheres que vivem na pobreza e com escassez de recursos em vilas de áreas remotas do Paquistão, além do desejo de ajudar a mudar o destino delas, impulsionou Roshaneh a sair de seu emprego no Banco Mundial em 1995 e ingressar no empreendedorismo social: "Ao trabalhar no Banco Mundial, percebi que enquanto não incluirmos as mulheres e dermos a elas participação em projetos de água, saneamento e outros tipos de infraestrutura, não podemos garantir a implementação e sucesso desses projetos, pois são elas que buscam água para as famílias de áreas rurais e da periferia de centros urbanos."

Foi um momento decisivo na carreira de Roshaneh quando ela ouviu uma mulher de 70 anos de Kalat, no Baluquistão, dizendo que os moradores sabiam que beber água potável é saudável para suas famílias, mas que eles precisavam de dinheiro para comprá-la. Roshaneh decidiu ajudá-los a obter esse dinheiro e melhorar suas vidas. Ela se encontrou com o ganhador do prêmio Nobel, Muhammad Yunus, pioneiro em microfinanciamentos e fundador do banco Grameen, de Bangladesh, e expressou seu desejo de iniciar um projeto de microfinanciamentos para ajudar os paquistaneses pobres a conseguir estabilidade econômica sustentável. Seu encontro com Yunus fez com que visitasse Bangladesh para aprender com a experiência do banco Grameen. Roshaneh estudou os métodos com Yunus por dois anos e visitou outros projetos de sucesso no Nepal e na Índia. No Paquistão, ela também se beneficiou das experiências da Fundação Sungi Development, sediada em Abbottabad e fundada pelo falecido Omar Asghar Khan, e do Programa de apoio rural do Baluquistão. Ela foi inspirada pelo falecido pioneiro em desenvolvimento de comunidades, Akhter Hameed Khan, e por Shoaib Sultan Khan, fundador do Programa de apoio rural Aga Khan.

"Depois de ter experiências variadas, criei a Fundação Kashf e contratei 1.800 jovens de comunidades locais, porque acreditava que capacitar os jovens a ganhar seu sustento é importante, já que eles constituem a maioria da população desempregada do Paquistão", lembra-se Roshaneh. Seu sucesso logo foi reconhecido, quando, em 1997, foi contemplada com um prêmio da Fundação Ashoka, dos EUA, que apoia empreendedores sociais inovadores.

A Kashf opera principalmente em subúrbios do Paquistão: 70% de seu trabalho acontece na periferia urbana e 30% nas áreas

Zafar e seu mentor, o ganhador do prêmio Nobel e fundador do banco Grameen, Muhammad Yunus, durante uma conferência sobre microcrédito

Kashf Foundation members call for social justice and financial parity for women on International Women's Day, 2011.

rurais. A maior parte dos créditos de microfinanciamentos vai para pequenos negócios: um sapateiro, uma pequena loja de bijuterias, um quiosque de chá ou restaurante. As famílias recebem empréstimos para financiar o negócio de sua escolha, para o qual tenham habilidades.

Os clientes de Roshaneh têm obtido sucesso de diversas formas. Ela conta com orgulho a história de Nasim Baji, 42 anos. Nasim Baji administra uma fábrica de bijuterias graças ao microfinanciamento fornecido pela Kashf. Ela tomou emprestado mil rúpias (equivalentes a US$ 10) há 12 anos para montar sua própria fábrica de bijuterias de contas, depois de ter trabalhado enfileirando contas como funcionária diarista de uma joalheria. Mais tarde ela diversificou os negócios e hoje possui duas máquinas de moldagem para fabricar bijuterias de metal. Ela emprega 30 funcionárias e seu marido também trabalha para ela. Suas bijuterias são vendidas em muitas cidades. Nasim Baji inspira outras mulheres a montar pequenos negócios para gerar renda.

"Os microfinanciamentos não se tratam somente de conceder empréstimos às pessoas, mas significam mudar a mentalidade de comunidades para aumentar sua habilidade de ganhar seu sustento e viver de forma digna. Com famílias [trabalhando] juntas, o comércio gerado pelos microfinanciamentos produz dividendos sustentáveis", diz Roshaneh. Ela explica que a Kashf deixou de trabalhar somente com mulheres para trabalhar com famílias. Para aumentar o acesso ao capital, Roshaneh fundou o Banco de Microfinanciamento Kashf. Ela diz que, desde os 15 clientes originais, que tomaram emprestado um total de US$ 1.500 em 1996, hoje a Kashf já forneceu empréstimos de US$ 225 milhões a mais de 1 milhão de famílias. A Kashf foi uma das primeiras instituições a oferecer seguro para os clientes, a um custo mínimo, para ajudar no pagamento da dívida caso o chefe da família morresse.

Além de Kashf, Roshaneh é membro fundadora da Pakistan Microfinance Network e membro do Conselho Consultivo da ONU sobre serviços financeiros inclusivos. Em 2007, foi nomeada empreendedora social pela Fundação Skoll e recebeu diversos prêmios internacionais de prestígio, incluindo a maior honra civil do Paquistão, o *Tamgha-e-Imtiaz*. A Fundação Kashf ocupou o 34º lugar entre as 50 melhores instituições de microfinanciamentos na lista da revista Forbes, em 2007, e recebeu em 2009 o prêmio One-Woman Initiative do Departamento de Estado dos EUA. Roshaneh Zafar participou da delegação para a Conferência presidencial dos EUA sobre empreendedorismo realizada em Washington em abril de 2010 e recebeu o Prêmio Liderança Global para a Capacitação Econômica Vozes Vitais 2010.

Shafqat Munir é jornalista, pesquisador e especialista em comunicação no Paquistão. Ele é redator fundador da Infochange News and Features Network (INFN), www.infochangepakistan.net, importante agência de notícias investigativas e de desenvolvimento do Paquistão.

Mulheres hondurenhas combatem a pobreza de grão em grão de café

Por Ritu Sharma

A hondurenha Dulce Marlen Contreras sabia que a pobreza era a fonte da violência doméstica e de outros problemas que afligiam as mulheres da sua comunidade, então criou uma organização para instruir as mulheres sobre seus direitos. Ela logo cresceu e se transformou em uma cooperativa agrícola, que deu estabilidade econômica aos seus membros.

Em 1993, Dulce Marlen Contreras fundou La Coordinadora de Mujeres Campesinas de La Paz, ou Comucap, para aumentar a conscientização sobre os direitos das mulheres em Honduras. Filha de agricultores na região rural de La Paz, Honduras, Dulce estava cansada de ver mulheres da sua comunidade serem vítimas do alcoolismo e da violência doméstica. Junto com sete amigas, Dulce deu início à Comucap para instruir as mulheres locais sobre seus direitos, como se defender e, por fim, se tornar economicamente independentes. Oficinas e abrigos para mulheres foram fundamentais para a missão, mas Dulce logo percebeu que, para reduzir a violência doméstica a longo prazo, a Comucap deveria atacar a origem do problema, a pobreza.

Ao entender a relação entre pobreza e mazelas sociais, a Comucap mudou sua abordagem. Além das oficinas para promover a conscientização, a organização começou a ensinar as mulheres a cultivar e vender café orgânico e babosa. Tradicionalmente, as mulheres de La Paz cuidavam das crianças e dependiam dos homens para sustento econômico. O cultivo e venda de café e babosa, bem como a elaboração de produtos para venda, não somente permitiram às mulheres ganhar uma renda adicional para suas famílias, como também lhes deu independência e estabilidade econômicas.

A reação inicial da comunidade foi hostil. A capacitação das mulheres foi vista como ameaça para as famílias e seus valores tradicionais. Mas à medida em que os programas da Comucap cresciam, Dulce e suas amigas começaram a ver resultados que alteraram as relações familiares: quanto mais dinheiro as mulheres ganhavam, mais aumentava sua capacidade de se impor em suas famílias. A comunidade começou a ver as mulheres da Comucap como colaboradoras econômicas. Agora cada vez mais mulheres tomam decisões em conjunto com os maridos. As mulheres conseguem resistir com mais eficiência ao abuso doméstico. A estabilidade econômica e a igualdade nas estruturas familiares diminuiu dramaticamente a violência doméstica e melhorou a qualidade

A fundadora do Comucap, Dulce Marlen Contreras, no armazém de café da cooperativa. O café e a babosa são os principais produtos do Comucap

de vida das famílias da Comucap. Os filhos de todas essas mulheres vão à escola.

Hoje a Comucap proporciona emprego e renda a mais de 225 mulheres em regiões rurais de Honduras por meio de uma crescente gama de programas. A maioria dos programas foca na produção agrícola: cultivo de laranjas para produzir vinho, de babosa para fazer uma variedade de produtos, de café e fertilizantes orgânicos. Os programas da Comucap oferecem consultoria técnica em agricultura orgânica e apoiam programas de crédito agrícola. A Comucap oferece aos grupos afiliados oficinas de promoção de alfabetização política, de como requerer subsídios e arrecadar fundos. Atualmente, também há treinamento e apoio para as mulheres fundarem seus próprios negócios. Algumas compraram seus próprios terrenos por meio de empréstimos da Comucap.

Um programa de agricultura cooperativa ajuda os membros a formarem grupos de cinco a 25 mulheres. Elas alugam ou compram pequenos terrenos onde cultivam coletivamente pés de café e babosa. A babosa é usada para elaborar produtos *Wala Organic Aloe*, como xampus, sucos e sobremesas. No modelo de negócios da Comucap, os membros da cooperativa cultivam suas próprias plantações, refinadas e preparadas para uso e fabricação de produtos que são distribuídos para mercados locais, regionais, nacionais e internacionais. Os lucros são divididos igualmente entre os membros da cooperativa. Foi tomada a decisão consciente de cultivar plantas orgânicas para a elaboração de produtos orgânicos, que têm entrada mais fácil nos mercados internacionais e prejudicam menos o meio ambiente. O café da Comucap é certificado como orgânico pelo USDA e pelo Fair Trade. Em novembro de 2009, a Comucap exportava mais de 4.500 kg de café com certificação Fair Trade por ano para a Europa e empregava mais de 100 mulheres.

Membros da Comucap vendem sua produção e outros produtos em um mercado local. Seus produtos orgânicos estão sendo inseridos no mercado internacional

COMUCAP worker Dolores with an armful of freshly cut aloe vera at a farm in Marcala, Honduras.

Juana Suazo, de 55 anos e mãe de seis filhos, é um bom exemplo de por que a Comucap funciona. Depois de se separar de seu marido abusivo, Juana se deparou com o desafio de criar os filhos sozinha. No início, ela lutou para chegar ao final do mês com dinheiro por meio de diversos trabalhos. Depois, a Comucap forneceu os meios para que ela criasse um futuro sustentável para sua família. Com a ajuda da organização, Juana criou seu próprio negócio de produção de vinho, que permitiu que ela comprasse uma casa e cinco acres de terra onde agora cultiva café e hortaliças. Atualmente ela paga faculdade para duas filhas e ajuda dois filhos que moram nos Estados Unidos. Além de ajudá-la a se livrar do abuso doméstico e ganhar estabilidade econômica para que sua família pudesse prosperar, a Comucap inspirou Juana a estudar direito para ajudar sua comunidade. Agora ela dedica seu tempo livre para defender os direitos de outras mulheres em dificuldades.

Oportunidades econômicas melhores e a capacidade de ter uma renda permitem que as mulheres livrem-se de situações violentas, cuidem adequadamente de suas famílias e eduquem seus filhos, o que por sua vez fortalece as comunidades. A independência econômica da mulher aumenta sua importância dentro e fora do lar. Organizações comunitárias como a Comucap capacitam as mulheres para que superem a pobreza e recuperem a dignidade e a paz em suas vidas, de grão em grão de café.

Ritu Sharma é cofundadora e presidente da Women Thrive Worldwide, importante organização sem fins lucrativos dos EUA que defende políticas que fornecem ajuda econômica e capacitação para mulheres que vivem na pobreza

تاریخ و جغرافیه
unicef

CAPÍTULO

2

A MULHER E A EDUCAÇÃO

Few investments have as large a payoff as girls' education. Educated women are more likely to ensure health care for their families, educate their children and become income earners. The Zarghuna Girls School in Kabul, Afghanistan, depicted here, is supported by the United Nations Children's Fund (UNICEF).

MULHERES E A EDUCAÇÃO

Por Lori S. Ashford

O direito à educação para todos foi um objetivo internacional por décadas, mas desde os anos 1990 a educação e a capacitação das mulheres ganharam foco maior. Diversas conferências de destaque, incluindo a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994, realizada no Cairo, e a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres de 1995 em Pequim, colocaram esses assuntos no centro dos esforços de desenvolvimento.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, acordados por líderes mundiais na Conferência do Milênio da ONU em 2000, clamam pela educação primária universal e por diminuir a desigualdade entre gêneros na educação secundária e superior. Esses acordos de alto nível geraram iniciativas em todo o mundo para aumentar o número de meninas matriculadas nas escolas. As mudanças que aconteceram desde 1990 têm sido notáveis, considerando as barreiras que tiveram de ser superadas nos países em desenvolvimento.

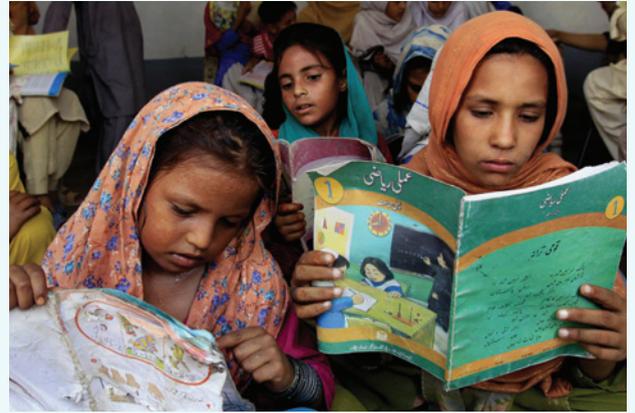
Em muitas sociedades tradicionais, as meninas são impedidas de alcançar seu potencial completo devido à baixa prioridade dada à educação das filhas (que se casam e deixam a família) e ao status mais baixo das meninas e mulheres em geral. As famílias também têm preocupações com as taxas escolares, com meninas tendo aulas com professores homens e com a segurança das meninas fora de casa. No entanto, governos e comunidades começaram a romper essas barreiras devido às evidências marcantes dos benefícios de educar meninas.

Uma mulher em Bangladesh estuda em uma sala da aula de alfabetização de adultos em uma vila rural. O professor é da vila e foi treinado em uma faculdade próxima

Por que é importante educar meninas

Poucos investimentos têm um retorno tão grande quanto a educação das meninas. Pesquisas em domicílios de países em desenvolvimento têm mostrado consistentemente que as mulheres com níveis mais altos de educação têm famílias menores, mais saudáveis e educadas. As relações são claras: as mulheres mais instruídas têm maior probabilidade de cuidar da saúde, desejar menos filhos e educá-los bem, o que, por sua vez, aumenta a chance dos filhos sobreviverem e prosperarem rumo à idade adulta.

Pesquisas do Banco Mundial e de outras organizações mostram que aumentar o tempo das meninas na escola gera aumento

Village women in Nepalganj, Nepal, are learning to read and to set up small businesses.

Pakistani girls in Peshawar attend a school that was reconvened after their former school was destroyed to deter their attendance.

O suporte corporativo à educação de meninas é exemplificado pelo evento "Apresente uma menina à engenharia" da Motorola, criado para atrair crianças para a ciência e promover a inovação Here Motorola engineer Deb Matteo conducts a light and color experiment with two young participants.

nos salários das mulheres e leva a um crescimento econômico com mais rapidez que educar somente meninos. Além disso, quando as mulheres ganham mais dinheiro, a probabilidade de que invistam em seus filhos e famílias é maior, melhorando a saúde e bem-estar de todos. Outros benefícios da educação das mulheres demonstrados pelos estudos incluem níveis menores de infecção pelo HIV, de violência doméstica e de práticas prejudiciais contra a mulher, como a mutilação genital feminina e a queima de noivas.

Como meninas e mulheres têm se saído desde Pequim

Os avanços na educação de meninas no mundo todo têm sido uma história de sucesso de desenvolvimento. Segundo a UNESCO, havia uma proporção de 96 meninas matriculadas na escola primária para cada 100 meninos em 2008, superior à proporção de 84 meninas para 100 meninos em 1995. O ensino secundário está um pouco atrás, com 95 meninas para 100 meninos

em 2008. Em 2005, quase dois terços dos países haviam diminuído a diferença entre as matrículas de meninos e meninas em escolas. As meninas ainda estão atrás dos meninos na educação de nível superior no mundo todo, mas a desigualdade está diminuindo com o passar do tempo.

A defasagem feminina é muito maior nos países mais pobres, como Afeganistão,

Left: A woman participates in a USAID-supported science education program in Tanzania that helps women expand their opportunities through science. Below: Despite two decades of violent conflict in Somalia, parents continue to educate their daughters. These girls study at the Al-Emamal-Nawawi school in Gardo, northeast Somalia.

Chade, República Centro-Africana e Mali, onde o número total de matrículas escolares é baixo. Na Somália, a matrícula de meninas corresponde a somente metade da matrícula de meninos: 23% das meninas, em comparação a 42% dos meninos em 2008, segundo a UNESCO. O nível de escolarização e alfabetização de meninas está muito abaixo dos meninos na maioria dos países da África Subsaariana e Ásia Ocidental e Meridional, onde ainda há muito a ser feito.

Do outro lado do espectro, nos países com altos níveis de escolarização, as meninas frequentemente superam os meninos. Em grande parte da América Latina, Europa, Ásia Oriental e Estados Unidos, as matrículas de meninas nos ensinos secundário e superior ultrapassam as dos meninos, demonstrando o quanto meninas e mulheres podem ter êxito quando as barreiras à educação são superadas.

Ainda assim, as mulheres correspondem a dois terços dos adultos analfabetos, devido à baixa probabilidade de mulheres mais velhas terem frequentado escolas em comparação às mais jovens. Também há mais probabilidade de que sejam analfabetas se forem pobres e morarem em áreas rurais. Programas de alfabetização e educação contínua existem, mas os esforços não são sistematicamente difundidos nos países. Além disso, meninas e mulheres têm desvantagem quando se trata de educação técnica e profissionalizante, em campos como ciência e tecnologia, que têm sido dominados há muito tempo pelos homens.

O que podemos aprender com os esforços bem-sucedidos?

Muitas conquistas na educação das mulheres podem ser atribuídas a intervenções especiais como eliminação de taxas escolares, concessão de bolsas, escolas comunitárias para meninas e treinamento de professoras. Esses esforços específicos se reverteram em maior número de matrículas de meninas em países tão diferentes quanto Bangladesh, Iêmen, Marrocos, Uganda e Brasil. O compromisso político é essencial para dar mais visibilidade ao problema e aumentar o acesso das meninas à educação. O México foi pioneiro na implantação de um importante programa social, agora reproduzido em comunidades pobres dos Estados Unidos e outros países, que paga às famílias para manterem seus filhos, principalmente as meninas, na escola.

Como a desigualdade entre gêneros é maior nos níveis mais altos de educação, não é suficiente somente que as meninas sejam matriculadas na escola; elas precisam se manter lá. Governos, educadores e comunidades devem lidar com problemas, como estereótipos de gênero que reforçam o status menor da mulher, a baixa qualidade das escolas e o casamento e maternidade precoces, que frequentemente interrompem a educação da mulher. Além disso, a incompatibilidade entre a educação e as habilidades necessárias para o mercado de trabalho de hoje deve ser corrigida. Essas medidas podem garantir que as meninas se beneficiem enormemente da educação. Os países comprometidos com a igualdade de gênero não somente verão melhor aproveitamento escolar, como também serão mais saudáveis e prósperos.

Lori S. Ashford, consultora independente, tem escrito sobre questões globais de população, saúde e mulheres há 20 anos. Anteriormente, no Population Reference Bureau, ela escreveu os boletins amplamente divulgados “Women of Our World” e o boletim sobre população “New Population Policies: Advancing Women's Health and Rights”, entre outras publicações.

PERFIL

Rita Conceição:
Bahia Street

Por Margaret Willson

After growing up poor in Brazil, Rita Conceição saw education as the path out of poverty. Her determination got her to university, and her desire to help other women led her to found Bahia Street.

Nascida em uma das grandes favelas de Salvador, Brasil, Rita Conceição conheceu desde cedo as realidades da violência, da miséria e da morte. Ela também sabia que queria algo diferente.

"Minha mãe tinha muitos filhos e uma vida dura. Ela morreu jovem e eu tive que criar meus irmãos e irmãs. Eu sabia que não queria aquela vida".

Com grande determinação, Rita pegava ônibus público e meia hora depois chegava em uma escola para aprender a ler e a escrever. Ela amava as artes e se dedicou à fotografia. Enquanto ainda era adolescente, Rita tirou fotos corajosas de protestos contra a ditadura militar brasileira, então no poder.

"Eu não pensava em consciência negra ou de gênero", explicou. "As pessoas nunca falavam sobre racismo naquela época". Mas o que ela via ao seu redor eram mulheres como ela, trabalhando como empregadas domésticas por salários miseráveis, o único trabalho (exceto a prostituição) a que elas tinham acesso.

Rita decidiu que queria cursar uma universidade, um sonho quase impossível para alguém que vinha de uma favela. Enquanto trabalhava em um emprego em tempo integral, tentou o difícil exame vestibular por três vezes sem sucesso. Recusando-se a desistir, tentou uma quarta vez e passou, entrando para a Universidade Federal da Bahia, a melhor de seu estado.

Quando conheci Rita pela primeira vez em 1991, ela havia recebido seu diploma universitário em sociologia. Quando ela teve a chance de sair da favela onde nasceu, Rita, ao contrário de qualquer outra pessoa que eu conheci lá, decidiu ficar e lutar contra a desigualdade que conhecia tão bem. Assim, em 1996, quando me convidou para também trabalhar pela igualdade para as pessoas de suas comunidades, eu me comprometi a ajudar de qualquer maneira que pudesse. Dessa parceria nasceu a organização sem fins lucrativos Bahia Street.

Prestar atenção ao que as pessoas de sua comunidade lhe diziam atendia à extrema necessidade de elas se expressarem e abriu um caminho para a mudança. Rita iniciou um programa educativo de qualidade para meninas que lhes permitiria entrar na universidade e mudar seus futuros. Com base em sua própria luta, Rita fez uso dos pontos fortes que a levaram de uma favela à universidade. Ela incorporou a consciência de raça e gênero nas aulas da Bahia Street. Vendo que as meninas não conseguiam estudar porque estavam famintas, ela começou um programa de merenda, ela mesma cozinhando e comprando alimentos até encontrar alguém para ajudá-la. Ela sabia que a maioria das meninas dessas favelas engravida ao redor dos 14 anos, então começou a ensiná-las sobre reprodução, violência sexual e autoestima.

"Na minha infância," disse, "as meninas da minha família

nunca eram tão valorizadas quanto os meninos. Isso ainda existe em nossa sociedade, mas eu digo para as meninas que as raízes delas são a sua realidade. Eu passo para elas a importância da ética, do respeito próprio e da solidariedade das mulheres. Elas veem em mim a diferença que isso faz – as escolhas que você faz na vida – e também a força que isso demanda. Se as mulheres quiserem se igualar aos homens, essas qualidades e conhecimentos são vitais."

Após anos alugando ou emprestando pequenos cômodos para ministrar as suas aulas, a Bahia Street conseguiu finalmente comprar um prédio. O único problema é que o prédio estava em péssimas condições. Rita não viu nenhum problema nisso. Ela contratou homens da própria região e supervisionou a completa reconstrução do prédio. Para economizar dinheiro, os homens misturavam o cimento em carrinhos de mão e despejavam manualmente. Rita corria a cidade em busca de ofertas; ela negociava

Conceição com algumas alunas da escola Bahia Street

Bahia Street lessons supplement public school education, helping girls to excel in school and become leaders and role models.

com os comerciantes para doarem materiais que ela, então, levava de ônibus, porque não tinha carro. Lentamente, o prédio tomou forma. Quando o andar térreo estava quase concluído, Rita, sua equipe e as meninas se mudaram.

O Centro Bahia Street, de cinco andares, está completo agora, com salas de aula, cozinha, biblioteca, laboratório de informática e muito mais. Além de educação e programas de apoio para as meninas, a Bahia Street agora oferece aulas para os cuidadores das meninas e para outros membros da comunidade. Tornou-se um refúgio para as meninas e um local de encontro da comunidade.

"Ensinamos as meninas a cuidar também dos outros em suas vidas. As mulheres cuidam das crianças e nisso repousa o futuro da nossa sociedade. O trabalho que fazemos é uma forma de resistência negra. Trabalhamos para a sobrevivência dos negros da Bahia, mostrando que como mulheres negras, podemos ter igualdade e moldar o futuro. Na Bahia Street estamos dando às meninas a chance que minha mãe jamais teve."

Quando as pessoas comentam com ela sobre suas extraordinárias conquistas, Rita é humilde e realista. "Na Bahia Street," diz ela, "encontrei de verdade a minha identidade. Conseguir criar a Bahia Street continua a ser um processo incrível, e eu própria desenvolvi uma consciência ao longo deste processo".

Recentemente, Daza, graduanda da Bahia Street, concluiu a universidade diplomando-se em jornalismo. Com Daza, os moradores da favela têm uma voz que nunca tiveram antes. E a visão de longo prazo da Bahia Street de promover a igualdade para as mulheres da favela está se tornando realidade.

Rita ri com um sorriso que, em seu brilho, conhece sofrimento, amor e força. "E o trabalho continua. Esse é o caminho para todos nós. Se quisermos fazer um mundo melhor, o trabalho é a chave."

Margaret Willson é cofundadora e diretora internacional da Bahia Street. Ela é professora assistente adjunta de antropologia na Universidade de Washington. Seu livro mais recente é "Dance Lest We All Fall Down: Breaking Cycles of Poverty in Brazil and Beyond" (University of Washington Press, 2010).

Ensinando mulheres acerca de tecnologia

Por Renee Ho

Mobile technology is improving the lives of illiterate women and girls in rural Senegal, and educating them in the process, thanks to an organization that teaches them to use mobile phones.

Astou observa enquanto o fotógrafo ergue a máquina fotográfica para captar a sala de aula cheia de gente da aldeia. Ela acomoda seu bebê em fase de amamentação e vira a máquina fotográfica dela para ele, só que a dela é um telefone celular. Nas últimas semanas, Astou tem participado de um curso de tecnologia móvel dirigido à comunidade, ensinado em wolof, sua língua local. Ela e centenas de outras mulheres e meninas nas zonas rurais do Senegal aprenderam a fazer e receber chamadas, a escrever e enviar mensagens de texto e a utilizar funções do celular como calculadoras, despertadores e, às vezes, até máquinas fotográficas.

Astou é uma mãe de 24 anos, inteligente, com quatro filhos. Ela viu seu marido usar um celular, mas antes desta aula nunca havia colocado as mãos em um. “Antes, ele não me deixava usar o celular porque tinha medo que eu acabasse com os créditos”, diz rindo, “mas agora me pede que lhe ensine e estamos poupando para comprar outro para mim”.

Há dois anos, Astou não sabia como usar um celular e ainda era analfabeta. Escrever ou ler uma mensagem de texto via celular teria sido impossível. Como a maioria das mulheres e meninas de sua aldeia na região de Vélingara, no Senegal, Astou nunca frequentou a escola. As responsabilidades domésticas e as despesas escolares impediram que recebesse uma educação formal. Casou-se aos 16 anos, a idade média para as meninas no Senegal rural.

Em um país com uma taxa de alfabetização de 41.9%, Astou está rompendo as normas e a armadilha cíclica da pobreza. Em 2008, Tostan, uma organização não governamental internacional que intervém na área do desenvolvimento, iniciou um Programa de Capacitação Comunitária (CEP) – programa de ensino informal de 30 meses, baseado nos direitos humanos – em sua aldeia. Mais de 80% dos participantes no CEP são mulheres e meninas.

Começaram o programa com sessões sobre direitos humanos, democracia, saúde e higiene e resolução de problemas. Mais tarde, continuaram com aulas de alfabetização, álgebra e gestão de projetos.

O programa Tostan Jokko de capacitação da comunidade ensina as mulheres a utilizarem telefones celulares

Contudo, depois de obterem alfabetização básica, os participantes muitas vezes não têm meios práticos de mantê-la. Como solução, Tostan fez uma parceria com a UNICEF para lançar a Iniciativa Jokko em 2009 (jokko significa “comunicação” em wolof). A iniciativa incorpora tecnologia móvel no CEP a fim de reforçar a capacidade de ler e escrever. O módulo jokko ensina aos participantes como utilizar funções básicas do celular e escrever mensagens de texto. Usa meios visuais interativos e esquetes que enfocam aplicações relevantes e a relativa acessibilidade do envio de textos. “Eu escrevo as mensagens melhor [do que o meu marido] e isso nos faz economizar dinheiro em chamadas dispendiosas”, explica Astou.

Fora da sala de aula, os estudantes se posicionam em círculo ao redor de um estranho arranjo de varas. Com pouca explicação, as varas passam a representar uma mangueira. Khady, de 52 anos, caminha ao longo dos “galhos da árvore” e para em cada bifurcação onde estão colocados sinais: Contatos, Procurar, Acrescentar Contato. Essa atividade ensina aos participantes como navegar no menu principal do celular. É apenas um exemplo do que faz funcionar o modelo educativo da Tostan: adaptar as aulas a contextos culturais e usar referências locais apropriadas.

“Antes, se eu quisesse mandar uma mensagem de texto, tinha de pedir ajuda”, diz Khady, “mas agora sou muito mais independente. Agora as pessoas vêm até mim e sinto-me feliz em ajudá-las”. Quando a tecnologia do celular chega às mulheres e meninas, amplifica suas vozes e sua influência na tomada de decisões na comunidade. Tornam-se agentes da sua própria mudança. Khady continua a explicar como o CEP lhe proporcionou conhecimentos básicos de matemática e gestão. Com vários rapazes e moças amontoados à sua volta, ela mostra como a calculadora do telefone a ajuda a gerir seu negócio de venda de amendoins.

A village woman practices on a mobile phone and makes notes.

A tecnologia do celular ligou mulheres e meninas a informações sobre mercados e oportunidades, familiares na diáspora e talvez, mais fundamentalmente, umas às outras. Os celulares têm sido fundamentais para a organização da comunidade e a mobilização social. A Iniciativa Jokko da Tostan desenvolveu uma plataforma única de ligação em rede que permite aos participantes enviarem uma mensagem de texto a um servidor central, onde é então enviada a toda uma comunidade de outros usuários. Um participante explica: “É quando se envia múltiplas mensagens ao mesmo tempo – um meio mais barato de comunicação.” A plataforma é usada para campanhas de apoio na comunidade. As mulheres enviam, por exemplo, lembretes das datas de vacinação e matrícula escolar.

A Iniciativa Jokko abrangeu 350 aldeias e continua a crescer. Tostan formou diretamente cerca de 23.585 pessoas, mas a grande procura de conhecimentos e a

Mulheres, algumas analfabetas, aprendem a navegar no menu principal de um telefone celular através de um arranjo de ramos no chão

avidez dos participantes em partilhar informações sugere que milhares mais de pessoas foram beneficiadas.

Na próxima fase do projeto, a Tostan fará parceria com a Fundação de Energia Rural, organização sem fins lucrativos que ajuda as comunidades rurais a obter acesso a energia renovável. Atualmente cerca de 80% da zona rural do Senegal não tem eletricidade e, por isso, carregar os celulares muitas vezes envolve deslocamentos arriscados e inconvenientes à vila mais próxima. Para diminuir isso, a Tostan irá introduzir centrais de recarga à base de energia solar dirigidas pela comunidade. Esses telecentros fornecerão energia para os celulares e os rendimentos gerados por estas microempresas serão reinvestidos em outros projetos de desenvolvimento dirigidos pela comunidade.

O uso de celulares na África está crescendo duas vezes mais depressa do que em qualquer outra região do mundo. No Senegal, o número de compras de cartões SIM quase que duplicou de 2007 a 2009, atingindo 6,9 milhões. Mas como a Tostan concluiu, apenas números absolutos não capacitam as comunidades. O sucesso em países de baixos rendimentos exige a redução da desigualdade de gênero. Colocar conhecimentos e tecnologia nas mãos das mulheres – literalmente – é essencial para se conseguir um desenvolvimento duradouro.

Renee Ho é uma voluntária na Tostan International em Dakar, Senegal. Seus interesses abrangem mulheres e o fosso tecnológico em países de baixos rendimentos. Há mais informações on-line em http://www.tostan.org/.

CAPÍTULO

3

A MULHER E A SAÚDE

Healthy women are an asset to their families and society. They remain fit to care for their families, earn income and contribute to their communities. A woman and child in Botswana.

MULHERES E A SAÚDE

Por Lori S. Ashford

A saúde das mulheres pode representar o termômetro que mede o progresso de uma nação. Países que sofrem com pobreza, corrupção, guerra ou governos deficientes muitas vezes negligenciam seus cidadãos mais vulneráveis que, com frequência, são as mulheres. Quando as mulheres não são saudáveis, sua produtividade diminui e seus filhos e famílias têm menos segurança. Isso acarreta um impacto econômico. Portanto, investir na saúde da mulher faz sentido tanto da perspectiva econômica quanto de direitos humanos.

The Healthy Family project trains volunteers to spread important health messages and trains health workers. The program helps keep Sameera Fazilova and her daughter Mamura of Termez, Uzbekistan, healthy.

Desiguais na saúde

As mulheres vivem mais tempo que os homens, mostram as estatísticas, mas elas podem passar a maior parte de sua vida com a saúde debilitada por diversos motivos, o que pode ser atribuído menos a diferenças biológicas do que à pobreza e à discriminação de gênero. As famílias pobres podem investir menos nas filhas, dando-lhes menos nutrição, assistência médica e educação que a seus filhos. Essas desvantagens no início da vida das meninas têm consequências a longo prazo para sua saúde e bem-estar. Por exemplo, a gravidez de adolescentes, comum em países e comunidades que aceitam o casamento infantil, representa riscos para a saúde e limita as perspectivas de vida para as mães adolescentes e seus filhos. Se a mulher está desnutrida, corre risco de ter bebês com baixo peso que, por sua vez, correm risco maior de morte precoce e saúde deficiente. Outra ameaça à saúde das mulheres e meninas existe em países que têm uma preferência cultural por filhos homens, como a China e a Índia. Abortos seletivos segundo o sexo e infanticídio feminino são responsáveis por milhões de "meninas desaparecidas". A resultante escassez de mulheres em relação a homens pode ter repercussões sociais alarmantes. Um relatório publicado em abril de 2011 pela revista *The Economist* mencionou evidências de que a proporção desigual dos sexos na Índia levou ao aumento do tráfico de meninas, entre outros abusos. Dados de estudos do Fundo de População da ONU também respaldam isso (UNFPA, 2004).

A gravidez e parto têm grande impacto sobre a saúde das mulheres nos países

Two Afghan doctors examine a patient's x-ray at Rabia Balkhi Women's Hospital in Kabul, Afghanistan.

em desenvolvimento. Segundo estimativas de 2010 da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada ano 358 mil mulheres morrem de causas evitáveis relacionadas à gravidez e ao parto, e 99% dessas mortes ocorrem em países em desenvolvimento. Por outro lado, nos países desenvolvidos em que as mulheres dão à luz em hospitais e têm acesso a cuidados médicos em caso de complicações da gravidez, as mortes maternas são extremamente raras.

A grande maioria das mortes maternas do mundo ocorre nas duas regiões mais pobres: África Subsaariana e Ásia Meridional. Na África Subsaariana, onde a alta taxa de fertilidade multiplica os perigos que as mães enfrentam durante a vida, 1 em 31 mulheres provavelmente morrerá por consequência da gravidez ou parto (OMS, 2010). Nos países desenvolvidos, essa probabilidade é de 1 em 4.300. Fora da África, o Afeganistão é o lugar com maior risco do mundo para engravidar e dar à luz, com probabilidade de morte relacionada à gravidez de 1 para 11 mulheres.

Milhões de mulheres sofrem lesões físicas ou deficiências de longo prazo, como incontinência ou órgãos rompidos, resultantes da falta de cuidado médico adequado durante a gravidez e o parto. Muitas dessas deficiências não são relatadas porque as mulheres de países em desenvolvimento as consideram normais. A tecnologia e o conhecimento para evitar mortes e lesões desnecessárias estão disponíveis há muito tempo, mas a geografia, sistemas de saúde deficientes, preconceito de gênero e inércia política podem criar barreiras para tornar a maternidade mais segura.

A pandemia de HIV/Aids também ameaça a saúde das mulheres em países e comunidades pobres. Em locais onde o vírus é disseminado pelo contato heterossexual, as mulheres são mais vulneráveis à infecção do que os homens por razões fisiológicas e sociais, como sua dependência econômica dos homens, sua falta de poder para pedir aos

Women in Quezon City, Philippines, demonstrate in support of legislation that would provide women universal access to reproductive health and maternal care programs.

parceiros que pratiquem sexo seguro e, com muita frequência, o sexo forçado. Segundo um relatório de 2009 do UNAids, "estima-se que 50 milhões de mulheres na Ásia corram risco de ser infectadas pelo HIV pelos seus parceiros íntimos, homens que têm comportamentos sexuais de alto risco".

Tendências recentes animadoras

A boa notícia é que hoje as mulheres estão se casando mais tarde em todos os países em desenvolvimento. Elas estão engravidando mais tarde e tendo menos filhos que suas mães tiveram. Essas tendências refletem o fato de que mais meninas estão permanecendo na escola e que mais mulheres e casais estão fazendo planejamento familiar. Mas ainda há uma grande necessidade não atendida para o planejamento familiar. Segundo um relatório de 2009 do Instituto Guttmacher, mais de 200 milhões de mulheres no mundo todo que querem evitar a gravidez não usam métodos anticoncepcionais modernos. Isso contribui para que haja dezenas de milhões de nascimentos indesejados e abortos inseguros por ano, frequentemente entre as mulheres mais pobres, que têm menos possibilidade de obter e usar os serviços de saúde de que precisam.

Estimativas da OMS de 2010 revelaram que as mortes maternas diminuíram aproximadamente um terço no mundo entre 1990 e 2008, graças a diversos fatores, como maior disponibilidade de contracepção, cuidado pré-natal e assistência especializada durante o parto. Países tão diferentes quanto Bolívia, China, Eritreia, Irã, Romênia e Vietnã obtiveram progresso notável. No entanto, ainda há muito a ser feito em todos os países para que atendam ao Objetivo de Desenvolvimento do Milênio de reduzir em 75% o número de mortes maternas (em comparação aos níveis de 1990) até 2015.

Mais a ser feito

Os países que priorizaram a saúde das mulheres em sua política nacional obtiveram grande progresso. As mulheres devem ser incentivadas a reconhecer e falar sobre suas necessidades de saúde, para que os formuladores de políticas públicas possam tomar

Parcerias entre grupos locais e organizações internacionais fornecem assistência médica e orientação para grávidas e novas mães em Madagascar

conhecimento e adotar medidas visando uma solução. A preocupação com questões relacionadas às mulheres, incluindo a assistência médica, fez com que o presidente Obama indicasse Melanne Verveer como a primeira embaixadora-geral para questões da mulher, para que ela ajude a lidar com esses problemas. A secretária de Estado Hillary Rodham Clinton tornou as questões globais das mulheres uma alta prioridade do Departamento de Estado dos EUA. Em 2009, o presidente Obama destinou US$ 63 milhões — para serem gastos em seis anos — para a Iniciativa de Saúde Global, uma parceria entre agências dos EUA que visa estimular a assistência médica nos países em desenvolvimento, principalmente para mulheres e crianças. Projetos de tratamento do HIV/Aids como o *mothers2mothers*, que é destacado neste capítulo, são financiados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional e pelo Plano de Emergência do Presidente para Combate à Aids.

Melhorar a saúde das mulheres começa por reconhecer que elas têm necessidades diferentes dos homens e acesso desigual à assistência médica. É necessário usar uma "lente de gênero" nos serviços de saúde para revelar e lidar com as desigualdades entre a assistência fornecida a homens e mulheres. Isso significa prestar mais atenção às meninas, adolescentes e mulheres marginalizadas que sofrem com a pobreza e falta de poder e mudar as atitudes e práticas que prejudicam a saúde das mulheres. Os homens também devem ser parceiros na promoção da saúde das mulheres, ao assegurar que as relações sexuais e a criação dos filhos sejam seguras e saudáveis e ao criar a próxima geração de jovens líderes, tanto meninas quanto meninos.

Lori S. Ashford, consultora independente, tem escrito sobre questões globais de população, saúde e mulheres há 20 anos. Anteriormente, no Population Reference Bureau, ela escreveu os boletins "Mulheres do Nosso Mundo" [Women of Our World] amplamente divulgados e o boletim sobre população "Novas Políticas Populacionais: Promovendo a Saúde e Direitos da Mulher" [New Population Policies: Advancing Women's Health and Rights], entre outras publicaçõesf

Salwa Al-Najjab: ativista palestina dedicada à assistência médica

Por Naela Khalil

Romper a barreira em hospitais dominados por homens não foi fácil para Salwa Al Najjab, mas seu sucesso inspirou outras mulheres árabes. Sua Fundação Juzoor leva assistência médica para comunidades pobres e desamparadas.

Salwa Al-Najjab era a melhor aluna de matemática de sua turma, e sua paixão pela disciplina a teria levado a estudar engenharia se não fosse o conselho da professora russa de matemática para que estudasse medicina: "Com sua inteligência e personalidade forte, você será de maior benefício para as mulheres da Palestina como médica do que como engenheira", disse a professora. Salwa Al Najjab seguiu seu conselho e hoje está mudando a assistência médica nos Territórios Palestinos.

O ambiente hospitalar incentivou a curiosidade de Salwa e seu amor pelo conhecimento. Não imaginava que a carreira médica também lhe mostraria que muitas mulheres viviam em circunstâncias muito diferentes da sua. Salwa admite: "O hospital e a profissão médica abriram meus olhos para as condições que não sabia que eram tão ruins e difíceis". A batalha profissional e pessoal da sua vida, de apoiar os direitos das mulheres e ajudar a lhes fornecer uma assistência médica melhor, teve início quando começou a praticar medicina em 1979, no Hospital Al-Maqasid, em Jerusalém.

Salwa Al Najjab envidou esforços para melhorar as condições das mulheres em meados dos anos 1980. Com sua mala de médica e estojo de instrumentos, visitava vilas palestinas e acampamentos de refugiados para oferecer exames preventivos e tratamentos médicos às mulheres. Dedicou seu tempo de forma voluntária sob as condições mais difíceis e complexas. E estava criando mudanças nas bases.

Hoje, depois de mais de 30 anos de trabalho em hospitais e clínicas em diferentes partes dos Territórios Palestinos, Salwa dirige a Fundação Juzoor (Raízes) de Saúde e Desenvolvimento Social, sediada em Jerusalém. Ela continua a perseguir com entusiasmo seu sonho, embora agora, segundo ela, seja mais difícil "influenciar os tomadores de decisões relacionadas a políticas de saúde a melhorar e desenvolver o nível dos serviços de saúde fornecidos às mulheres, e superar a lacuna que existe entre os fornecedores de serviços e os beneficiários".

O otimismo de Salwa é contagiante. Ela mantém seu sorriso apesar dos desafios que enfrentou na vida. Durante os primeiros anos escolares, frequentou oito escolas diferentes em Ramallah, Hebron e Jordânia. Seu pai trabalhou primeiro no Ministério da Educação da Jordânia, depois na UNESCO; portanto, sua família se mudava frequentemente. Assim, ela e seus três irmãos eram frequentemente tansferidos de escola, dificultando que cultivassem amizades duradouras. No entanto, sempre foi fácil para ela manter a excelência acadêmica.

Salwa viajou para a Rússia para estudar na Universidade de Moscou em 1971. Depois de um ano estudando o idioma russo, ela se matriculou na Escola de Medicina Kuban, em Krasdnada. Lidar com os colegas de classe foi mais

Palestinian women wait for treatment for their babies at the United Nations Relief and Works Agency clinic in Gaza City.

difícil que aprender um novo idioma ou outras disciplinas difíceis. Alguns estudantes árabes olhavam para ela com desaprovação, outras pessoas subestimavam sua capacidade de ter sucesso por ser mulher. Ela perseverou nos estudos, desafiando os que duvidavam dela e tornou-se um modelo de êxito acadêmico. Tornou-se uma mentora para as mulheres palestinas que estudavam no exterior.

Em seu primeiro emprego no Hospital Al-Maqasid, enfrentou grandes desafios. Era a única mulher entre os médicos residentes e começou a trabalhar na ala de obstetrícia e ginecologia. Foi difícil para os médicos homens aceitarem uma colega mulher que competia com eles profissionalmente. O mais difícil para Salwa era que as enfermeiras tampouco a aceitavam, porque estavam acostumadas a lidar com médicos. Elas acreditavam que um médico era mais competente e profissional que uma mulher com o mesmo status. A atmosfera no hospital refletia esse preconceito masculino na maneira como o trabalho era dividido: Salwa fazia os exames de rotina em pacientes mulheres na clínica, enquanto os médicos faziam as cirurgias e circuncisões. Eles não esperavam que aquela mulher jovem, quieta e bonita resistiria à forma como o trabalho foi distribuído, nem que o chefe da seção a apoiaria.

Salwa diz: "Eu me recusei a aceitar essa divisão de trabalho [a favor] dos homens e mantive minha posição: 'Participarei das cirurgias e farei circuncisões nos meninos'. Isso não os agradou, e eles me apelidaram de 'o galo'".

A nurse in a West Bank community clinic examines patients. The clinic is part of USAID's Health Flagship Project to improve community health care.

Salwa diz que a primeira vez que sentiu discriminação contra as mulheres foi no hospital: "Cresci em uma família que ofereceu as mesmas oportunidades para ambos os sexos. Até meu avô, nos anos 1960, permitiu que minhas tias estudassem na Grã-Bretanha, trabalhassem fora e passassem a noite fora de casa. Portanto, a atitude dos meus colegas com a qual me deparei no hospital me chocou".

Salwa também aprendeu sobre o status desigual das mulheres. Ela diz: "Senti que estava conhecendo minha sociedade pela primeira vez. Ficava abalada quando fazia o parto do bebê de uma menina que não tinha mais do que 15 anos, ou quando ouvia mulheres dizendo para mim, espontaneamente, que os homens tinham o monopólio sobre decisões como com quem suas filhas se casariam, se utilizariam ou não contraceptivos ou quantos filhos teriam". Salwa acrescenta: "As mulheres não têm o direito de defender seu próprio direito à educação (...). Esse é um círculo vicioso que deve ser rompido".

A família de Salwa valorizava o conhecimento. Seu pai desafiou as convenções ao permitir que estudasse na Rússia. Ainda que sua

mãe não tivesse completado os estudos, ela incentivava os quatro filhos, tanto meninos quanto meninas, a continuar estudando. Todos eles têm diploma de ensino superior.

"Diferente de outras mães, a minha nunca conversava comigo sobre casamento. Em vez disso, ela sempre me falava sobre a importância da educação na vida de uma mulher", lembra-se Salwa.

Depois de sete anos no Hospital Al-Maqasid, durante os quais ela ajudou a estabelecer diversas clínicas de alta qualidade em Jerusalém e seus subúrbios, Salwa deixou o hospital para trabalhar em campo. "Descobri que somente um pequeno número de pessoas vão aos hospitais, seja devido à pobreza ou à ignorância", diz ela. "Se eu quisesse fornecer assistência médica para mulheres, teria que ir até elas, onde quer que estivessem."

Em 1985, Salwa e um grupo de profissionais de saúde começaram a visitar vilas e acampamentos de refugiados para fornecer assistência médica. As reações das pessoas eram positivas, mas alguns médicos criticavam-na por prejudicar o "prestígio" dos médicos ao ir até os pacientes, em vez de insistir para que as pessoas fossem ao médico.

Ao quebrar essa regra de prestígio, Salwa e seus colegas descobriram condições que eles não encontravam em clínicas bem organizadas, equipadas com aquecimento para o inverno e ventiladores para o verão. Eles conheceram pessoas em lugares remotos que sofriam de falta severa de assistência médica, agravada pelas complexas condições políticas resultantes do conflito entre Israel e Palestina. Salwa diz: "Tratei de mulheres que não tinham banheiro em casa e outras que viviam em casas impróprias para habitação humana. Entrei em contato com uma realidade penosa que derrubou todas as minhas convicções sobre o conceito de saúde. Percebi que a saúde não é somente uma questão de bem-estar físico, mas que também está relacionada a condições econômicas, sociais e psicológicas, assim como o ambiente".

Ela travou muitas batalhas e continua travando. Suas convicções e decisões às vezes são contrárias às tradições sociais que limitam os direitos das mulheres. Salwa é uma ativista que obtém resultados. Ela é cofundadora do Centro de Orientação Social e Legal para Mulheres, em Ramallah. O centro abriga mulheres que são vítimas da violência, oferecendo assistência jurídica, encaminhando seus casos para a polícia e indicando um abrigo seguro onde tenham proteção.

"Costumava acreditar que, à medida em que o tempo passasse, uma mudança para melhor aconteceria. Mas o que estou notando hoje é o oposto. Nesse ambiente social de frustração política e pobreza, os movimentos fundamentalistas se fortaleceram e estão trabalhando ativamente para retroceder a sociedade em todos os níveis. As mulheres e os direitos das mulheres são as vítimas mais evidentes", diz ela.

Além de dirigir a Fundação Juzoor, que busca influenciar as políticas de saúde, Salwa chefia o Fórum de políticas sobre saúde no Oriente Médio e África do Norte, onde continua lutando por mudanças. Ela foi nomeada pelo Consulado Geral dos EUA em Jerusalém para receber o Prêmio Internacional Mulheres de Coragem 2010, do Departamento de Estado dos EUA.

Com marido e três filhos, além da prática médica e ativismo, a dra. Salwa Al Najjab tem uma vida plena. Sua receita de sucesso é esta: "Não podemos ser senão otimistas sobre a vida".

Naela Khalil é uma jornalista palestina. Ela recebeu o prêmio Samir Kassir de liberdade de imprensa em 2008.

Mothers2mothers:
ajuda a mulheres portadoras de HIV

Por Maya Kulycky

O HIV/Aids é uma epidemia na África Subsaariana, mas no Quênia a organização não governamental mothers2mothers permite que mulheres portadoras de HIV e suas famílias tenham vidas plenas apesar da doença.

Teresa Njeri, uma mãe solteira de Kiambu, subúrbio na região norte da capital do Quênia, Nairóbi, tem um sonho. Ela quer construir uma casa para ela e seu filho de seis anos. Recentemente Teresa comprou um terreno e, ao olhar para ele, imagina a casa que planeja construir, com três quartos, uma "cozinha grande" e um quintal para seu filho brincar. Teresa é confiante e otimista. Mas planejar um futuro brilhante, e ter os meios para torná-lo realidade, é uma grande oportunidade para ela. Há dez anos, ela estava convencida de que ela e seu filho iriam morrer.

Em 2001, Teresa foi diagnosticada como HIV positivo quando estava grávida de cinco meses. "A primeira coisa que veio à minha mente foi a morte", diz ela. "Todas as minhas esperanças foram destruídas". A enfermeira da clínica disse a Teresa que ela poderia proteger seu bebê do HIV, mas a enfermeira "não foi convincente, ela não tinha muita certeza". Apesar disso, Teresa se inscreveu em um programa de prevenção de transmissão de mãe para filho (PMTCT). Nesse meio tempo, ela revelou seu estado ao marido, que também foi diagnosticado como HIV positivo. Como outras pessoas que tinham medo do estigma associado ao HIV, o casal escondeu sua situação. Eles se separaram logo após o nascimento do filho, que é HIV negativo.

Alguns meses depois, Teresa foi hospitalizada e disseram a ela que tinha Aids. Quando seu pai descobriu a doença pelos funcionários do hospital, ele contou à família, que a isolou, tirou seu filho e o levou para morar na vila com a família. "Eu fui deixada sozinha, completamente sozinha no mundo", lembra-se Teresa.

Ela fugiu, buscou tratamento e se ofereceu como voluntária para falar com outras pessoas com Aids. Mas ela diz que ainda "não tinha foco na vida. Não tinha qualquer esperança. Eu não sabia o que fazer". Foi então que Teresa encontrou a mothers2mothers, graças às enfermeiras do hospital em que era voluntária. Elas lhe falaram sobre a mothers2mothers e que a organização estava contratando mulheres treinadas em PMTCT. Teresa inscreveu-se e tornou-se uma mãe mentora da mothers2mothers.

Mathakane Metsing carries her daughter at their home in Khatleng, Lesotho. She was helped by — and now works for — mothers2mothers as a peer educator.

Ntsiuoa Ralefifi, ao centro, em um grupo de apoio da mothers2mothers no hospital Mafeteng de Lesoto. Quando ela descobriu que era HIV positivo, se inscreveu no programa PMTCT

Parcerias internacionais

A mothers2mothers — financiada pelo USAID, pelo Pepfar (Plano de Emergência do Presidente dos EUA para Combate à Aids), pelo CDC (Centro de Controle de Doenças dos EUA), pela Elton John Aids Foundation, pela Johnson & Johnson e outros parceiros como empresas e fundações — treina e emprega mães portadoras de HIV para serem "mães mentoras" e fornecerem orientação, educação e suporte a grávidas e novas mães recém-diagnosticadas como HIV positivo. É um modelo de atendimento inovador e sustentável que está na vanguarda da prevenção da transmissão do HIV de mãe para filho. A mothers2mothers administra 680 unidades em nove países da África Subsaariana, alcançando aproximadamente 85 mil novas grávidas e mães por mês.

O continente africano está lutando contra o peso do HIV/Aids. Das 33 milhões de pessoas portadoras de HIV no mundo

todo, 22 milhões vivem na África Subsaariana. Segundo estudos feitos pelo AVERT (www.avert.org), pela Equipe Regional de Suporte do UNAids para a África Oriental e Meridional (http://www.unaidsrstesa.org/unaids-priority/2-preventing-mothers-dying-and-babies-becoming-infected-h) e pelo Relatório de Acesso Universal de 2010 da Organização Mundial da Saúde, 90% dos bebês infectados pelo HIV nascem na região e 75% das grávidas portadoras de HIV do mundo vivem em 12 países africanos. Ao mesmo tempo, a região sofre desesperadamente com a escassez de médicos e enfermeiras.

A mothers2mothers preenche uma lacuna ao contratar mulheres portadoras de HIV para aconselharem grávidas sobre como exames e tratamentos podem garantir que seus bebês nasçam saudáveis e, se necessário, obtenham medicação. As mães mentoras trabalham ao lado de médicos e enfermeiras em centros de saúde, ajudando as pacientes a entender, aceitar e aderir às intervenções prescritas. Elas são membros pagos da equipe médica.

Capacitar as mulheres e proteger as crianças

Os resultados são claros. Em Lesoto, dados coletados pela mothers2mothers mostram que 92% das grávidas que participaram das sessões de instrução da organização três ou mais vezes tomaram medicamentos antirretrovirais (ARV) durante a gravidez, em comparação a 71% daquelas que participaram somente uma vez. Aderir ao tratamento com ARV é fundamental para diminuir a transmissão do HIV de mãe para filho. Além disso, 97% das clientes que participam com frequência da mothers2mothers fazem exames CD4, que determinam o número de células T auxiliares com as quais o corpo combate as infecções. O exame CD4 mostra o nível de avanço da infecção por HIV e é a primeira etapa para receber o tratamento antirretroviral de elevada eficácia (HAART) e capaz de salvar vidas.

As mulheres são capacitadas pelo apoio que recebem em programas do mothers2mothers. Elas se tornam educadoras de seus pares e modelos em suas comunidades, ao mesmo tempo em que recebem salários e ganham uma valiosa experiência de trabalho.

Teresa afirma que a mothers2mothers lhe deu um objetivo de vida. Suas companheiras na mothers2mothers a incentivaram a buscar seu diploma universitário. Ela está estudando saúde e desenvolvimento comunitário. “Sinto como se Deus tivesse me criado para conversar com essas mulheres e ajudá-las, capacitá-las, incentivá-las”, diz ela.

Teresa menciona seu sucesso em ajudar uma grávida da tradicional religião africana de wakorino, cujos seguidores muitas vezes evitam o tratamento médico. “Eu a vi quando estava me encaminhando ao trabalho”, conta. Ela deu à mulher seu número de telefone e “no dia seguinte ela me ligou e disse: ‘Estou aqui no portão [do hospital]’”. A mulher foi diagnosticada como HIV positivo. “Eu disse à ela: ‘Não se preocupe, pois você viverá muito tempo’. Contei a ela sobre a minha condição”. Teresa convenceu a mulher a aderir ao tratamento PMTCT e a ter o parto no hospital. A mulher deu à luz uma criança HIV negativo. “Me sinto como uma estrela”, diz Teresa rindo.

A mothers2mothers está trabalhando para expandir seu alcance para mulheres de mais países, assim como países nos quais já opera. O impacto é claro e o método é simples: uma mulher que conversa com outra pode ajudar a prevenir a transmissão de HIV de mãe para filho.

Maya Kulycky é gerente de comunicações globais da mothers2mothers. Ela também ensina jornalismo político na Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul. Anteriormente, trabalhou como repórter para a ABC News e a CNBC. Formada na Universidade Johns Hopkins, Maya fez mestrado na Universidade de Londres, Goldsmith’s College e estudou na Faculdade de Direito de Yale.

CAPÍTULO

4

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Violence against women is a serious and common problem worldwide. Women and children, trafficked for sex and slave labor, are particularly vulnerable in conflict zones. This woman was among hundreds raped when rebels attacked a village in the Democratic Republic of Congo.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Por Robin N. Haarr

A violência contra mulheres é uma violação séria dos direitos humanos e um problema de saúde pública de proporções globais. A Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1993, define a violência contra a mulher como "qualquer ato de violência baseado em gênero que resulte, ou possa resultar, em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para a mulher, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, que ocorra na vida pública ou privada".

Um problema sério e comum

Pesquisas internacionais, realizadas nas últimas duas décadas pela Organização Mundial da Saúde e outros órgãos, revelam que a violência contra mulheres é um problema mais sério e comum do que se suspeitava anteriormente. Estima-se que a cada três mulheres do mundo, uma foi estuprada, agredida ou abusada. Embora a violência contra mulheres ocorra em todas as culturas e sociedades, sua frequência varia entre os países. Sociedades que enfatizam a importância de práticas patriarcais tradicionais que reforçam relações de poder desiguais entre homens e mulheres e que mantêm as mulheres numa posição subordinada tendem a ter taxas maiores de violência contra as mulheres. As taxas tendem a ser mais altas em sociedades nas quais há restrições sociais para as mulheres ou elas são isoladas em casa, excluídas da participação no mercado de trabalho econômico e impedidas de possuir e herdar propriedades. São mais prevalentes onde há leis de divórcio restritivas, falta de serviços de apoio às vítimas e inexistência de legislação que proteja com eficiência as mulheres vítimas e puna os infratores. A violência contra mulheres é consequência da desigualdade de gênero e impede que as mulheres progridam plenamente na sociedade.

Duas das formas mais comuns e universais de violência contra as mulheres são a violência provocada pelo parceiro íntimo e a violência sexual. A violência praticada pelo parceiro ou marido, anterior ou atual, é uma forma de violência grave, mas evitável, que afeta milhões de mulheres no

An activist in Dhaka, Bangladesh, participates in a candlelight vigil for the elimination of violence against women.

Women holding portraits of victims protest violence against women in Milan, Italy.

mundo. A violência pode ser emocional, econômica, psicológica ou física, incluindo abuso sexual e assassinato. Em países onde foram realizados estudos confiáveis de grande escala, entre 10% e 71% das mulheres relatam ter sido vítimas de abuso físico ou sexual, ou ambos, por um parceiro íntimo (OMS). A violência praticada pelo parceiro íntimo está tão incorporada em muitas culturas e sociedades que milhões de mulheres a consideram uma parte inevitável da vida e do casamento. Muitas mulheres espancadas sofrem em silêncio porque temem a retaliação, repercussões negativas e estigmatização pela denúncia.

A violência sexual inclui assédio, ataque e estupro. Acredita-se erroneamente que as mulheres correm maior risco de serem violentadas sexualmente por estranhos. Mas na verdade, há mais probabilidade que elas sofram violência sexual por parte de homens que sejam íntimos ou conhecidos delas. Em tempos de guerra e conflito armado, o estupro e a violência sexual cometidos contra as mulheres são usados sistematicamente como tática de guerra por militares e grupos inimigos para promover seus objetivos políticos.

Fatores culturais e violência doméstica

Em muitas partes do mundo, a violência contra mulheres e meninas baseia-se em

práticas culturais e históricas. Em algumas regiões, principalmente na África e no Oriente Médio, a mutilação genital feminina é uma forma comum de violência contra as mulheres. Também há formas de violência contra mulheres e meninas relacionadas ao casamento, como casamento infantil, casamento arranjado forçado, sequestro de noivas, mortes e violência relacionadas ao dote. O casamento infantil e o casamento forçado são comuns na África, Ásia Meridional e Central e Oriente Médio. A Ásia Meridional tem as taxas mais altas de casamento infantil do mundo. Nessa região, mulheres jovens são assassinadas ou levadas ao suicídio devido ao constante assédio e tortura por parte de maridos e familiares que tentam extorquir um dote maior da noiva e de sua família. Em outras partes do mundo, como a Ásia Central, região do Cáucaso e partes da África, as mulheres correm o risco de sequestro de noivas ou casamento por captura, em que um homem rapta a mulher com quem deseja se casar. Os assassinatos por honra (assassinato de mulheres por parentes homens para restaurar a honra da família) estão profundamente arraigados em algumas culturas nas quais as mulheres são consideradas propriedade dos parentes homens, responsáveis por defender a honra da família. Isso acontece principalmente no Oriente Médio, na Ásia Meridional e na África. Assassinatos por honra têm ocorrido até em comunidades de imigrantes na Europa e na América do Norte. Uma mulher pode ser morta por conversar com um homem que não seja seu parente, ter relações sexuais consensuais fora do casamento, ter sido estuprada, recusar-se a casar com o homem escolhido pela família, desrespeitar o marido ou pedir o divórcio.

Por fim, o tráfico de mulheres e meninas para exploração sexual, casamento, servidão doméstica e trabalho é outra forma de violência contra a mulher. Mulheres são enganadas e coagidas por traficantes que prometem empregos e oportunidade de uma vida melhor. Pais vendem suas filhas por pequenos valores ou promessas de envios de dinheiro em troca do trabalho da criança. Os traficantes costumam operar em comunidades pobres e vulneráveis, mas mulheres jovens que desejam estudar ou trabalhar no exterior também podem estar em risco. O tráfico é uma forma moderna

Young girls married off as children, a custom in some parts of Africa and Asia, are vulnerable to abuse. These girls, both 12 years old, were married in 2011 in Madhya Pradesh, India, although Indian law prohibits child marriage.

In Tucson, Arizona, a woman recounts her experiences of domestic abuse. Social programs and shelters aid U.S. women escaping domestic violence, which is often a factor in homelessness.

de escravidão que afeta milhões de mulheres e meninas do mundo todo.

São necessários esforços conjuntos

A cada ano, milhões de mulheres precisam de cuidado médico em decorrência da violência. As vítimas sofrem desfiguração, invalidez e morte. Os problemas de saúde física e mental geralmente perduram por muito tempo depois que a violência termina. Algumas mulheres cometem suicídio para escapar da violência em suas vidas. No mundo todo, mulheres estão lidando com a violência de maneiras diferentes, incluindo campanhas de conscientização, centros de crise e abrigos para mulheres vítimas, serviços de apoio a vítimas (assistência médica, aconselhamento e serviços jurídicos), e exigindo respostas mais firmes da justiça criminal e leis que efetivamente protejam as mulheres vítimas de violência e punam os infratores. É possível evitar a violência contra a mulher, mas isso requer vontade política dos governos, colaboração com organizações internacionais e com a sociedade civil e ação legal e civil em todos os setores da sociedade.

Robin Haarr é professora de justiça criminal na Universidade Eastern Kentucky cuja pesquisa se concentra na violência contra mulheres e crianças e no tráfico humano, em âmbito nacional e internacional. Ela realiza pesquisas e trabalho sobre políticas para as Nações Unidas e embaixadas dos EUA. Recebeu diversos prêmios pelo seu trabalho, incluindo ter entrado para o Hall da Fama da Escola de Justiça Criminal da Universidade Estadual de Michigan e o prêmio CoraMae Richey Mann “Inconvenient Woman of the Year” (Mulher inconveniente do ano) da Divisão de Mulheres e Crime da Sociedade Americana de Criminologia.

Chouchou Namegabe:
uma voz poderosa contra a violência sexual

Por Solange Lusiku

Jornalista, produtora de rádio e cofundadora da Associação de Mulheres da Mídia de Kivu do Sul ("Association des Femmes des Médias de Sud Kivu" ou Afem), que ela atualmente dirige, a ativista Chouchou Namegabe dedica-se intensamente a combater a violência contra as mulheres. Ela se concentra em erradicar a violência sexual usada como arma de guerra, um mal que tem envenenado a parte oriental da República Democrática do Congo (RDC) há mais de uma década.

Nascida em 30 de março de 1978, Chouchou Namegabe se envolveu cedo com a luta pelos direitos das mulheres. Sua educação secundária e experiência em rádio comunitária motivaram seu interesse na luta que hoje a define. Chouchou começou sua carreira no rádio em 1997 como estagiária na Rádio Maendeleo, uma popular estação de rádio local. Ela continuou trabalhando como voluntária e com o passar do tempo tornou-se membro da equipe permanente. Conforme a violência se intensificava na RDC, Chouchou passou a concentrar seu trabalho de reportagem em mulheres, saúde e direitos humanos, e em expor a corrupção no governo. A Afem foi fundada em 2003, e Chouchou tornou-se presidente em 2005. Ela usou a associação e sua função de jornalista de rádio como veículos eficazes para divulgar as vozes das mulheres, principalmente as de áreas rurais, que são vítimas do conflito.

"Clubes de conversa" quebram o silêncio

Chouchou trabalha com outras mulheres da RDC para organizar "clubes de conversa" nos quais as mulheres que sofrem abusos podem compartilhar suas histórias. Convencer mulheres que foram estupradas e torturadas a quebrar o silêncio e falar sobre suas experiências horríveis tem sido uma grande realização para Chouchou e a Afem. Graças aos seus esforços, moradores de Bukavu e de todos os oito territórios da província de Kivu do Sul podem ouvir em primeira mão as histórias trágicas dessas mulheres na rádio local. Falar sobre abuso sexual e assassinato não é mais proibido, mas se tornou uma arma contra esse flagelo devastador na parte oriental da RDC. Chouchou reconheceu que o estupro era tão frequente nessa região que as histórias precisavam ser contadas para gerar mudanças. Ela promoveu

Namegabe e Ridelphine Katabesha lideram jornalistas da Afem em um desfile comemorando o Dia internacional da mulher em 2010. A Afem treina mulheres jornalistas e defende a liberdade de expressão

A ativista pelos direitos das mulheres Chouchou Namegabe deu seu depoimento em 2009, perante o Comitê de Relações Exteriores do Senado dos EUA, a respeito do estupro e de outras formas de violência contra a mulher em zonas de conflito. Na foto, ela está na escadaria do Capitólio, em Washington

essa ideia na rádio e entre suas colegas jornalistas. Sendo uma mulher prática, respaldou suas palavras com atitudes. Em 2007, contrariando todas as expectativas de que pudesse não ser bem-sucedida, Chouchou organizou uma campanha em Bukavu que chamou de "Quebrando o silêncio: a mídia contra a violência sexual". Essa campanha foi extremamente bem recebida entre mulheres defensoras da paz, que valorizam a integridade física dos seres humanos.

Embora vivam em áreas turbulentas que sofrem incursões esporádicas de rebeldes e outras milícias armadas, muitas mulheres de áreas rurais têm recuperado sua autoconfiança e superado a vergonha de compartilhar sua tragédia com amigos e família. Gradualmente elas estão superando seu trauma ao falar deles:

"Fui estuprada e meus genitais foram mutilados."

"Eles vieram com aquelas barbas horríveis. Ordenaram que eu me deitasse no chão. Tiraram minhas roupas e me estupraram na frente de meu marido e filhos. Eram sete, oito homens. Depois disso, não me lembro de mais nada, porque fiquei inconsciente."

Acabar com o abuso e estupro como armas de guerra

A população de Kivu do Sul ouviu essas declarações durante diferentes programas de rádio apresentados por membros da Afem. Sob a liderança de Chouchou Namegabe, a Afem fez contato com mulheres em todos os lugares que visitaram em Kivu do Sul. Os resultados são animadores. De forma lenta mas constante, as mulheres estão ficando mais à vontade para falar sobre abuso sexual violento, e os tabus relacionados a conversar abertamente sobre sexo estão desaparecendo como resultado do trabalho da Afem em Kivu do Sul para aumentar a consciência a respeito desse problema. As mulheres têm tido coragem de desafiar não somente o estupro como também outras práticas abusivas e discriminatórias.

Chouchou e suas colegas da Afem ampliaram a campanha para alcançar o público internacional. Elas participaram de

audiências no Tribunal Internacional de Haia, onde convenceram outros jornalistas a se unir à luta para salvar mulheres do Kivu do Sul do estupro e tortura como arma de guerra.

Chouchou também foi ao Senado dos EUA para testemunhar sobre as atrocidades cometidas contra mulheres do Congo. E disse ao Comitê de Relações Exteriores do Senado em maio de 2009: "O estupro e a violência sexual são usados como arma e tática de guerra para destruir a comunidade. Os estupros têm alvos específicos e são intencionais, seu propósito é tirar as pessoas de sua terra rica em minerais por meio do medo, vergonha, violência e disseminação intencional do HIV entre famílias e vilas inteiras." Com a voz embargada pelas lágrimas, continuou: "Entrevistamos mais de 400 mulheres em Kivu do Sul, e suas histórias são horripilantes. De fato, a palavra estupro não consegue descrever realmente o que está acontecendo, porque não são somente estupros que acontecem, mas outras atrocidades também os acompanham." Uma mãe foi levada com seus cinco filhos para a floresta, disse Chouchou, "e, a cada dia que se passava, os rebeldes matavam um de seus filhos e a forçavam a comer a carne do filho. Ela implorava para ser morta, mas eles se recusavam e diziam: 'Não, não podemos lhe dar uma morte boa'." Em outros casos, os genitais de mulheres foram queimados, "não para matá-las, mas para fazê-las sofrer".

Ridelphine Katabesha Aganze, longtime activist for women's rights, teaches a class on the voting process. She is a reporter, editor and producer for AFEM.

Chouchou Namegabe quer assegurar que essas brutalidades sejam reconhecidas na RDC como crimes contra a humanidade e que os criminosos sejam processados. Pediu o fim da impunidade para os casos de estupro e violência sexual, e que os governos e corporações "ponham fim à lucratividade dos minerais manchados pelo sangue das áreas de conflito" e ordenem que os minerais do Congo sejam "livres de conflito", ao mesmo tempo em que ajudem a reabilitar as vítimas da violência. "A recuperação econômica é uma parte da recuperação total das mulheres e suas comunidades", disse aos senadores dos EUA.

Os resultados visíveis que essa guerreira pela justiça conseguiu fizeram com que ganhasse reconhecimento internacional, incluindo o prestigiado prêmio Vozes Vitais de Liderança Mundial por seu trabalho. Em novembro de 2009, seus esforços foram reconhecidos pelo Prêmio Knight de Jornalismo Internacional, concedido pelo Centro Internacional para Jornalistas em Washington. Chouchou continua conscientizando as pessoas sobre a situação difícil das mulheres do Congo e incentiva as mulheres vítimas de violência sexual a quebrar o silêncio, porque a verdade tem poder.

Solange Lusiku, jornalista da República Democrática do Congo, edita o único jornal de Bukavu, Kivu do Sul. Ela trabalhou por mais de uma década com radiodifusão, é casada e mãe de cinco filhos.

Igualdade de gêneros e combate à violência doméstica

Por Qin Liwen

Na China, uma organização não governamental chamada Rede contra Violência Doméstica tem trabalhado para acabar com a violência doméstica há 10 anos por meio da educação, oferecendo apoio social e lutando por uma legislação que proteja as mulheres.

Zheng Guohua, uma mulher de 51 anos de idade que sobreviveu à violência doméstica, fala com uma voz alegre que não corresponde às duas décadas de abuso que está descrevendo. Durante um incidente em 1998, Zheng foi espancada tão brutalmente pelo marido que sofreu uma ruptura no baço, que teve de ser removido. Ela diz que seu pai, devastado pelo sofrimento da filha, morreu de hemorragia cerebral. "Eu me ajoelhei ao lado da sepultura do meu pai, chorando e rindo. Disse à ele: 'Pai, prometo a você que vou me vingar!'", diz Zheng. "Acho que fui acordada pela morte do meu pai. E percebi que esse bandido [seu ex-marido] deveria ser punido. Não posso deixar que ele machuque mais pessoas!"

Zheng, que vivia frequentemente ferida e aterrorizada, buscou ajuda de familiares, vizinhos, pessoas da vila, a polícia do condado e a Federação de Mulheres do condado. As pessoas da vila advertiam repetidamente seu marido e uma vez até bateram nele, mas isso não colocou fim ao abuso. A polícia ignorou Zheng porque "interferir em assuntos domésticos" não era sua tarefa — e era até considerado inadequado. A Federação de Mulheres local, com poucos recursos, não pôde fazer nada para ajudá-la; ninguém levava a organização a sério.

Abalada pela morte do pai e determinada a fazer algo, em 1999 Zheng fugiu de sua vila e foi para Shijiazhuang, a capital da província. Lá, finalmente encontrou ajuda. Uma carta escrita pela Federação de Mulheres da província de Hebei colocou a polícia em ação. Seu então marido foi preso e condenado a quatro anos de prisão.

Zheng teve sorte. Ela recebeu o apoio de uma organização que faz parte de um forte movimento de combate à violência doméstica na China, dirigido pela Rede contra Violência Doméstica (ADVN) da Associação Jurídica da China. Em 2001, uma nova cláusula da lei do matrimônio tornou a violência doméstica ilegal. A ADVN desempenhou um importante papel na adoção dessa cláusula. Atualmente, Zheng casou-se outra vez e cultiva um pedaço de terra arrendado em sua vila.

Inspirado pelo movimento internacional de igualdade entre gêneros e pela Conferência

Acima: A ADVN ajudou Zheng Guohua quando ela deixou seu marido abusivo. Na foto, ela aparece com sua mãe e sobrinha
Á esquerda: Chen Mingxia é cofundadora da Rede contra Violência Doméstica (ADVN), da Associação Jurídica da China, que ajuda mulheres a escapar de relações abusivas

Mundial sobre as Mulheres realizada em Pequim em 1995, um grupo de ativistas chinesas fundou a ADVN em junho de 2000. A ADVN se empenha em conquistar a igualdade de gênero na China. É a primeira, e continua sendo a maior organização de combate à violência doméstica da China e é responsável pelo avanço significativo na legislação, investigação e autuação de crimes, apoio social e conscientização pública. "Há dez anos, ninguém iria nem pensar que bater na esposa era um crime. Agora muitas pessoas sabem disso", afirma a cofundadora da ADVN, Li Hongtao, que é diretora da biblioteca da Universidade de Mulheres da China. "E cada vez mais policiais, juízes e procuradores (promotores e investigadores) estão aprendendo que devem tomar medidas contra isso."

A ADVN se orgulha de possuir atualmente 118 membros individuais e 75 membros associados a grupos, como federações de mulheres, institutos de pesquisa e organizações não governamentais (ONGs). A cada três anos, a ADVN identifica diversos projetos e seleciona os membros mais adequados da organização para realizar o trabalho. Cada projeto é monitorado e avaliado de maneira rigorosa. A maioria trata de educação e apoio para casos de violência doméstica.

Chen Mingxia, cofundadora e coordenadora-chefe do primeiro comitê de gerenciamento de projetos da ADVN, explica seu sucesso. "Desde o início, optamos

Members of the ADVN Beijing team include: (standing, left to right) Dong Yige, Wu Yuling, Dong Peiling, Liu Xiaojuan, Hou Zhiming (seated), Chen Mingxia, Li Hongtao and Zhang Xiao.

por nos associar à Sociedade Jurídica da China, uma ONG dentro do sistema [político]. Primeiro, porque acreditávamos que a legislação era fundamental para o movimento de combate à violência doméstica. E em segundo lugar, porque a Associação Jurídica da China tem acesso imediato aos órgãos essenciais e relevantes do governo, como o legislativo, o jurídico e os escritórios de segurança pública, e é de confiança deles."

Na China, as ONGs são estritamente reguladas pelo escritório de assuntos civis do governo e com frequência os funcionários públicos desconfiam das que não estão ligadas ao governo. Portanto, ONGs como a ADVN usam modos criativos e evitam confrontamentos para persuadir os funcionários homens a aceitarem suas ideias. "Mas também mantemos a identidade e operação independentes de uma ONG, para que as expectativas e metas da ADVN sejam alcançadas passo a passo e relativamente sem problemas", diz Chen.

A outra vantagem estratégica da ADVN é sua estrutura aberta e democrática. Ela é aberta a qualquer pessoa ou organização que queira contribuir com a meta compartilhada de acabar com o abuso doméstico das mulheres. As metas estratégicas são definidas e as decisões importantes são tomadas de maneira democrática entre os representantes da rede, independentemente do quanto essas questões suscitem debates. Isso mantém os membros da ADVN ativos e comprometidos com a implementação dos planos.

"Estou feliz por trabalhar aqui, porque nesta organização as pessoas são muito gentis e idealistas. Todos acreditam no que estão fazendo", diz Dong Yige, uma jovem que se formou na Universidade de Chicago e que trabalha na ADVN há um

ano. “A atmosfera democrática é animadora.”

Nascida em agosto de 1940, Chen Mingxia acredita que o governo comunista estabelecido em 1949 educou bem sua geração quanto à igualdade entre gêneros. Chen tornou-se pesquisadora no Instituto de Pesquisa Jurídica da Academia de Ciências Sociais da China, com especialização em leis do casamento e direitos da mulher, e foi vice-diretora da Associação de Leis do Casamento, que faz parte da Associação Jurídica da China. Muitas cofundadoras da ADVN eram acadêmicas, funcionárias do governo ou professoras, ou seja, mulheres da elite da geração de Chen ou da geração posterior.

As ativistas da ADVN sabem que ainda há muito trabalho pela frente. “Temos muitos casos de enorme sucesso em diferentes regiões: ações comunitárias contra a violência doméstica em You’anmen, Pequim; ou o programa de treinamento de chefes de escritórios de segurança pública na província de Hunan”, diz Chen. “Mas isso não é suficiente. Devemos cobrar para que o governo assuma a responsabilidade de combate à violência doméstica”.

Ao mesmo tempo, as organizações que patrocinam há anos a ADVN, como a Fundação Ford (Estados Unidos), a Agência Sueca para Desenvolvimento Internacional, a Oxfam Novib (Holanda) e o Centro de Direitos Humanos da Universidade de Oslo (Noruega), estão mudando seus níveis de patrocínio. Isso significa que a ADVN tem de aprender a arrecadar fundos para seus projetos, e está fazendo isso.

“A legislação requer tempo, e é necessário ainda mais tempo para implementar uma nova lei conforme situações completamente diferentes que existem em toda a China. Mudar as ideias é um processo gradativo. Há muitas lacunas que precisam ser preenchidas. Sabíamos disso desde o início e temos paciência. Seguiremos adiante”, promete Chen.

The China office of the international organization Stop Domestic Violence distributes posters that provide contacts and information for abused women.

Qin Liwen é diretora do Centro de Notícias do Grupo de Mídia Moderna da China. Ela trabalhou para várias publicações impressas e on-line importantes em Cingapura e na China desde 2000 e é autora de diversos livros, como News Is Cruel (2003) e The Adventure of Ideas (2004).

CAPÍTULO

A MULHER E OS CONFLITOS ARMADOS

Armed conflict disrupts families and has significant negative consequences for women. Although they are victims of war, they may also be agents of peace. Displaced Sudanese women, driven from their villages by Janjaweed militia, shelter at the Abu Shouk refugee camp in Darfur, Sudan.

MULHERES, MENINAS E CONFLITOS ARMADOS

Por Dyan Mazurana

Mulheres e meninas sofrem com o conflito armado da mesma maneira que homens e meninos. Elas são assassinadas, feridas, incapacitadas e torturadas. São miradas com armas e sofrem deslocamento social e econômico. Sofrem impacto psicossocial com a morte de pessoas queridas ou por testemunharem a violência contra suas famílias e vizinhos. Sofrem com os efeitos da violência antes, durante e depois de sair de uma zona de combate. Estão expostas a riscos maiores de doenças, incluindo doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e HIV/Aids. São afetadas pelo esgotamento de recursos resultante do conflito armado. Elas se unem, ou são forçadas a se unir, às forças armadas ou a movimentos insurgentes. Cuidam dos feridos, doentes, desesperados e desabrigados, e podem estar entre os defensores mais sinceros da paz.

Sporadic fighting between Thai and Cambodian troops on Thailand's northeast border drove these women and children to a refugee camp in Surin province.

Danos significativos e duradouros

Há um número crescente de provas (ICRC 2001, UNIFEM 2002) de que o impacto a longo prazo do conflito armado sobre mulheres e meninas pode ser agravado por sua vulnerabilidade social. O dano causado a mulheres e meninas durante e depois do conflito armado é significativo e frequentemente as expõe a mais danos e violência. A violência sexual e de gênero, como estupro, casamento forçado, gravidez forçada, aborto forçado, tortura, tráfico humano, escravidão sexual e disseminação intencional de DSTs, incluindo HIV/Aids, são armas de guerra integradas a muitos dos conflitos atuais. As mulheres são vítimas de genocídio e são escravizadas para trabalhar. Com frequência, mulheres e meninas são vistas como as portadoras da cultura e reprodutoras do "inimigo" e, portanto, se

Somalian women gather with their children at the Dadaab refugee camp in Eastern Kenya.

transformam em alvos importantes. Mulheres são exploradas devido a suas responsabilidades maternais e a seus vínculos emocionais, o que aumenta sua vulnerabilidade ao abuso.

Os conflitos armados também têm consequências negativas indiretas que afetam a agricultura, meios de subsistência, infraestrutura, saúde pública e bem-estar social, desorganizando gravemente a ordem social. Pesquisas mostram que essas repercussões afetam as mulheres de maneira mais negativa que os homens. Como observado por Plümper e Neumayer (2006), enquanto as mulheres normalmente vivem mais do que os homens em tempos de paz, os conflitos armados diminuem a diferença entre a expectativa de vida feminina e masculina. Conflitos ou guerras causados principalmente por razões étnicas nos "Estados falidos" são consideravelmente mais prejudiciais para a saúde e expectativa de vida das mulheres que outras guerras civis.

Mulheres como agentes de guerra e paz

Mulheres e meninas não são simplesmente vítimas do conflito armado. Elas são agentes ativas. Fazem escolhas, possuem visões críticas sobre sua situação e se organizam coletivamente para responder a essas situações. Mulheres e meninas podem cometer atos de violência e podem apoiar a violência cometida por outros. Transformam-se em membros ativos do conflito porque estão comprometidas com as metas políticas, religiosas ou econômicas daqueles que estão envolvidos na violência. Isso pode significar, e tem significado, que tomam armas em batalhas de liberação, de resistência à ocupação ou de participação em lutas contra a desigualdade racial, étnica, religiosa ou de classe/casta.

Com frequência, mulheres e meninas são ativas nos processos de paz antes,

durante e após conflitos. Muitas mulheres conhecem a importância dos processos de paz e se unem a uma variedade de esforços de pacificação em nível popular com o objetivo de reconstruir a estrutura econômica, política, social e cultural de suas sociedades. Em 1991, quando a guerra nos Bálcãs se intensificou, a organização Mulheres de Negro lançaram lá uma campanha antiguerra. Em Fiji, quando as tensões entre indo-fijianos e indígenas pioraram, o que levou ao golpe de Estado ocorrido em 2000, mulheres de ambos os grupos étnicos criaram o movimento de paz Campanha do Laço Azul (Aderlini, 2007).

No entanto, processos formais de pacificação, incluindo negociações, acordos e planos de reconstrução, frequentemente excluem as mulheres e meninas de qualquer participação significativa. Com muita frequência, mulheres e meninas envolvidas ativamente na reconstrução de economias e sociedades civis locais são colocadas em segundo plano quando começam os processos formais de paz.

Benefícios às relações de gênero depois do conflito

Por fim, as mulheres e meninas podem se beneficiar das mudanças ocorridas nas relações entre os gêneros que resultam do conflito armado. Algumas vezes elas adquirem um novo status, habilidades e poderes que resultam de assumir novas responsabilidades quando os chefes de família estão ausentes ou mortos. Essas mudanças nas funções da mulher podem ser um desafio às normas sociais existentes. A participação da mulher na tomada de decisões familiares, na sociedade civil e na economia local e sua condição de proprietária de terras ou

Mulher muçulmana da Bósnia chora entre os caixões das vítimas do massacre de Srebrenica de 1995. Os restos mortais foram exumados em 2010. Viúvas e famílias dos 8 mil mortos por tropas sérvias da Bósnia em 1995 tiveram que reconstruir vidas destruídas

Anti-Indian violence in Fiji displaced thousands in 2000, such as this woman and girl in a refugee camp near Lautoka, Fiji.

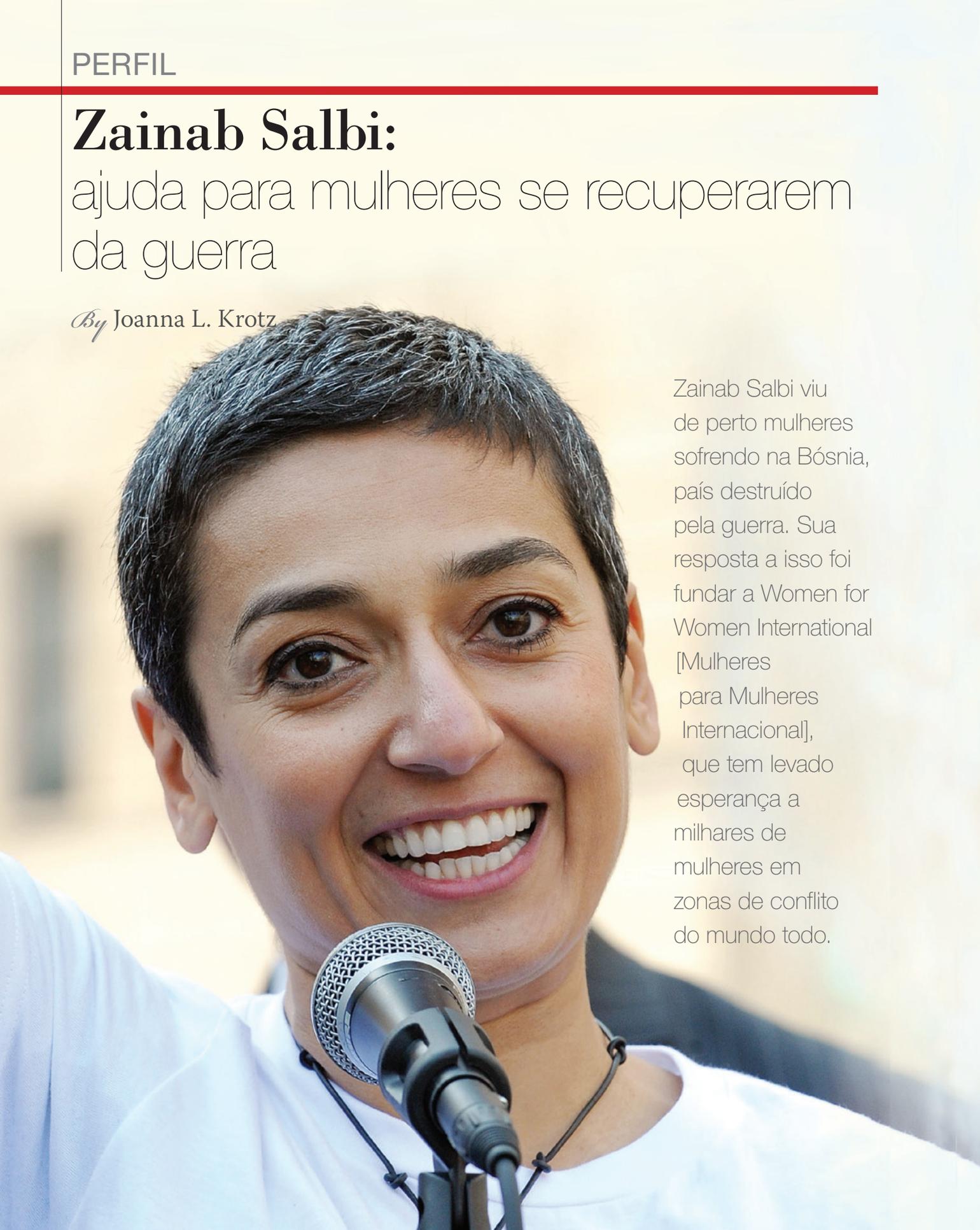
bens podem ser alteradas algumas vezes, ainda que nem sempre, em seu benefício.

A experiência específica das mulheres e meninas nos conflitos armados depende muito de seu status na sociedade antes do início do conflito. Quando existe uma cultura de violência e discriminação contra mulheres e meninas antes do conflito, esses abusos provavelmente se agravarão durante o conflito. Da mesma forma, se as mulheres não são autorizadas a participar da tomada de decisões antes do conflito, em geral é extremamente difícil que elas sejam envolvidas nas decisões durante o conflito ou durante o processo de pacificação e o período posterior ao conflito. Portanto, as relações entre os gêneros nas situações prévias ao conflito, tal como são formadas por razões de etnicidade, classe, casta e idade, muitas vezes preparam o caminho para as experiências e opções das mulheres e meninas durante e após o conflito armado.

A comunidade internacional está cada vez mais consciente e mais sensível ao impacto que os conflitos armados têm sobre mulheres e meninas (segundo demonstrado, por exemplo, pela adoção unânime em outubro de 2001 da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que incluía as necessidades especiais de mulheres e meninas durante a repatriação e reassentamento, reabilitação, reintegração e reconstrução pós-conflito) e à importância de sua participação nos processos de pacificação e no período posterior ao conflito. Da maior importância em qualquer estratégia para promover e alcançar os direitos das mulheres e meninas durante e após conflitos é a existência de um entendimento com fundamento, baseado no contexto, de como o conflito afetou diferentes grupos de mulheres e suas famílias.

Dyan Mazurana é diretora de pesquisa e professora associada do Centro Internacional Feinstein, da Universidade Tufts, onde leciona na Escola Fletcher de Direito e Diplomacia sobre direitos humanos das mulheres e crianças, populações civis afetadas por guerras, grupos de oposição armados, conflitos armados e manutenção da paz. Autora de quatro livros, muitos artigos e relatórios, ela presta consultoria a governos, organizações de direitos humanos e de proteção das crianças e agências da ONU sobre como melhorar os esforços de ajuda a jovens e mulheres afetados pelos conflitos armados. Ela trabalhou na África do Sul, nos Bálcãs e na África Subsaariana.

Zainab Salbi:
ajuda para mulheres se recuperarem da guerra

By Joanna L. Krotz

Zainab Salbi viu de perto mulheres sofrendo na Bósnia, país destruído pela guerra. Sua resposta a isso foi fundar a Women for Women International [Mulheres para Mulheres Internacional], que tem levado esperança a milhares de mulheres em zonas de conflito do mundo todo.

Carismática e sincera, Zainab Salbi chama a atenção instantaneamente. E isso antes de se ver seu currículo ou ouvir sua emocionante história pessoal.

Aos 41 anos, é reconhecida em todo o mundo como fundadora e CEO da Women for Women International, organização não governamental que ajuda mulheres sobreviventes da guerra a reconstruírem suas vidas. Nos 17 anos de sua história, a Women for Women distribuiu aproximadamente US$ 80 milhões em ajuda direta, empréstimos de microcrédito e programas que atendem a mais de 250 mil mulheres do mundo todo. Conhecida como uma campeã implacável e eficaz, Zainab viaja constantemente e trabalha com grupos locais para assegurar a segurança e prosperidade econômica de mulheres em algumas das regiões mais devastadas do mundo, incluindo a República Democrática do Congo, Ruanda, Sudão e Afeganistão. Mas muito pouco da infância de contos de fadas de Zainab Salbi poderia prever essa vocação.

Tendo crescido nos arredores privilegiados de Bagdá, era a filha adorada de uma família da elite iraquiana. Seus primeiros anos foram uma mistura idílica de excursões escolares e familiares, com aulas de piano e balé. Em seu livro de memórias de grande sucesso, intitulado "Between Two Worlds" (Entre Dois Mundos, em tradução livre) e publicado em 2005, Zainab descreve os dias ensolarados em que passeava no carro da família com sua mãe, fazendo compras, tarefas cotidianas e visitas sociais: “enquanto estávamos no carro, passando pelas avenidas margeadas por palmeiras repletas de tâmaras, absorvia minha cidade pela janela do passageiro – a velha Bagdá com seu *souk* (mercado) obscuro com

Zainab Salbi encontra-se com mulheres de Ruanda

Women for Women founder and CEO Zainab Salbi, far left, and Afghan-American actress Azita Ghanizada, far right, lead a peace march across the Brooklyn Bridge, organized in collaboration with Google, on the 100th anniversary of International Women's Day, March 8, 2011 in New York.

arcadas, onde homens forjavam cobre e política, e a nova Bagdá com seus cafés e boutiques Al-Mansour." Praticamente tudo que Zainab aprendeu em seus primeiros anos de vida, escreve ela, foi com sua adorada mãe.

A vida mudou ao completar 11 anos, mas ainda se passariam alguns anos até que pudesse identificar a mudança. Saddam Hussein assumiu o poder e logo indicou o pai de Zainab, um aviador comercial, como seu piloto pessoal. Cada vez mais, durante os anos de adolescência de Zainab, a família sentiu os efeitos do regime de Saddam, seu patronato e opressão. Zainab lembra-se dos fins de semana agradáveis na residência de Saddam, quando o chamava de "amo" ou "tio", brincava com seus filhos ao redor da piscina e, mesmo sendo avisada constantemente, ignorava deliberadamente o medo e a violência que a rodeavam. Mais tarde, quando vivia nos Estados Unidos, particularmente depois dos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, essa intimidade com Saddam a perseguiria. "Eu mantive isso em segredo e não contei a ninguém," diz. "Tinha medo de que se contasse às pessoas que conhecia Saddam, meu rosto seria apagado e tudo que as pessoas veriam em mim seria Saddam."

Quando Zainab tinha 19 anos, sua mãe progressista anunciou repentinamente que havia arranjado um casamento para ela com um banqueiro iraquiano muito mais velho que morava nos Estados Unidos. "Foi muito doloroso," diz Zainab. "Minha mãe sempre havia me dito para não depender de nenhum homem. Ela sempre foi veemente, inflexível, sobre isso. De repente, fui tirada da minha casa. Não tinha ideia do que minha mãe estava falando." Vinte anos depois, ainda se ouve a mágoa, perda e indignação na voz de Zainab. Obedientemente, ela viajou para se casar em Chicago.

E entrou num pesadelo. "O homem que era meu marido se mostrou abusivo," diz. Quando Zainab se recusou a ser dominada, ele a estuprou. Ela saiu de casa depois de três meses. "Tinha US$ 7 no bolso, algumas roupas de grife na mochila e cerca de US$ 20 semanais da minha família para sobreviver," diz Zainab.

Era 1990 e Saddam havia acabado de invadir o Kuwait. Para Zainab, não havia possibilidade de voltar ao seu país. As fronteiras estavam fechadas. A Operação Tempestade no Deserto foi iniciada. Ela não tinha como voltar ao Iraque.

Com o passar do tempo, construiu sua vida nos Estados Unidos. Anos se passaram até que voltasse a ver sua família. E anos depois disso, quando sua mãe ficou doente e prestes a morrer, Zainab finalmente encontrou coragem para perguntar por que havia sido enviada para longe. "Saddam estava de olho em você," contou a mãe. A única maneira de evitar que ela se transformasse num brinquedo de Saddam foi um casamento arranjado em outro continente.

Em 1993, Zainab morava em Washington e estava casada com um estudante palestino chamado Amjab Atallah quando leu uma reportagem sobre a guerra na Bósnia e os campos de estupros onde 20 mil mulheres eram estupradas. O casal decidiu viajar à Bósnia para ajudar.

Zainab e Amjab voltaram a Washington determinados a encontrar um grupo que pudesse ajudar as vítimas de estupro da Bósnia. Mas não havia nenhum. Então, mesmo com orçamento de estudantes, o casal fundou sua própria organização, a Women for Women, e começou a ajudar as mulheres dos Bálcãs.

Em 2004, Zainab, então divorciada, havia expandido a Women for Women para uma missão internacional. Suas aparições no programa de Oprah Winfrey, assistido por milhões de pessoas, impulsionaram tanto seu perfil quanto a organização, e o número de doações aumentou. Quinze anos depois de sua chegada aos Estados Unidos, Zainab havia se tornado uma humanitária proeminente e uma defensora dos direitos da mulher premiada, homenageada pelo presidente Bill Clinton pelo seu trabalho na Bósnia. O que não havia mudado eram seus segredos sobre Saddam e seu primeiro casamento.

Durante uma viagem ao Congo Oriental naquele ano, Zainab estava entrevistando uma mulher chamada Nabito, de 52 anos. Rebeldes haviam estuprado Nabito e suas três filhas. "Ela disse que eram tantos homens que não conseguia dizer quantos havia no lugar e quantos a estupraram," diz Zainab, se lembrando. Ela perguntou a Nabito se queria manter sua história em segredo. Zainab diz que, em vez disso, Nabito lhe disse: "Se eu pudesse contar minha história para o mundo inteiro, eu o faria, para que outras mulheres não tenham que passar pelo que passei. Então, vá e conte minha história."

A coragem de Nabito, e sua resiliente convicção, impulsionaram Zainab a quebrar seu próprio silêncio. Ser dona de seu passado também mudou a forma como Zainab Salbi trabalha. "Antes, eu era a trabalhadora humanitária com contatos e ajuda que entrevistava outras mulheres. Agora sou igual a elas. Não estou ali para salvar ninguém. Na verdade, sou uma das mulheres que estou tentando ajudar."

Joanna L. Krotz é jornalista multimídia e oradora cujo trabalho foi publicado no The New York Times, Worth, Money e Town & Country, além dos sites MSN e Entrepreneurship.org. É autora do The Guide to Intelligent Giving e fundadora do Instituto Women's Giving, organização que informa doadores sobre filantropia estratégica.

Liberia: Mulheres defensoras da paz combatem estereótipos

Por Bonnie Allen

Desde sua formação inovadora em 2007, a Índia enviou quatro unidades de polícia formadas apenas por mulheres para a Libéria, com períodos de rotação de um ano entre elas. O sucesso no país pós-guerra inspirou outros países a desafiar a tradição e enviar mais tropas femininas para funções de manutenção de paz da ONU.

Cinco dias depois de uma elaborada cerimônia de casamento no sul da Índia, Rewti Arjunan, de 28 anos, trocou seu sári de seda vermelha por um uniforme azul camuflado de polícia e voou para a Libéria, na África Ocidental.

A jovem noiva serve em uma das poucas unidades policiais do mundo formadas apenas por mulheres numa missão de manutenção da paz das Nações Unidas.

"Na Índia, somos muito tradicionalistas nessas coisas. Meu marido era contra isso", admite Rewti, que nunca havia viajado para fora da Índia. A treinada policial deu um ultimato ao futuro marido.

"Disse a ele: 'Se você permitir que eu vá nessa missão, casarei com você'."

Agora a vida de Rewti é qualquer coisa menos tradicional. Ela está ajudando a mudar a cara da polícia internacional num país pós-conflito.

Desde sua formação inovadora em 2007, a Índia enviou quatro Unidades de polícia formadas por mulheres (FFPU) para a Libéria, com períodos de rotação de um ano entre elas. Mais de cem policiais femininas com treinamento em controle de multidões e resolução de conflitos compõem as FFPU de cada vez. Elas recebem apoio de aproximadamente duas dezenas de homens que trabalham como motoristas, cozinheiros e coordenadores logísticos.

A FFPU está preparada para uma resposta rápida a qualquer violência que possa surgir nesse país de 3,8 milhões de habitantes, que ainda carece de um bom exército ou de uma força policial armada.

Duas sangrentas guerras civis, entre 1989 e 1996, e outra vez de 1999 a 2006, resultaram na morte de aproximadamente 250 mil liberianos, com centenas de milhares de desabrigados, mulheres traumatizadas pela violência sexual desenfreada, destruição de infraestruturas como escolas, hospitais e estradas, e corrupção do sistema judiciário.

Oito anos depois do fim da guerra, cerca de 9.500 integrantes das forças de paz da ONU ajudam a manter uma paz frágil.

"A maior façanha é proteger a humanidade. Tive essa oportunidade e pensei: 'quero experimentar isso'", diz Rewti.

A Unidade de polícia formada por mulheres é um símbolo do progresso que a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU

Uma integrante da primeira força de manutenção da paz composta somente de mulheres monta guarda com outras parceiras após chegar ao aeroporto de Monróvia, na Libéria.

An all-female United Nations peacekeeping unit from India arrives in Monrovia, Liberia.

significou para as mulheres, a paz e a segurança. A resolução estipula que as missões de manutenção da paz devem apoiar a participação das mulheres na construção da paz após um conflito.

A meta final das Nações Unidas é a paridade entre gêneros nos setores civis, militares e policiais, mas mundialmente as mulheres representam somente 8,2% dos aproximadamente 13 mil policiais da ONU e somente 2% da policia militar.

A Índia tem se destacado pelo pioneirismo da unidade de polícia formada apenas por mulheres, que atua junto com policiais femininas da Nigéria e de outros locais, num país orgulhoso por ter a primeira chefe de Estado mulher da África, Ellen Johnson Sirleaf.

Durante o dia, as policiais indianas montam guarda sob o sol quente em frente ao escritório da presidente e, à noite, patrulham as zonas de maior criminalidade da capital, Monróvia.

Enquanto chove nas escuras ruas de Congo Town, na Monróvia, Rewti fica sentada no banco traseiro de um veículo policial da ONU, com o cabelo preso em uma boina azul e uma pistola na cintura. Ao seu lado, Pratiksha Parab, de 25 anos, carrega um rifle AK-47 e observa pela janela.

O trabalho delas é proteger os funcionários da Polícia Nacional da Libéria (LNP), que não andam armados, enquanto patrulham para evitar roubos armados e estupros. "A maioria dos crimes violentos acontece à noite, e os criminosos usam armas", diz o comandante da LNP, Gus Hallie. "Então, com nossas parceiras da FFPU ao nosso lado, com armas, sentimos que podemos lutar contra os criminosos."

Enquanto patrulham, o observador da polícia da ONU e o funcionário da LNP brincam que "as mulheres indianas são duronas". Rewti sorri, satisfeita, mas explica por que é uma boa

integrante das forças de manutenção da paz.

"As mulheres não são agressivas. Temos uma conduta gentil. Essa presença pode manter a paz. Somos afetuosas por natureza."

Há muitos estereótipos vinculados às mulheres integrantes das forças de paz: são mais acolhedoras, mais comunicativas, menos intimidadoras. Mas o rótulo que faz a comandante do contingente, Usher Kiran, estremecer é "delicada".

"Não acho que haja uma diferença entre mulheres e homens", diz Usher, veterana há 22 anos na polícia, sentada embaixo de um cartaz de Mahatma Gandhi.

"Se você usa o mesmo uniforme e realiza as mesmas tarefas, tem a mesma autoridade que os homens."

"Onde encontramos uma diferença [entre integrantes das forças de paz homens e mulheres] é nas percepções de suas funções", explica a assessora de assuntos de gênero da ONU na Libéria, Carole Doucet. "As mulheres se veem como envolvidas mais amplamente na comunidade."

Carole diz que a polícia feminina da ONU, conhecida como "Blue Helmettes" (capacetes azuis), inspirou as mulheres liberianas a se unir à força de polícia nacional. Em 2007, somente 6% da polícia liberiana era feminina. Hoje essa proporção aumentou para 15%, com aproximadamente 600 policiais mulheres.

A secretária de Estado Hillary Rodham Clinton cumprimenta uma integrante da força de manutenção da paz da ONU na Monróvia. Clinton has strongly supported Liberian President Ellen Johnson Sirleaf in promoting democracy and development. In 2010 USAID invested more than $11 million in programs for women's empowerment.

As mulheres indianas também apoiam um orfanato, ensinam autodefesa, dão aulas de computação a mulheres locais e, apesar de um conhecimento limitado de inglês, estendem a mão para as sobreviventes de abusos sexuais.

"Posso ter medo de falar com um homem", sussurra uma vítima de estupro de 16 anos, que não pode ser identificada, em um abrigo seguro para meninas na Monróvia. "Uma mulher é melhor. É como se fosse uma tia ou mãe."

nidade policial apenas de mulheres da Índia inspirou Bangladesh e Nigéria a criar suas próprias unidades, enquanto países como Ruanda e Gana também estão aumentando suas contribuições com tropas femininas para as missões da ONU. No quartel-general indiano na Monróvia, Rewti conversa com seu novo marido pela internet, usando uma webcam, pelo menos uma hora por dia. Embora tenha saudades de casa, ela diz que se sente orgulhosa por seguir os passos de outras mulheres corajosas da história da Índia.

"Muitos combatentes pela liberdade eram mulheres (...) que lutavam pela justiça. Lutavam por coisas boas."

Bonnie Allan is a freelance journalist working in Liberia, West Africa. She worked as a journalist in Canada for more than a decade and holds a master's degree in international human rights law from the University of Oxford.

CAPÍTULO

6

A MULHER E A ECONOMIA

Um pequeno empréstimo permitiu a esta mulher iniciar um negócio com a sua própria banca de frutas e legumes em um mercado de bairro de Tbilissi

WOMEN AND THE ECONOMY

Por Susanne E. Jalbert

Em 1995, ativistas de 189 países refletiram sobre a igualdade de gênero na Quarta Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres em Pequim e na conferência paralela de organizações não governamentais em Huairou. Desenvolveram com paixão, visão e intensa concentração um plano para assegurar um futuro mais justo para as mulheres. Hoje, analisamos até que ponto progredimos em relação à paridade de gênero desde que a Plataforma de Ação com 12 pontos foi apresentada em Pequim. E perguntamos o que pode ser feito agora para promover com maior eficiência o potencial econômico das mulheres e igualar suas oportunidades às dos homens. Vimos progresso, mas não suficiente.

O envolvimento econômico mais justo para as mulheres permanece vago. As mulheres realizam dois terços do trabalho do mundo, em especial na agricultura, e ganham 10% da renda (InterAction, 2009); são proprietárias de apenas 1% dos bens (www.onlinewomeninpolitics.org); e constituem 70% dos pobres do mundo (Organização Internacional do Trabalho). “Quer as mulheres estejam trabalhando em países industrializados ou em países em desenvolvimento, em zonas rurais ou urbanas, a maioria ainda carrega o triplo ônus de criar os filhos, realizar tarefas domésticas e obter rendimentos para sua família”, foi a conclusão do documento técnico de 2010 da Soroptimist International “Mulheres no Trabalho”.

Uma designer do Instituto de Pesquisa de Couro e Calçados em Hanói, Vietnã, trabalha para melhorar as linhas de produção de calçados vietnamitas e a vantagem competitiva

Os salários das mulheres ainda são inferiores aos dos homens

Os salários das mulheres continuam inferiores aos dos homens no mundo inteiro. Nos países do Oriente Médio e da África do Norte, os salários das mulheres são cerca de 30% dos salários dos homens, 40% na América Latina e no sul da Ásia, 50% na África Subsaariana e de 60 a 70% no Leste Asiático e nos países desenvolvidos. Em 2009, 134 países foram avaliados segundo cinco indicadores de desempenho econômico que mostram que o Oriente Médio tem a maior desigualdade de gênero em termos

Women embroider traditional cloth with gold thread for sale on the Uzbekistan market.

de oportunidades econômicas *(Relatório Global de Desigualdade de Gênero 2009).*

Dados dos países desenvolvidos demonstram a possibilidade de expectativas econômicas justas. Segundo o Building Gender Balanced Business, nos Estados Unidos, as mulheres tomam 80% das decisões sobre a compra de bens de consumo; no Canadá, as mulheres iniciam 70% das novas pequenas empresas; no Reino Unido, as mulheres possuirão 60% de toda a riqueza pessoal até 2025; atualmente em todo o mundo há mais mulheres milionárias com idades entre 18 e 44 anos do que homens. Mas os dados atuais recolhidos pelas Nações Unidas em economias em desenvolvimento, em transição e pós-conflito indicam que as mulheres ainda são marginalizadas. Ou estão ausentes ou pouco representadas em decisões econômicas e na formulação de políticas.

A formulação de uma política neutra quanto ao gênero serve de estrutura para apoiar uma governança equilibrada, eficaz e boa. Funciona como um elemento catalisador do crescimento econômico saudável e uma interação convincente dos três setores da sociedade: público, privado e empresarial. A maior parte das mulheres não tem acesso justo a bens, crédito, capital ou direitos de propriedade (Centro Internacional de Pesquisa sobre Mulheres). Portanto, são necessárias políticas eficazes neutras em termos de gênero.

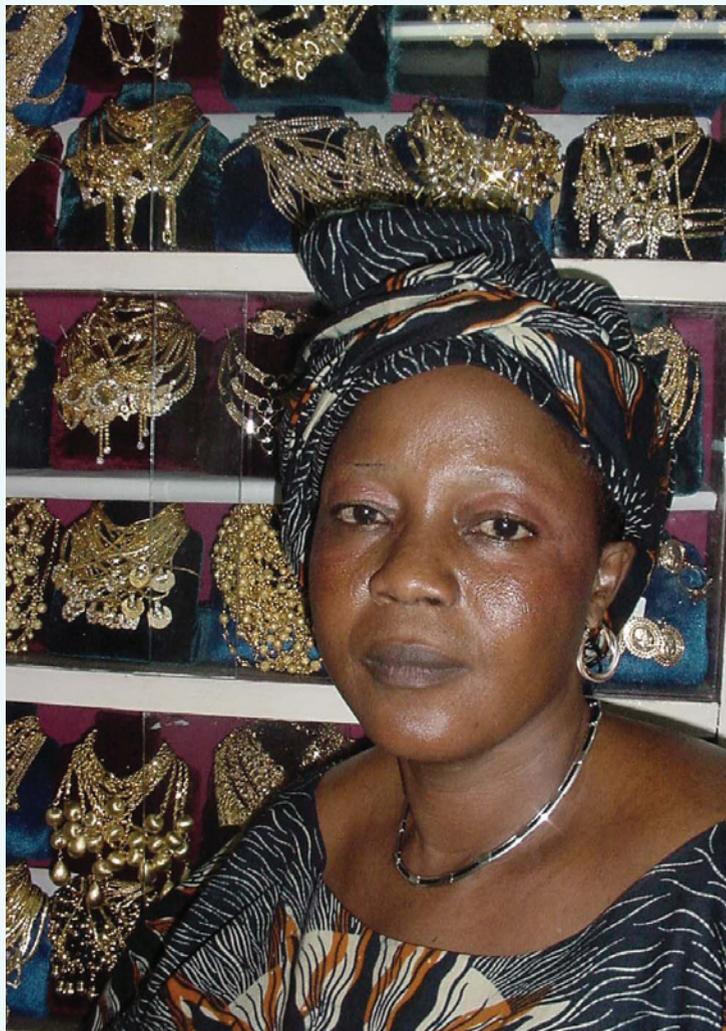
Em Chisinau, na Moldávia, a fundadora e diretora do Centro Internacional para o Progresso das Mulheres nos Negócios, Tatiana Batushkina, tem muitas preocupações de ordem política. Incluem a criação de um ambiente em que as mulheres possam interagir umas com as outras, conhecer seus plenos direitos na sociedade, compartilhar preocupações ecológicas, resolver obstáculos econômicos e eliminar a resistência pública às mulheres nos negócios. Em Jidá,

na Arábia Saudita, a principal preocupação da fundadora e diretora do Comitê de Mulheres para a Mudança Legal, Bayan Mahmoud Zahran, é responder à pergunta: "como podemos melhorar o conhecimento econômico e a consciência jurídica para alcançar um máximo de justiça?" Como dona de uma empresa na Ucrânia, Elena Baryshnikova dedica-se a refrear o reinado de regras comerciais restritivas. É fundadora e diretora da Lex-Service Audit em Sevastopol, na Ucrânia, e da Aliança para Educação Empresarial (www.bea.com.ua) em Kiev, na Ucrânia.

Progressos na redução da desigualdade de gênero

Há sinais de esperança. Dos 115 países abrangidos pelo Relatório do Fórum Econômico Mundial de 2009, desde 2006 mais de dois terços anunciaram ganhos nos índices gerais de desigualdade de gênero, indicando que o mundo em geral fez progressos na redução das desigualdades (Relatório global sobre desigualdade de gênero de 2009).

A participação feminina no setor privado em empresas grandes e pequenas, formais e informais é um motor econômico essencial para a sociedade, em qualquer parte do mundo. "Qual deve ser o aspecto da autossuficiência econômica?", indagou Nino Elizbarashvili, presidente da Associação Georgiana de Mulheres em Negócios em Tbilissi, na Geórgia, durante uma entrevista. A segurança econômica pode afetar positivamente todos os aspectos da vida de uma mulher e pode se manifestar de inúmeras formas, incluindo um impacto positivo na saúde, educação e vitalidade das famílias, liberdade para consumir e produzir e habilidade para contribuir mais plenamente para a transformação cívica e política.

Entrepreneur Rissikatou Otekpola poses in her jewelry shop in Cotonou, Benin. Microcredit helped her start a small business.

No Curdistão, Suzan Aref, diretora da Organização de Capacitação das Mulheres (www.womenempowerment-iraq.com/index.htm), perguntou: "Poderíamos nós, como mulheres, derrubar mais obstáculos? Como podemos promover melhor a segurança, os direitos das mulheres como direitos humanos, a igualdade de gênero, a participação política e o envolvimento econômico?" Um passo específico é reduzir a desigualdade de gênero através da capacitação econômica e educação das mulheres, promovendo a inclusão das mulheres em atividades econômicas no ensino primário. Outras soluções são as seguintes: as leis devem ser revistas, as práticas de atribuição

Women sort chilies in a field near Ahmedabad, India. Worldwide, millions of women work in agriculture.

de terras modificadas, o acesso à justiça melhorado e os impedimentos à entrada no mercado eliminados. Os benefícios econômicos da redução dos obstáculos à entrada da mulher no mercado de trabalho são substanciais: como observado no Relatório global sobre desigualdade de gênero, entre 2006 e 2009, dos 115 países examinados, 98 (85%) melhoraram seu desempenho. Quando as mulheres obtêm acesso a recursos econômicos e controle sobre eles, aumentam sua produtividade e seus rendimentos. Desse modo, sua capacidade de alimentar, vestir e educar suas famílias aumenta.

As questões econômicas que dizem respeito às mulheres são vastas e a lista de obstáculos políticos a resolver é longa. Se desejarmos verdadeiramente viver em sociedades justas, devemos agir neste momento. E neste momento, as políticas são a prioridade principal. Quer a política seja decidida publicamente, quer numa câmara isolada do governo, o que importa é que essa política seja essencial para determinar o rumo do nosso mundo. As vozes das mulheres devem ser ouvidas para transformar e melhorar as condições econômicas atuais. Para promover o progresso, os setores público, privado e empresarial de todo o mundo devem unir-se com agendas políticas viáveis de modo a assegurar um futuro equitativo.

Susanne E. Jalbert é uma importante ativista econômica e a arquiteta do programa de Centros Iraquianos para o Desenvolvimento de Pequenas Empresas. Ela defende o reforço da capacidade de associações empresariais femininas em todo o mundo. Publica e fala frequentemente sobre o papel e o impacto de associações empresariais, mulheres empresárias, campanhas contra o tráfico e programas de expansão empresarial.

Lubna Olayan:
empresária saudita fortalece comunidades

Por Scott Bortot

Como diretora da Olayan Financing Company, Lubna Olayan supervisiona as operações de dezenas de empresas internacionais. Mas o que muitas pessoas não sabem é que a mulher formada na Universidade de Cornell, ao trabalhar com organizações de base ao redor do mundo árabe, dedica-se a construir a sociedade em que vive.

Lubna Olayan é conhecida na Arábia Saudita e no mundo por sua sagacidade empresarial. Como diretora executiva da Olayan Financing Company, Lubna supervisiona o trabalho de mais de três dezenas de empresas com operações dentro e fora da Arábia Saudita. Mas Lubna, escolhida pela revista *Time* em 2005 como uma das 100 pessoas mais influentes, tem um lado que vai além dos negócios. Quando não está dirigindo empresas, capacita comunidades apoiando e trabalhando com organizações não governamentais.

"As organizações de base podem abordar questões sociais, temas que são tabu, de uma maneira que empresas não são capazes de fazer", diz Lubna. "Essa é a função delas, e elas não correm os mesmos riscos que as empresas. E possuem também tempo e energia para se concentrarem em questões-chave que as empresas só podem abordar marginalmente."

Lubna integra desde 2002 o conselho de administração da Fundação de Pensamento Árabe, que honra "precursores [árabes], apoia inovadores e patrocina indivíduos talentosos de nações árabes". Mas seu trabalho comunitário não para por aí. Em 2006, ela se juntou à diretoria da Al-fanar, organização que apoia organizações de base no mundo árabe.

Lubna Olayan nasceu na Arábia Saudita em 1955. Seu pai, Suliman Olayan, era um poderoso líder empresarial que fundou, em 1947, o Grupo Olayan. No início de sua carreira no Grupo Olayan, trabalhou ao lado de seu pai. Ainda que tivessem uma relação calorosa, no trabalho só tratavam de negócios. Lubna e seu pai fizeram um acordo de que no escritório não eram pai e filha, mas chefe e funcionária.

Educação, o segredo do sucesso

Lubna, formada em agricultura na Universidade de Cornell e com mestrado em administração de empresas na Universidade de Indiana, compreende o valor da educação. Por sua vez, as instituições de ensino prestaram homenagem a ela. Em 2010, a Cornell escolheu Lubna, formada em 1977, como sua "Empreendedora do Ano". David Skorton, reitor da Universidade de Cornell, disse que Lubna "aspirou a funções de liderança no mundo dos negócios e recebeu enorme reconhecimento pelas suas habilidades empresariais".

Ao fazer um discurso na Cornell para aceitar a homenagem, Lubna lembrou o papel que a universidade desempenhou na formação de seu caráter. "É importante incentivar as pessoas a terem ideias e permitir que cometam erros", disse, acrescentando que aprendeu essa lição na Cornell. "Aproveitei muito a diversidade do corpo discente."

Lubna é ativa no desenvolvimento da educação saudita. Como membro consultivo da diretoria do Effat College, instituição de

ensino para mulheres na Arábia Saudita, conhece especialmente o significado da educação para as mulheres de seu país. “A educação é a força motriz mais importante para melhorar a sociedade na Arábia Saudita, como também em outras partes do mundo”, diz Lubna.

Como atrair mais mulheres para o local de trabalho

Como membro da diretoria da Insead, escola internacional de pós-graduação em administração de empresas com diversos campi, Lubna tem muito a dizer sobre o avanço das mulheres sauditas nos negócios. Para começar, homens e mulheres trabalhando juntos constitui uma receita para o sucesso. “São necessárias duas mãos para aplaudir”, diz Lubna. “É uma progressão natural e um ajuste natural na formação de uma sociedade.”

Até determinado ponto, a segregação de algumas práticas empresariais deu poder às mulheres sauditas. “Inicialmente, sim, os serviços destinados somente às mulheres abriram as portas para que tivessem uma maior participação na vida econômica do país”, disse Lubna. “Mas daí em diante, espera-se que a segregação não continue.”

Para aumentar o número de profissionais femininas, que atualmente representam somente 6% da força de trabalho saudita, Lubna fundou em 2004 a Ação Nacional Feminina da Olayan para Contratação e Desenvolvimento (Onward). O programa aceita candidatas e fornece treinamento de habilidades que podem ser utilizadas em uma gama de profissões. Ainda que a maioria das candidatas seja recém-formadas na universidade, a meta é prepará-las para futuros cargos executivos.

Women employees help to put women buyers at ease at a car showroom in Riyadh, Saudi Arabia.

O fim da segregação no local de trabalho pode não estar muito longe, a julgar pelas medidas recentes do governo saudita. Lubna

disse que um decreto governamental melhorou significativamente a situação de mulheres que buscam acesso a oportunidades de emprego. A medida abriu a maior parte do mercado de trabalho às mulheres, além dos setores tradicionais de assistência médica e de educação. "Um dos principais segredos para o sucesso de mulheres nos negócios na Arábia Saudita é assegurar que tenham oportunidades iguais para contribuir e participar do desenvolvimento econômico do país", diz ela.

Quando as mulheres começaram a trabalhar nos escritórios das empresas Olayan, Lubna se lembra que houve uma mudança. "Acredito que isso fez uma pequena diferença. Todos eram homens até que as a mulheres vieram e, na minha opinião, isso fez com que muitos dos jovens sauditas percebessem que havia competição", disse Lubna. "Há uma alternativa se você não chegar pontualmente."

Apesar do decreto do governo, desafios ainda persistem para a mulher saudita no mercado de trabalho. "A implementação tem sido muito lenta, pois ainda há grandes organizações que não abriram suas portas às mulheres sauditas", disse Lubna.

Manter a meta à vista

Lubna, membro do Conselho Internacional de Negócios do Fórum Econômico Mundial, disse que os homens e as mulheres sauditas que tenham interesse em abrir um negócio na Arábia Saudita – ou em qualquer outro lugar – devem primeiro se preparar. "Devem ter uma meta e medir seu progresso. Devem ter todos os ingredientes necessários e conhecer todos os ingredientes para realizar seu plano", disse ela. "Devem medir o progresso regularmente caso se desviem do caminho. Deem um passo para trás (…) e concentrem-se."

Ter se mantido na trajetória de sua carreira, desde que começou a trabalhar na Morgan Guaranty em Nova York, em 1983, até hoje, é uma marca do sucesso de Lubna. "Quando se tem uma paixão verdadeira por alguma coisa, deve-se fazer dela um sucesso e se orgulhar do sucesso que se obtém", disse.

Em meio a tudo isso, o que faz Lubna mais feliz é o que está perto do coração. "Ainda que me orgulhe de muitas coisas, no final de contas, meu maior orgulho são minhas três filhas, acima de tudo."

Scott Bortot é redator do Bureau de Programas de Informações Internacionais do Departamento de Estado dos EUA.

Cottage industries provide income for women in and outside the home. This woman shows her basket weaving expertise at a travel and tourism fair in Riyadh, Saudi Arabia.

Trabalho de mulheres: passando adiante

Por Joanna L. Krotz

Um programa de aconselhamento personalizado criado pela Cúpula de Mulheres Mais Poderosas da revista *Fortune* e pelo Departamento de Estado dos EUA coloca as principais empresárias americanas em contato com jovens mulheres líderes em todo o mundo para fortalecer carreiras e comunidades.

"É fácil colocar as coisas em prática com mulheres", diz Ilham Zhiri, ao beber um café com leite e mordiscar um muffin no início de uma manhã em um movimentado Starbucks Café em Nova York. "As mulheres criam vínculos de imediato e parecem ter este instinto de se ajudarem umas às outras. Sente-se isso em toda a parte", declara, fazendo com a mão o sinal de quem abarca o mundo. "Nos Estados Unidos, sente-se isso. No meu país, sente-se isso. Até em nível diplomático se sente isso."

ZIlham entende bastante sobre a forma como as mulheres conquistam as coisas. Nos últimos 15 anos, gerencia uma gráfica e editora em Rabat, sua cidade natal no Marrocos, enquanto se dedica a apoiar mulheres mais jovens em negócios por todo o Oriente Médio. "No começo, recém-formada, foi muito difícil para mim", diz Ilham explicando porque ajuda outras mulheres. "No meu país, devido ao contexto cultural, uma mulher tem que despender o dobro do esforço e da energia para se impor perante outras mulheres e homens também. Mas feito isso, acabou. Obtém-se reconhecimento."

Essa vontade clara de liderar a mudança social e econômica e o desejo de expandir suas próprias habilidades levaram Ilham a candidatar-se ao único programa que a levaria de volta aos Estados Unidos. Anos antes, tinha estudado na Universidade Americana em Washington. Agora, Ilham encontrava-se em Nova York para a final da Parceria Global da revista *Fortune* com o programa de Aconselhamento de Mulheres do Departamento de Estado dos EUA. Todos os anos, esse programa público-privado seleciona de 30 a 35 profissionais promissoras de todo o mundo e as coloca em contato com 50 mulheres americanas experientes do mundo dos negócios, de instituições acadêmicas e do governo.

Redes de parcerias público-privadas capacitam novas líderes

O programa de um mês alavanca criativamente recursos e conhecimentos de uma aliança rara tripartite: uma lista de elite de mulheres americanas de empresas como Avon, Wal-Mart, American Express e ExxonMobil que participam da Cúpula Anual de

Above: Global Mentoring Partnership participants (left to right) Jin Yan, Aicholpon Jourbekova, Josephine Kairaba, Ilham Zhiri, Amany Eid, Rosin McCarthy and Lara Ayoub gather in front of the White House during their visit to Washington, D.C.

Esquerda: Josephine Kairaba (Ruanda), Anna Grishchenkova (Rússia) e Hussan-Bano Burki (Paquistão) interagem com a embaixadora Melanne Verveer na reunião da Parceria global de aconselhamento

Mulheres Mais Poderosas da revista *Fortune*, presidida pela editora-chefe Pattie Sellers; a organização não governamental internacional Vital Voices, cuja missão é capacitar novas mulheres líderes em todo o mundo; e o Bureau de Assuntos Educacionais e Culturais (ECA) do Departamento de Estado dos EUA.

A ideia nasceu em 2006 durante um encontro entre Pattie e a então secretária de Estado adjunta para Assuntos Educacionais e Culturais, Dina Powell, em Washington. Logo após, foi lançada a Parceria Global da revista *Fortune* com o programa de Aconselhamento de Mulheres do Departamento de Estado dos EUA. Começou como um programa com três fases para 17 mulheres. Elas receberam orientação em Washington, aconselhamento individual nos Estados Unidos e avaliação em Nova York. Foi um sucesso imediato. Atualmente o programa tem cerca de 150 mulheres graduadas de cerca de 50 países. Dina, agora chefe de compromisso corporativo da Goldman Sachs e diretora de uma iniciativa semelhante, "10 Mil Mulheres", continua a ser uma importante apoiadora.

"A Parceria de Aconselhamento oferece às mulheres um modelo transformador de liderança", explica Alyse Nelson, presidente e CEO da Vital Voices (Vozes Vitais), que recebeu subsídios do ECA no valor de US$ 190 mil em 2010 para gerenciar a logística em detalhe. Normalmente, as mulheres são profissionais de

Egyptian mentee Amany Eid is business development manager for Cairo-based financial website www.mubasher.Info and a freelance writer. She also mentors younger people, teaching them job search and resume writing skills.

primeira geração que não têm um modelo a seguir nos seus países. Portanto, o treinamento direto é um estímulo enorme em termos emocionais e práticos. Igualmente importante, diz Alyse, "as participantes sabem que as principais mulheres na lista das 500 maiores empresas da revista *Fortune* não necessitam dedicar tempo e esforço para aconselhamento, mas o fazem. As mulheres mais jovens veem o efeito cascata de fazer bem e fazer o bem. Compreendem o investimento que está sendo feito nelas e sua responsabilidade de retribuir".

Agora em seu quinto ano, o programa está bem estabelecido. "Contatamos nossas embaixadas e escritórios regionais, que identificam e indicam mulheres da região para o programa", diz a diretora geral de programas culturais do ECA, Chris Miner, que supervisiona milhares de programas de intercâmbio do Departamento de Estado. "Obviamente, elas devem ter um bom domínio do inglês", diz Chris. "Mas as mulheres devem ser também líderes emergentes que participam e levam suas aptidões, carreiras ou negócios a um nível superior. Essas mulheres estão destinadas ao sucesso." Pattie Sellers convida empresárias americanas de alto nível a servirem de voluntárias. Suas empresas cobrem a viagem e as despesas de uma participante, cerca de US$ 8 mil cada. Trabalhando na equipe da revista *Fortune*, Pattie organiza cada dupla.

"Aprendemos umas com as outras", diz Susan Whiting, quatro vezes conselheira e vice-presidente

da Nielsen Company, empresa mundial de marketing e informações de mídia. "Para mim, é particularmente importante ver os EUA através dos olhos delas." Fazendo dupla com Ilham Zhiri este ano, Susan notou um padrão entre as mulheres aconselhadas. "As mulheres mais jovens a caminho do sucesso sentem muitas vezes que têm de pôr de lado partes de si mesmas, e não creio que isso seja bom a longo prazo. Para se ter êxito, é preciso ser verdadeira consigo mesma", diz ela.

Destinadas ao sucesso

Revendo sua experiência na Nielsen, Ilham diz que vai regressar ao Marrocos com dois objetivos. "Primeiro aprendi (...) que posso alavancar oportunidades de negócios na região do norte da África". O segundo objetivo, gerenciar um equilíbrio claro entre vida e trabalho, a surpreendeu. "Há uma frase maravilhosa que aprendi aqui – sobre 'replantar-se' a si mesma", diz Ilham. "Temos que fazer crescer nossa vida pessoal para fazer crescer o nosso negócio. Aprendi que não preciso ser tão dura comigo mesma."

A última semana de ritmo acelerado em Nova York foi uma mistura intensa de sessões de treinamento sobre a mídia, oficinas sobre empreendedorismo, painéis de discussão e eventos de *networking* organizados por líderes da indústria.

Ugandan entrepreneur Rehmah Kasule started Century Marketing in 1998. She consults on strategic planning, branding and entrepreneur development, mentoring women to achieve her goal: Empowering Ugandan women and making them economically independent. She writes for leading daily newspaper *New Vision*, is a motivational speaker and is currently consultant for the National Export Strategy (NES) a government initiative that supports women in exports. Here Kasule participates in the international Vital Voices-sponsored Global Mentoring Walk.

"Candidatei-me ao programa porque queria me avaliar em comparação a líderes nos EUA", declara Hussan-Bano Burki, diretora sênior da USAID em Islamabad.

Seu trabalho consiste em facilitar o comércio e desenvolver ferramentas de marketing on-line. "No Paquistão, já sou conhecida como uma boa líder e minhas aptidões estão à altura deles."

Formando dupla com Beth A. Brooke da Ernst & Young, Hussan-Bano disse: "Aqui, vi conselheiras que foram além dos seus deveres profissionais para criar contatos e passar adiante." A revelação para Hussan-Bano foi ver como Beth usava seus contatos para acessar recursos desconhecidos e facilitar políticas. "Nos primeiros dias na E&Y, reconheci que não estava aproveitando a ideia de utilizar os contatos como uma vantagem e que precisava ser menos tímida para pedir ajuda. Beth fez conexões com tantas instituições e pessoas relevantes para as coisas que fiz. O poder prático disso foi uma grande lição." Em resumo, acrescenta Hussan-Bano, "aprendi o que é importante para crescer profissionalmente".

Joanna L. Krotz é jornalista multimídia e oradora cujo trabalho foi publicado no The New York Times, Worth, Money e Town & Country, além dos sites MSN e Entrepreneurship.org. É autora do The Guide to Intelligent Giving e fundadora do Instituto Women's Giving, organização que informa doadores sobre filantropia estratégica.

كرفت

CAPÍTULO

7

A MULHER NO PODER E NA TOMADA DE DECISÕES

Women make significant contributions to civil society, yet around the world their representation in government is limited. Here a Kuwaiti woman flashes the victory sign in Kuwait City after their parliament, in May 2005, passed a historic law that allows women to participate actively in politics.

MULHERES NO PODER E NA TOMADA DE DECISÕES

Por Lori S. Ashford

Em todo o mundo, a falta de representação das mulheres no governo, principalmente em órgãos executivos e legislativos de alto nível, limita sua influência sobre as políticas governamentais e públicas. Pode-se argumentar que a participação das mulheres na tomada de decisões é essencial para garantir sua igualdade e seus direitos. Nos lugares onde as mulheres participaram ativamente da política pública, foi possível aumentar a visibilidade de questões relacionadas às mulheres e trabalhar para acabar com a discriminação de gênero. Mas as mulheres têm tido um progresso lento no campo político, mesmo que tenham tido avanços impressionantes em outras áreas como educação, emprego e saúde.

Activist Rola Dashti, left, and Kuwait's first woman cabinet minister Dr. Masouma Al Mubarak celebrate with supporters after passage of a bill in Kuwait's parliament that gives women the right to vote and run for public office.

Participação política das mulheres: fatos e números

A representação das mulheres em órgãos legislativos aumentou na maior parte do mundo, mas ainda está num nível baixo. Em 1990, as Nações Unidas pediram às mulheres que assumissem uma "massa crítica" de 30% das vagas parlamentares, nível considerado suficiente para causar uma mudança na política nacional. Vinte anos depois, somente 26 de 186 países alcançaram ou ultrapassaram a marca de 30% de representação das mulheres numa câmara baixa ou única de parlamento, segundo a União Interparlamentar. Nos Estados Unidos, as mulheres tinham 16,8% das cadeiras da Câmara dos Deputados em 2010, porcentagem ligeiramente abaixo da média mundial de 19% de legisladores nas câmaras baixas do mundo todo. (Women in National Parliaments [Mulheres em Parlamentos Nacionais]: http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm)

Esses números globais ocultam grandes disparidades regionais: as mulheres compõem 42% do parlamento nos países escandinavos, mas apenas 12% das assembleias árabes. Alguns países africanos estão no topo da lista: em Ruanda e na África do

Above: Residents of Kigali, Rwanda, march in support of women's rights. Rwanda is noteworthy for its high proportion of women in public office. Left: Two powerful voices for women are Nigerian democracy and civil rights activist Hafsat Abiola, left, and former Irish president Mary Robinson, here at a women's leadership summit in Cape Town, South Africa.

Sul as mulheres têm 56% e 45% das cadeiras, respectivamente. Na Suécia, as mulheres ocupam 45% das cadeiras parlamentares.

O progresso da representação das mulheres nas divisões executivas dos governos está sendo ainda mais lento. Em 2010, apenas 11 dos 192 chefes de governo eram mulheres. Mundialmente as mulheres ocupavam somente 16% dos cargos ministeriais. A Finlândia se destaca nessa categoria, com

63% dos cargos de nível ministerial ocupados por mulheres.

Por que as mulheres não têm poder político?

A baixa proporção de mulheres em cargos de tomada de decisões políticas reflete as vantagens históricas dos homens nos sistemas eleitorais e as desigualdades de longa data entre homens e mulheres na sociedade. Em casa, na escola, no local de trabalho e em outros lugares, as meninas e mulheres costumam ter menos oportunidades que os homens com o mesmo status para adquirir habilidades políticas e de liderança. O campo político pode ser o menos receptivo ao aumento da diversidade e da igualdade de gênero por ser frequentemente informal e sujeito às normas de "panelinhas de amigos".

A democracia por si só não cria um caminho para que as mulheres tornem-se líderes. Na verdade, duas das democracias mais antigas, Estados Unidos e França, têm baixas porcentagens de mulheres em cargos eleitos. Na maior parte das sociedades, as mulheres têm acesso limitado às vias de poder convencionais, como partidos políticos, organizações empresariais e sindicatos. Por não ter contatos e influência, elas têm mais dificuldades para arrecadar dinheiro para campanhas políticas. Sendo assim, muitas vezes as mulheres entram na vida pública por vias alternativas como instituições beneficentes e organizações de mulheres.

Superar as probabilidades

Muitos dos avanços políticos que as mulheres fizeram devem-se às cotas de gênero que visam aumentar o número de mulheres nos órgãos legislativos, de parlamentos nacionais a conselhos locais de vilas. Aproximadamente 50 países criaram essas cotas,

A young woman votes in Riga, Latvia.

tendo sido os países nórdicos os primeiros a implementá-las, e de 30 a 40 outros países têm cotas voluntárias, segundo a União Interparlamentar. Além das cotas, as mulheres precisam ser treinadas para se candidatar aos cargos e exercê-los. Os sistemas de recrutamento para cargos legislativos e executivos devem ser mais transparentes.

Ruanda e África do Sul tiveram saltos históricos na proporção de mulheres no parlamento depois que suas constituições nacionais foram reescritas, com o estabelecimento de cotas para a representação das mulheres. Em outros países, como o Quirguistão em 2007, foram adotadas cotas de 30% como parte de uma reforma eleitoral.

Mulheres na zona rural de El Quiché, Guatemala, mostram os dedos pintados, com os quais marcam as cédulas eleitorais

No Kuwait, o parlamento composto somente por homens outorgou às mulheres direitos políticos plenos em 2005, um passo pequeno, mas significativo no mundo árabe. Muitos outros países reservaram cadeiras para mulheres em conselhos locais de vilas e órgãos governamentais. Recentemente, alguns estados da Índia aumentaram a cota de mulheres nesses órgãos de 30% para 50%.

O poder da medição

O monitoramento da participação das mulheres na vida política é fundamental, mesmo que as métricas usadas sejam imperfeitas. A proporção de mulheres no total de vagas dos parlamentos nacionais é uma medida confiável porque esses órgãos são relativamente estáveis ao longo do tempo e a contagem de membros pode ser facilmente comparada entre os países. Mas o percentual de vagas ou cargos ocupados por mulheres não revela nada sobre o quanto elas participam plenamente ou quanto poder exercem. Apesar disso, o estabelecimento de referências para o progresso das mulheres chama atenção para o assunto, bem como garante que a ação afirmativa esteja funcionando. Essas medidas não seriam necessárias se houvesse igualdade de gênero, mas até que ela seja alcançada e as cotas não sejam mais necessárias, as mulheres devem continuar participando ativamente e lutando pela sua cota de representação.

Lori S. Ashford, consultora independente, escreve sobre questões globais de população, saúde e mulheres há 20 anos. Anteriormente, no Bureau de Referência Populacional, ela escreveu os boletins Mulheres do Nosso Mundo (Women of Our World) amplamente divulgados e o boletim sobre população “Novas Políticas Populacionais: Promovendo a Saúde e Direitos da Mulher” (New Population Policies: Advancing Women's Health and Rights), entre outras publicações.

Michelle Bachelet:
médica, estrategista militar, chefe de Estado

Por Karen Calabria

A coragem, o comprometimento e as circunstâncias impulsionaram essa médica que se transformou em política a ser a primeira mulher presidente do Chile. Atualmente ela trabalha pela igualdade de gênero em âmbito internacional.

Ela se declara agnóstica. É divorciada e mãe de três filhos. Cantora amadora de música popular. Dificilmente essa seria uma receita de sucesso político num país tão ardentemente religioso e socialmente conservador como o Chile.

Mas a primeira presidente mulher eleita democraticamente no país sul-americano, dra. Michelle Bachelet, nunca recuou diante das contradições. Quando foi o caso, ela usou-as para criar seu legado.

"Abrimos as portas e janelas para que as pessoas comuns entrassem, para incentivar sua participação", disse Michelle ao jornal The New York Times ao fazer uma reflexão sobre os aspectos fraturados de seu passado que se uniram e fizeram com que ela ganhasse a presidência do Chile.

Ela é uma presa política que se transformou em servidora pública e que, como ministra de governo e presidente do Chile, trabalhou para estabelecer uma democracia estável durante a transição da brutal ditadura militar do general Augusto Pinochet.

É médica, epidemiologista e pediatra, com uma facilidade para a cura igual, se não superior, à sua competência como estrategista militar. Estudou estratégia militar na Academia Nacional de Estudos Políticos e Estratégicos do Chile e no Colégio Interamericano de Defesa, em Washington. Em sua primeira tentativa de ganhar o mais alto cargo político, saiu da competição como presidente, a primeira mulher eleita presidente do Chile.

E, com somente 59 anos de idade, Michelle não está nem perto de ter terminado. Recentemente foi nomeada primeira diretora da nova agência das Nações Unidas, a ONU Mulheres, e continua construindo seu legado, desta vez como uma das ativistas mais notáveis do mundo na luta pela igualdade de gênero.

"Na minha família aprendi que todas as pessoas devem ter igualdade de oportunidades, e que a justiça é essencial, a dignidade é essencial. Então, está no meu DNA acreditar nos direitos das pessoas e que todos somos diferentes, e que isso é ótimo, pois torna este mundo mais interessante", disse em uma entrevista a Barbara Crossette publicada na revista Nation.

Esses ideais passaram pelo primeiro e mais difícil teste durante a derrubada do então presidente Salvador Allende pelo homem forte das forças militares, Pinochet, em 1973. Seu pai, um general da Força Aérea com cargo proeminente no governo de Allende, foi preso pelos militares, acusado de traição. Foi torturado e, como resultado, morreu de ataque cardíaco.

Michelle não deixou que isso impedisse sua participação política. Em vez disso, intensificou seu compromisso como membro do Movimento Juvenil Socialista. Mas suas atividades foram cerceadas quando ela e sua mãe foram

A presidente Bachelet fala com uma família afetada pelo terremoto e tsunami de 2010 em Constitución, Chile

detidas em centros de tortura pelo regime de Pinochet antes de fugirem para a Austrália, em 1975.

Apesar do que sofreu nos primeiros anos de engajamento político, Michelle esforçou-se muito para lidar com as desigualdades da sociedade chilena. Como ministra da Saúde, cargo que ocupou em 2000 durante a presidência de Ricardo Lagos, melhorou o acesso à assistência médica pública. Em 2002, foi a primeira mulher da América Latina a ser nomeada ministra da Defesa. Durante sua gestão, promoveu a reconciliação entre os militares e a sociedade civil, reformando e modernizando o exército chileno.

"Por ter sido vítima do ódio, consagrei minha vida a transformar o ódio em compreensão, tolerância e, por que não dizer, em amor", disse no seu discurso de vitória após a eleição presidencial de 2006.

Ainda que tenha começado sua carreira como médica, ascendendo rapidamente para ministra da Saúde, não conseguiu deixar de lado a influência duradoura dos antecedentes militares de seu pai.

"Percebi que uma das barreiras para a democracia plena era a falta de compreensão entre o mundo militar e o mundo civil. Eles falavam idiomas diferentes. Queria ajudar nisso. Eu poderia ser uma ponte entre esses dois mundos", disse ao The Guardian sobre seus estudos de ciência militar que levaram à sua nomeação, em 2002, como a primeira mulher ministra da Defesa no Chile.

Apesar de todos os seus sucessos, Michelle não ficou isenta de críticas. Foi fortemente criticada pela política de educação de sua administração, pelo fracasso de um ambicioso plano de transporte público e uma série de

disputas trabalhistas intermináveis. Mas sua taxa de aprovação é a mais alta entre todos os presidentes da história do Chile, superando os 84% quando deixou o cargo, em março de 2010.

Ainda assim, por mais sucesso que tenha, ele parece não diminuir sua determinação de avançar para a próxima tarefa. Em julho de 2010, o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, nomeou-a como a primeira diretora da agência recém-criada, a ONU Mulheres.

Pouco depois da nomeação, a Rádio ONU veiculou uma entrevista na qual Michelle não hesitou em descrever algumas das dificuldades que enfrenta em sua nova função. "Em muitas regiões do mundo, as mulheres se encontram numa situação muito difícil. Elas não têm as mesmas oportunidades que os homens no que diz respeito aos direitos humanos mais essenciais, são discriminadas e têm seus direitos violados. Ainda há alguns lugares nos quais as mulheres são mutiladas. Assim, estou convencida de que precisamos trabalhar arduamente para melhorar sua condição, e eu sei que isso é (...) um trabalho muito difícil."

E apesar do legado que já criou para si mesma como uma das chefes de Estado do mundo, Michelle Bachelet continua tão comprometida com sua visão de um futuro melhor quanto a jovem idealista que enfrentou o mesmo regime opressivo que causou a morte de seu pai.

Como disse ao The New York Times, "aquilo que mais me interessa, ao que continuo comprometida, tem menos a ver com viver no passado do que com criar um futuro melhor".

A supporter of President Michelle Bachelet holds a newspaper that proclaims "Thank you President" on her last day in office, March 11, 2010. She maintained a high popularity rating to the end of her tenure.

Karen Calabria é escritora independente e vive na cidade de Nova York.

Conselho de Mulheres Líderes Mundiais

Por Laura Liswood

No Instituto Aspen, o Conselho de Mulheres Líderes Mundiais é um fórum de mulheres poderosas que atuam ou atuaram como líderes mundiais no qual elas debatem para desenvolver estratégias de promoção da igualdade de gênero.

Teoria de que a riqueza deve ser distribuída de cima para baixo pode ser controversa em qualquer debate sobre economia, mas pode ser um método poderoso quando a meta é promover a igualdade de gênero.

Esse é o resultado final que pretende o Conselho de Mulheres Líderes Mundiais, instituição que segue a estrutura "top-down" (de cima para baixo, em que todos obedecem a hierarquias), composta de mulheres líderes de governos e que utiliza sua influência para aumentar as oportunidades para mulheres do mundo todo. Sua missão: mobilizar globalmente as mulheres líderes do mais alto nível em uma ação coletiva sobre assuntos de importância crítica para as mulheres.

"Estudos têm demonstrado que, na época em que as crianças entram na escola, elas já têm um senso profundamente imbuído do que significa ser homem e mulher na sua sociedade", disse Kim Campbell, primeira mulher a ocupar o cargo de primeiro-ministro do Canadá, em artigo recente na revista Newsweek. "Se essa visão apoia os papéis tradicionais dos gêneros, a educação terá dificuldades para substituí-la por algo que contribua mais para a igualdade de gênero. Se quisermos abrir oportunidades para as mulheres na vida pública, temos que lidar com o cenário a partir do qual as pessoas criam suas ideias sobre como o mundo funciona."

O conselho foi concebido como uma maneira de promover esse objetivo. Criado em 1997, não é somente outro local para autoridades importantes posarem em público. Esses não são os grupos de relacionamento de mulheres dos anos 1980 e 1990, mas reuniões poderosas com todas as prerrogativas que vêm junto com a ocupação de cargos de alto nível. Essa rede de mulheres de elite tem o objetivo de utilizar sua influência, mudar atitudes e eliminar obstáculos ao progresso das mulheres. Por exemplo, por meio de sua Iniciativa Ministerial, o conselho fornece um veículo para a voz feminina coletiva sobre assuntos mundiais espinhosos, moldando as agendas de reuniões multilaterais de formulação de políticas que se concentrem diretamente nos aspectos de gênero.

A Iniciativa Ministerial sobre meio ambiente foi criada para atender à necessidade crítica de promover políticas de desenvolvimento sustentáveis. O conselho

À esquerda: A ex-secretária de Estado dos EUA, Madeleine Albright, desempenhou um papel fundamental na fundação da Iniciativa Ministerial do Conselho de Mulheres Líderes Mundiais
A baixo: Ex-líderes no primeiro Conselho de Mulheres Líderes Mundiais. Sentadas, a partir da esquerda: Violeta B. de Chamorro, ex-presidente da Nicarágua; Vigdis Finnbogadottir, ex-presidente da Islândia; Laura Liswood, diretora executiva do conselho. Em pé, a partir da esquerda: Tansu Ciller, ex-primeira-ministra da Turquia; Hanna Suchocka, ex-primeira-ministra da Polônia, a falecida Benazir Bhutto, ex-primeira-ministra do Paquistão; Dame Eugenia Charles, ex-primeira-ministra da Dominica e Kim Campbell, ex-primeira-ministra do Canadá

observou em 2009 que as mulheres são as principais responsáveis pela criação dos filhos e por assegurar recursos suficientes para a nutrição e saúde de suas famílias. Sendo assim, a lógica dita que o envolvimento das mulheres em questões ambientais deveria aumentar. Dada a variedade de sua interação diária com o meio ambiente, as mulheres são afetadas mais profundamente pela sua degradação. No entanto, a representação das mulheres é muito deficiente nas reuniões onde são tomadas decisões sobre desenvolvimento e meio ambiente.

Madeleine Albright, a primeira mulher a ser secretária de Estado dos Estados Unidos, foi presidente fundadora da Iniciativa Ministerial e membro do conselho de administração do Instituto Aspen. Para homenagear suas contribuições, seu nome foi dado a uma série de debates de mesa redonda.

A série Vozes de Mulheres Madeleine K. Albright no Instituto Aspen recebe líderes mundiais e especialistas em diversas disciplinas aclamadas internacionalmente, que debatem sobre questões específicas de políticas e sugerem ações futuras para obtenção de mudanças, com ênfase na dimensão de gênero do tema. Questões de segurança, ambientais e sociais são examinadas por meio de uma "lente de gênero".

Em 2010, por exemplo, um painel apresentou duas cientistas políticas notáveis: Erika Falk, da Escola de Comunicação Annenberg e Elisabeth Gidengil, da Universidade McGill. Elas discutiram suas recentes descobertas sobre candidatas a cargos políticos que mostraram que a ascensão ao topo ainda costuma ser escorregadia. Elas também descobriram que os jornalistas se concentram significativamente mais nos cargos políticos dos homens do que nos das mulheres, falam mais da aparência física das mulheres do que dos homens e dão o dobro de cobertura às campanhas políticas dos homens.

Em 1996, Vigdís Finnbogadóttir, a primeira mulher eleita democraticamente como chefe de Estado da Islândia, cargo que ocupou de 1980 a 1996, colaborou com esta autora para convocar chefes de governo mulheres. O Conselho de Mulheres Líderes Mundiais foi criado em 1997.

Liberian President Ellen Johnson Sirleaf was elected to a second term in 2011. Her strong background in finance led her to various government and nongovernment positions, including finance minister, before she became president.

German Chancellor Angela Merkel (left) and Finnish President Tarja Halonen talk at the Berlin Chancellery.

Vigdís foi sua primeira presidente. O conselho funcionou na Escola de Estudos Governamentais Kennedy da Universidade de Harvard até 2004. Agora ele é um programa de políticas do Instituto Aspen, organização internacional sem fins lucrativos com sede em Washington que promove a liderança esclarecida e o diálogo aberto.

Tarja Halonen, presidente da Finlândia desde 2000, atualmente é a presidente do conselho. Mary Robinson, ex-presidente da Irlanda (1990 a 1997), e Kim Campbell, ex-primeira-ministra do Canadá (1993), também já ocuparam o cargo. Presidentes e primeiras-ministras eleitas democraticamente são qualificadas para se unir, por convite, ao conselho de 45 membros. Atualmente ele inclui a ex-presidente do Chile Michelle Bachelet, a presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf, a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, e a ex-primeira-ministra da Nova Zelândia Helen Clark, entre outras.

Em 1998, o conselho se expandiu e passou a incluir mulheres membros de gabinetes. A Iniciativa Ministerial promove a democracia, a igualdade de gênero e a boa governança por meio de trocas de ideias em reuniões ministeriais sobre questões mundiais como saúde, educação, meio ambiente, finanças, economia e desenvolvimento.

O conselho também incentiva líderes emergentes por meio de seus programas de bolsas de pós-graduação, que inserem estudantes promissoras em escritórios de membros do conselho, organizações internacionais e escritórios ministeriais do mundo todo. Por meio das três divisões do programa, Gênero e Política Pública, Política Ambiental e Política de Saúde Pública, as bolsistas recebem uma oportunidade de observar de perto como a liderança se manifesta nos níveis mais altos. Até o momento, mais de 160 bolsistas atuaram em 52 escritórios no mundo todo. As estudantes de escolas conceituadas de pós-graduação em saúde pública e estudos ambientais são designadas para ministérios dos membros do conselho e organizações internacionais.

O conselho é um espaço único para o diálogo sobre o papel das mulheres nos níveis mais altos de tomada de decisões e para promoção de assuntos da mulher e das mulheres no governo. Oferece uma rede de recursos para mulheres líderes de alto nível e coloca à disposição um fórum para que um grupo diversificado de legisladoras experientes recomende soluções viáveis para as desigualdades que afetam a mulher atualmente. A diversidade de perspectivas do conselho reflete os desafios plurais enfrentados pelas mulheres em diversas regiões do mundo.

Laura Liswoodé secretária-geral do Conselho de Mulheres Líderes Mundiais, que cofundou com a ex-presidente da Islândia Vigdís Finnbogadóttir, com o objetivo de fornecer uma rede mundial para mulheres líderes na qual possam compartilhar suas experiências únicas e aprender umas com as outras num ambiente de cooperação. Ela também é assessora sênior do banco global de investimentos Goldman Sachs.

CAPÍTULO

8

MECANISMOS INSTITUCIONAIS PARA O AVANÇO DA MULHER

The International Monetary Fund Managing Director Christine Lagarde is among the dynamic women who lead the way for women in traditionally male-dominated institutions. Government and nongovernment agencies can promote the achievement of mainstream gender equality.

MECANISMOS INSTITUCIONAIS PARA O AVANÇO DA MULHER

Por Mona Lena Krook

Instituições nacionais para o avanço da mulher foram criadas em quase todos os países do mundo. Entre elas há escritórios, comissões, agências e ministérios sobre a condição das mulheres. Os primeiros escritórios dessa natureza foram reconhecidos no começo do século 20 pela Liga das Nações e pela Aliança Internacional das Mulheres, formada durante o movimento pelo sufrágio feminino. Um dos primeiros exemplos é o Bureau de Mulheres nos Estados Unidos, criado em 1920 como parte do Departamento do Trabalho para promover o bem-estar das trabalhadoras por meio da formulação de normas e políticas para melhorar suas condições de trabalho, eficiência e oportunidades de emprego. No entanto, a maior parte das agências governamentais foi fundada depois da Primeira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Mulheres, em 1975. A ordem inicial desses escritórios era de aumentar a participação das mulheres na educação, na política e na economia. Entre os exemplos desses escritórios no mundo estão o Serviço Nacional da Mulher no Chile, o Escritório de Igualdade no Governo no Reino Unido, a Comissão de Igualdade de Gênero na África do Sul e o Ministério da Mulher, Família e Desenvolvimento Comunitário na Malásia.

Além das instituições governamentais, diversas organizações regionais e internacionais organizam agências para promover a igualdade de gênero. A agência regional desse tipo mais antiga é a Comissão Interamericana de Mulheres, unidade especializada da Organização dos Estados Americanos que foi criada em 1928 como fórum para gerar políticas de promoção dos direitos civis e políticos das mulheres no Hemisfério Ocidental. A mais recente é o Instituto Europeu de Igualdade de Gênero, fundado em 2006 para ajudar as instituições e Estados-membros da União Europeia a promover a igualdade de gênero por meio de políticas públicas.

Luxembourg's Viviane Reding became a member of the European Parliament in 1999, later a member of the European Commission and currently is European Commission vice president for justice, fundamental rights and citizenship.

No sistema da ONU, quatro escritórios lidam com os assuntos de igualdade de gênero: a Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW), o Fundo de Desenvolvimento da ONU para a Mulher (UNIFEM), o Instituto

Deputadas iraquianas conversam em uma sessão do parlamento em Bagdá. A presença de mulheres no governo pode ajudar a promover a capacitação da mulher de modo geral

Internacional de Pesquisas e Capacitação para a Promoção da Mulher (Instraw) e o Escritório do Assessor Especial para Questões de Gênero e Avanço da Mulher (Osagi). Eles existem junto com a Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW), criada pelo Conselho Econômico e Social da ONU em 1946, cujas reuniões anuais definem e elaboram as políticas da ONU sobre mulheres e gênero. Em 2010, a Assembleia Geral da ONU decidiu por unanimidade criar a Entidade da ONU para Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) para fundir as ações da DAW, UNIFEM, Instraw e Osagi a fim de acelerar o progresso da conquista de direitos humanos para as mulheres em todas as áreas. Essa medida foi justificada com o argumento de que a igualdade de gênero não é somente um direito humano básico, mas também impulsiona o crescimento econômico.

Da igualdade de direitos à integração da perspectiva de gênero

O interesse compartilhado desses escritórios, tanto nacionais quanto internacionais, é promover a igualdade de gênero e a capacitação da mulher. Os métodos para atingir essas metas, no entanto, evoluíram com o passar do tempo. Inicialmente a maioria dos "mecanismos de avanço" se concentravam em sancionar e aplicar políticas que assegurassem tratamento igual para homens e mulheres, procurando ganhar para as mulheres os mesmos direitos já desfrutados pelos homens. Essa estratégia foi criticada mais tarde por simplesmente assimilar as mulheres a uma norma masculina que poderia não ser apropriada para as mulheres e meninas. Surgiu então um segundo método, que reconhecia que poderiam ser necessárias políticas diferentes

para homens e mulheres para se alcançar a igualdade de gênero.

A insatisfação com essa estratégia levou a um terceiro método, conhecido como "integração da perspectiva de gênero", popularizado no mundo por meio da Plataforma de Ação de Pequim. A integração da perspectiva de gênero envolve a avaliação de cada possível política: 1) com uma lente de gênero, ou seja, avaliando as diferentes implicações de uma política para mulheres e homens; 2) com a meta de promover a igualdade entre mulheres e homens. Isso difere das estratégias anteriores ao buscar aplicar uma perspectiva de gênero em todas as áreas de políticas, incluindo aquelas em que a dimensão de gênero não seja facilmente percebida. A integração da perspectiva de gênero se reflete na missão do Conselho da Casa Branca para Mulheres e Meninas, criado pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em 2009, para assegurar expressamente que cada agência do governo "leve em conta as necessidades das mulheres e meninas nas políticas que elaborar, nos programas que criar e na legislação que apoiar".

Somente o começo

A ampla presença de mecanismos de política sobre a mulher oculta variações importantes quanto à força e condição dessas agências, cujos recursos com frequência são vulneráveis a mudanças de governo e prioridades de financiamento dos doadores.

Youth clubs can help young women gain skills. Rabeeta Chaudhary is president of her village youth club in Sutaiya, Nepal, which organizes projects and helps mediate disputes.

Esses escritórios podem diferir muito em termos de orçamento e pessoal, extensão de seu mandato, proximidade do Executivo, experiência de seus diretores e prioridades políticas. Em alguns países, por exemplo, as agências têm classificação ministerial, enquanto em outros são parte do escritório do presidente ou estão sob direção de outros ministérios, como da Justiça ou Desenvolvimento Social. Poucos desses mecanismos têm o poder de negociar seus próprios orçamentos, e muitos têm somente alguns poucos funcionários. Além disso, sua existência e status podem depender somente da vontade do presidente ou primeiro-ministro, que pode reorganizar fundamentalmente seu mandato, por exemplo, agregando um foco na família e crianças ou combinando a unidade com outros escritórios dedicados a questões raciais, de deficiências ou de orientação sexual. Uma preocupação contínua é se essas agências são investidas com poder e recursos suficientes para promover verdadeiramente a igualdade de gênero e a capacitação das mulheres. Os artigos deste capítulo abordam as formas como algumas mulheres estão trabalhando por meio de instituições para dar à mulher mais voz por meio de legislação e defesa governamental e não governamental.

Mona Lena Krook é professora adjunta de ciências políticas e estudos sobre a mulher, gênero e sexualidade na Universidade de Washington em St. Louis. É autora de Quotas for Women in Politics (2009) e coeditora de Women, Gender, and Politics: A Reader (2010).

United Nations agencies advance women by employing them in many capacities. This woman in Hera, East Timor, was a United Nations peacekeeper during that country's transition to independence in 2000.

Kateryna Levchenko: desafio à política patriarcal

Por Yevhen Hlibovytsky e Oksana Forostyna

Kateryna Levchenko tornou-se feminista no começo de sua carreira como acadêmica e tem passado sua vida desafiando os estereótipos patriarcais tradicionais das mulheres dentro do governo e por meio de organizações não governamentais.

A defensora ucraniana dos direitos humanos Kateryna Levchenko parece muito inspirada para uma pessoa que acaba de perder um processo judicial. "Terminamos aqui. Agora é hora de apelar para a comunidade internacional!". Kateryna processou o primeiro-ministro ucraniano, Mykola Azarov, pela sua declaração em março de 2010 de que "conduzir reformas não é assunto de mulher", que fez ao ser perguntado por que não havia ministras em seu gabinete. Todas as instituições judiciais às quais Kateryna Levchenko apresentou um processo contra Azarov consideraram que ele era livre para expressar suas opiniões, e não o culparam pelo teor discriminatório de suas palavras. Kateryna quer desafiar essa aceitação de uma atitude patriarcal depreciativa. Tal atitude é tão comum que durante a campanha eleitoral de 2009, Viktor Yanukovych, que logo seria eleito presidente da Ucrânia, declarou publicamente que sua rival, a primeira-ministra ucraniana Yulia Tymoshenko, se daria melhor na cozinha. Kateryna não ouve essas palavras com leveza e tem dedicado sua carreira a salvaguardar os direitos humanos e da mulher.

Apesar das atitudes tradicionais arraigadas sobre o lugar da mulher, a Ucrânia oferece às mulheres oportunidades de conquistas. Segundo o banco de dados WomanStats (http://www.womanstats.org), a Ucrânia está entre os países cujas leis são consistentes com as recomendações da Convenção da ONU sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, mas sua aplicação pode ser inconsistente. O governo pode ou não apoiar o avanço das mulheres, mas há possibilidades de terem sucesso nos negócios, nas agências governamentais, nas ciências e no mundo acadêmico da Ucrânia. Porém, poucas mulheres participam do poder político. As mulheres constituem somente 7% do Parlamento da Ucrânia – 34 dos 441 membros do Parlamento em fevereiro de 2010 – e nenhuma ocupa cargos importantes no governo atual. Kateryna Levchenko acredita que a razão disso é a natureza do poder na Ucrânia, que é turbulenta e com frequência requer uma agressividade implacável: "É por isso que há muitas mulheres em cargos baixos e médios da administração e tão poucas nos níveis mais altos".

Kateryna teve sua primeira experiência real de discriminação de gênero aos 26 anos, quando era uma jovem e bem-sucedida professora universitária e estava grávida. Era sua primeira gravidez e a obrigação era que se registrasse numa clínica do estado. Depois de esperar durante três horas na clínica, tentou mudar o horário da consulta devido ao seu horário de aulas, mas o médico gritou para ela: "Que aulas? Ninguém se importa, senhora. Você é uma grávida aqui, não uma professora!". Duas décadas depois, ela se lembra: "Então compreendi como funciona a discriminação",

Former Ukrainian prime minister and opposition leader Yulia Tymoshenko has confronted challenges and political controversy. She was a chief figure in the 2004 "Orange Revolution" protests against fraudulent elections. Convicted of "abuse of power" in 2011 after the new government filed criminal cases against her, she is serving a seven-year prison sentence. Her trial and conviction are widely seen as politically motivated, prompting calls for her release.

e acrescenta que um homem não teria recebido esse tratamento.

O caminho de Kateryna em direção ao feminismo e aos direitos humanos é típico da primeira geração de feministas ucranianas, que se tornaram pessoas públicas em meados da década de 1990. Ela descreve sua família como "democrática e igualitária". Seus pais eram acadêmicos em Kharkiv, que é um dos principais centros científicos e educacionais da Ucrânia e da antiga União Soviética. Ela diz que nunca enfrentou problemas com discriminação de gênero durante seus primeiros anos no Departamento de Filosofia e Comunismo Científico do Instituto de Engenharia Ferroviária de Kharkiv. Kateryna recorda: "Aquela foi a época em que nos familiarizamos com a filosofia ocidental moderna [depois de décadas de isolamento intelectual], e as pessoas eram muito abertas". Como muitos de seus colegas da comunidade acadêmica, Kateryna se tornou feminista depois de ler as obras de Michel Foucault, Roland Barthes, Julia Kristeva e Betty Friedan. Ela explica que essa tendência pós-soviética foi natural: "A autoidentificação é um processo bastante complicado. Por isso é que os círculos acadêmicos foram os primeiros a abraçar as ideias do feminismo e dos direitos humanos". Em 1996, ela deu início ao curso de "Introdução à Teoria de Gênero", um dos primeiros cursos acadêmicos desse tipo na Ucrânia. Logo Kateryna usaria essa experiência de sucesso em seu trabalho com instituições estatais e organizações não governamentais (ONGs). Ela começou a trabalhar para ONGs, primeiro em Kharkiv e depois em Kiev, capital da Ucrânia, coordenando programas de prevenção do tráfico humano.

Em 2004, Kateryna foi convidada para ser assessora de direitos humanos e questões de gênero do ministro do Interior da Ucrânia. Foi um período difícil, tanto dentro como fora do ministério. Seus novos colegas do governo mal entendiam o conceito de gênero e eram céticos sobre os direitos humanos, enquanto muitos ativistas se surpreenderam com sua decisão de fazer parte de um órgão de aplicação da lei. No outono de 2004, uma sociedade civil inflamada saiu às ruas para enfrentar o governo ucraniano. Os

Uma ativista da organização ucraniana de mulheres Femen protesta em Kiev contra o governo formado somente por homens em 2010. Nos cartazes está escrito "Queremos um ministério!"

protestos duraram dois meses e se tornaram conhecidos como a "Revolução Laranja", assim denominada em virtude da cor adotada pela oposição política. Kateryna teve de trafegar entre organizações internacionais e o ministério, que foi acusado de perseguir os opositores políticos.

Ela disse que o trabalho de verdade começou na primavera de 2005, quando Yuriy Lutsenko, conhecido por coordenar protestos de rua antes da revolução, assumiu o cargo de ministro do Interior. Kateryna conta que organizou a primeira reunião com policiais femininas, investigadoras do alto escalão e outras funcionárias do ministério. "Poucos sabiam que tínhamos aproximadamente 17% de mulheres em 2005 e 19% em 2009. Algumas delas administravam divisões contra o crime organizado e até atuavam na 'Cobra' [uma unidade policial especial da Ucrânia]", diz ela.

O ativista pelos direitos humanos Taras Hataliak estava preso quando Kateryna começou a trabalhar no Ministério do Interior. Hataliak foi solto algumas semanas antes da Revolução Laranja e começou a trabalhar com Kateryna. Ele foi ministro do Interior adjunto na região de Lviv (Ucrânia Ocidental), onde investigava violações dos direitos humanos nos departamentos de polícia e prisões. "Kateryna era quem formulava políticas e era mensageira dos ativistas pelos direitos humanos dentro do ministério. Ela sabia o que as organizações de base sabiam e fez questão de que a agenda da sociedade civil passasse a fazer parte da agenda do ministro o quanto antes", lembra-se. Hataliak também atribui a ela o lançamento do sistema de monitoramento de direitos humanos nos departamentos de polícia. Grupos móveis de prevenção à violação dos direitos humanos foram implementados. Conselhos públicos de direitos humanos foram criados em cada região. Uma legislação de proteção aos direitos humanos foi adotada. Em 2008, foi criado um departamento especial para monitorar o cumprimento dos direitos humanos nas agências de aplicação da lei. Kateryna se orgulha do fato de os ativistas pelos direitos humanos representarem 40% do pessoal do ministério. O restante era composto por policiais aposentados que conheciam o sistema e apoiavam as reformas de direitos humanos.

No entanto, as boas intenções de reformar a polícia sempre dependem da situação política no país. Quando o governo mudou, as políticas mudaram. Kateryna atuou no Ministério do Interior duas vezes: de setembro de 2004 a maio de 2006 e de janeiro de 2008 a abril de 2010. O departamento de monitoramento dos direitos humanos foi dissolvido pelo governo de Yanukovych. Os antigos membros da equipe continuam trabalhando em questões de direitos humanos por meio de ONGs como a La Strada – Ucrânia, que Kateryna dirige.

A La Strada é uma ONG multinacional que ajuda principalmente mulheres vítimas do tráfico de pessoas e da violência doméstica na Europa Central e Oriental. Kateryna diz que pessoas de todos os grupos sociais pedem ajuda à ONG. As ligações são feitas principalmente por mulheres, mas também há homens que pedem ajuda. Ela espera que o trabalho da La Strada aumente à medida em que as pessoas fiquem mais bem informadas sobre o tráfico de pessoas e os serviços sociais da Ucrânia continuem melhorando.

O processo judicial de Kateryna Levchenko contra os comentários depreciativos do primeiro-ministro ucraniano, Mykola Azarov, sobre as mulheres foi mais uma estratégia em sua campanha para incorporar as mulheres ao debate, com status igual ao dos homens. Ela continua com seus esforços para reformar a aplicação da lei e impedir violações dos direitos humanos como pode, por meio de instituições dentro e fora do governo.

Yevhen Hlibovytsky é sócio diretor da pro.mova, consultoria de comunicações estratégicas com sede em Kiev, Ucrânia. Ex-jornalista, foi um dos líderes do movimento jornalístico de resistência à censura no país.

Oksana Forostyna é jornalista investigativa que mora em Lviv, Ucrânia. É conhecida por suas reportagens sobre corrupção, questões de gênero e direitos humanos na Ucrânia, Polônia, República Tcheca e outros países em transição.

Bancada feminina impulsiona democracia uruguaia

Por Eric Green

As legisladoras do Uruguai deixaram de lado suas diferenças partidárias para promover a igualdade de gênero no Parlamento e na sociedade. A bipartidária Bancada Feminina Uruguaia está fazendo a diferença para as mulheres do país, mas as legisladoras concordam que ainda há mais por fazer para assegurar a igualdade de gênero.

Continua sendo um trabalho em andamento, mas a participação crescente das mulheres uruguaias na vida política de seu país está ampliando a democracia no país sul-americano. Como um reflexo desse progresso, as legisladoras das duas câmaras do Parlamento do Uruguai se uniram cruzando as barreiras partidárias ao formar a Bancada Feminina Bicameral que promove a igualdade de gênero e uma voz feminina mais forte nas decisões de políticas públicas. A bancada foi criada, em 2000, por iniciativa de três legisladoras do Parlamento uruguaio que pertenciam a diferentes partidos políticos.

A senadora uruguaia e membro da bancada Susana Dalmás disse numa entrevista que ainda que elas possam discordar em certos assuntos nacionais, o grupo obteve um consenso sobre a legislação fundamental para o bem-estar das mulheres, como a proibição de assédio sexual no local de trabalho e o acesso a uma pensão de aposentadoria.

O maior obstáculo da bancada, disse Susana, é que "não há lugar para ela no Parlamento em nível institucional". Isso significa, segundo ela, que a bancada não é reconhecida formalmente como um órgão oficial do Parlamento uruguaio. Susana disse que a bancada representa "a vontade" das mulheres membros do Parlamento "de se unirem para tentar chegar a um acordo em determinadas questões" que acreditam que deveriam ser tratadas na legislatura.

Obtenção de reconhecimento no Parlamento por meio da unidade

Uma das primeiras ações da bancada foi criar, em 2000, a Comissão Especial de Gênero e Equidade. A presidente da comissão, a deputada uruguaia Daniela Payssé, disse num fórum da Organização dos Estados Americanos realizado em abril de 2011, em Washington, que as legisladoras do Uruguai formaram sua bancada devido à necessidade crítica de dar uma importância maior aos assuntos relacionados às mulheres no Parlamento.

Daniela disse no fórum sobre "Liderança das mulheres para uma Democracia de Cidadãos"

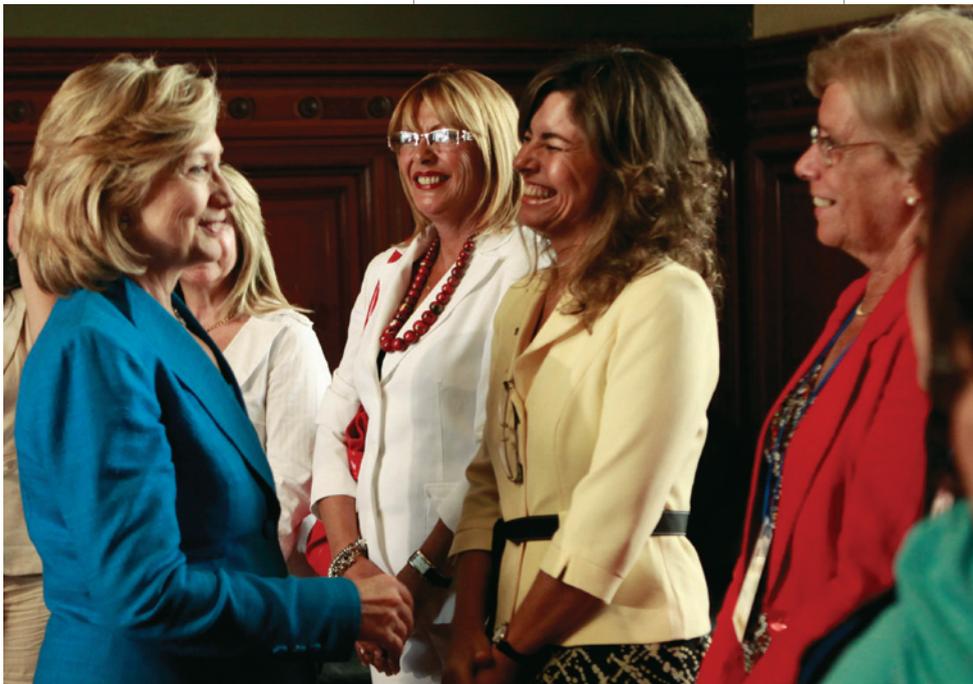
que as legisladoras uruguaias enfrentam o desafio de equilibrar seu desejo de abordar a igualdade de gênero com a necessidade de confrontar questões que não estão relacionadas especificamente ao avanço das mulheres.

Outro membro da bancada, a senadora Monica Xavier, disse numa entrevista ao site iKNOW Politics, patrocinado pelas Nações Unidas, que a bancada se concentra "nas coisas que nos unem". Monica disse que "quando os cidadãos veem que podemos superar as diferenças ideológicas e trabalhar em outras questões em que estamos de acordo, então nos fortalecemos".

Para ela, muitos homens "não precisam ser convencidos" sobre a promoção da igualdade de gênero e a eleição de legisladoras mulheres. "Eles compreendem muito claramente que as mulheres não querem participar simplesmente por participar, mas porque as democracias ficam mais fortes quando as mulheres são incluídas no processo político."

Uruguaias demonstram força em números

Os números demostram que as mulheres têm ganhado lentamente

Daniela Payssé é presidente da Comissão Especial pela Igualdade de Gênero do Uruguai

Above: Participants enjoy a parade marking International Women's Day in Montevideo, Uruguay. À esquerda: A secretária de Estado dos EUA, Hillary Rodham Clinton, encontra-se com legisladoras uruguaias em Montevidéu, Uruguai, em 2010

melhor representação política no Uruguai desde meados da década de 1980, quando não havia nenhuma mulher na legislatura do país, conhecida formalmente como Assembleia Geral. Para o mandato de 2010 a 2015 há 19 mulheres no Parlamento de 130 cadeiras, que é composto pela Câmara de Senadores e a Câmara de Deputados. A organização internacional de Parlamentos União Interparlamentar, com sede em Genebra (Suíça), classificou o Uruguai no 73º lugar entre 141 países (em 31 de março de 2011) quanto à porcentagem de mulheres nas legislaturas nacionais.

Numa entrevista ao iKNOW Politics, a ex-deputada uruguaia Carmen Beramendi citou mais fatos positivos sobre as mulheres uruguaias. Disse que no começo do governo do ex-presidente uruguaio Tabaré Vásquez, em 2005, quatro dos 13 ministros de seu gabinete eram mulheres, o que foi algo “sem precedentes” devido ao fato que atribuiu mulheres a “cargos que geralmente não nos eram dados”. Esses cargos incluíram mulheres chefiando os ministérios de da Defesa, do Interior, do Desenvolvimento Social e da Saúde Pública.

“Isso teve um efeito duplo”, disse Carmen, que atuou no Parlamento de 1990 a 1995. “Primeiro, nós mulheres tivemos uma presença muito maior na esfera pública. Segundo, ocupar esse tipo de cargo ajudou a provar que as mulheres podem desempenhar efetivamente essas funções na sociedade.”

Ações das mulheres uruguaias são elogiadas

Os Estados Unidos fizeram do avanço da mulher um dos pilares de sua política externa. Em março de 2011, um programa de intercâmbio internacional do Departamento de Estado chamado “Liderança de mulheres: os próximos cem anos”, levou Adriana Lourdes Abraham Pérez do Uruguai e outras lideranças femininas de 92 países aos Estados Unidos.

Adriana, diretora de uma associação sem fins lucrativos do Uruguai chamada Centro de Promoção da Dignidade Humana (Ceprodih), que ajuda mulheres, crianças e idosos carentes, disse numa troca de e-mails que, nos últimos 20 anos, a participação feminina na vida política uruguaia teve uma “evolução positiva, embora ainda haja muito mais a fazer”.

Adriana disse que um dos acontecimentos políticos mais importantes de seu país foi a eleição de Ana Olivera em 2010 como a primeira prefeita de Montevidéu, capital do Uruguai. Outras mulheres haviam sido eleitas prefeitas em outras cidades do país, mas nenhuma até então da capital. Adriana disse que as mulheres uruguaias ainda enfrentam muitas injustiças sociais e econômicas, como dificuldades para obter acesso a crédito e a crescente violência doméstica, apontando que isso também é um problema em muitos outros países além do Uruguai.

A Embaixada dos EUA em Montevidéu recebeu mais de 15 mulheres líderes do Uruguai para homenagear o Dia Internacional da Mulher em março de 2011. As oradoras incluíram Sandra Day O'Connor, primeira juíza da Suprema Corte dos Estados Unidos (agora aposentada), que exerce liderança na promoção mundial das questões relacionadas às mulheres.

Também falou o embaixador dos Estados Unidos no Uruguai, David Nelson, que disse que seu país “está comprometido com a capacitação das mulheres não somente porque é a coisa certa a se fazer, mas também porque é a coisa inteligente a se fazer. E quando as mulheres progridem, os países progridem. Em todos os lugares, mas especialmente aqui no Uruguai, vocês fazem a diferença e estão mudando o mundo para melhor”.

Eric Green é escritor independente e reside em Washington. Cobriu questões internacionais para o Departamento de Estado e a Agência de Informação dos EUA e foi assessor de imprensa no Senado e repórter do jornal The Washington Post e outros.

CAPÍTULO

9

DIREITOS HUMANOS DA MULHER

Some countries still fail to accord human rights to women. Afghan women are among those to whom nongovernmental organizations offer assistance because of widespread abuse.

DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

Por Robin N. Haarr

Os direitos humanos e as liberdades fundamentais deveriam ser direitos básicos inatos, mas alguns países do mundo não concedem direitos humanos às mulheres. Mais do que isso, as mulheres frequentemente são vítimas de violações dos direitos humanos. Os direitos humanos das mulheres são violados quando elas não podem participar de decisões que afetam suas vidas e lhes é negada participação política e representação justa, quando são impedidas de ir à escola ou receber assistência médica, quando sofrem discriminação no mercado de trabalho, quando lhes é negado direito igual à terra e à propriedade, quando sofrem violência dentro de seus lares e quando estão sujeitas a práticas tradicionais que lhes fazem mal, como a mutilação genital e assassinatos por honra.

O reconhecimento dos direitos das mulheres começou em alguns países ao deixarem de ser sociedades feudais e passarem a ter formas de governo mais representativas. Nos Estados Unidos, a conscientização sobre os direitos da mulher veio com os ideais da Revolução Americana. Mulheres fortes e inteligentes como Abigail Adams, esposa do segundo presidente do país, John Adams, exigiram tratamento justo e igualitário, e advertiram com presciência que "se atenção e cuidado específicos não forem dispensados às mulheres, estamos determinadas a fomentar uma rebelião, e não nos sentiremos sujeitas a nenhuma lei na qual não tenhamos voz ou representação". Ela também defendeu acesso igual à educação para as meninas, escrevendo ao seu marido, que então representava a nova república americana em Paris: "Lamento a educação insignificante, estreita e reduzida das mulheres em meu próprio país". O movimento a favor do sufrágio das mulheres nos

Mulheres afegãs são vítimas de violência e discriminação institucionalizada, de acordo com organizações de direitos humanos

Thousands of women, such as these in Hyderabad, Pakistan, held nationwide rallies to demand equal rights and an end to discriminatory laws on International Women's Day.

Estados Unidos e Grã-Bretanha começou em meados do século 19 e em alguns países europeus no começo do século 20.

Os direitos humanos das mulheres somente surgiram como um movimento mundial durante a Década da Mulher das Nações Unidas (1976 a 1985), quando mulheres de diversas origens geográficas, culturais, religiosas, raciais e de classe se uniram e se organizaram para melhorar a condição das mulheres. Foi durante essa década que as Nações Unidas apoiou diversas conferências de mulheres, sediadas na Cidade do México em 1975, em Copenhague em 1980 e em Nairóbi em 1985, com o objetivo de avaliar a condição das mulheres e formular estratégias para seu avanço.

Uma declaração internacional dos direitos da mulher

A Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw) é um acordo internacional importante sobre os direitos humanos das mulheres que foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979. A Cedaw com frequência é descrita como uma declaração internacional dos direitos da mulher. Seu preâmbulo e 30 artigos têm a finalidade de eliminar a discriminação de gênero e promover a igualdade entre gêneros. A convenção define a discriminação contra as mulheres como "toda distinção, exclusão ou restrição baseada no

Um mural próximo a Ciudad Juárez, no México, relembra as centenas de mulheres que foram abusadas, mortas e jogadas no deserto próximo à cidade

sexo" que as impeça de gozar "dos direitos humanos e liberdades fundamentais nas esferas política, econômica, social, cultural e civil ou em qualquer outra esfera". Estabelece um programa de ação nacional para pôr fim à tal discriminação e requer de todos os seus participantes que tomem "todas as medidas apropriadas, incluindo legislação, para assegurar o pleno desenvolvimento e avanço da mulher" e garantir suas liberdades fundamentais " em igualdade de condições com o homem".

Desde 2009, 186 Estados membros das Nações Unidas ratificaram a Cedaw. O governo de Obama apoia firmemente esse tratado e está comprometido com sua ratificação nos EUA. Os Estados participantes da Cedaw concordam em incorporar princípios de igualdade de gênero em suas constituições nacionais e outras legislações apropriadas, em adotar a legislação apropriada e outras medidas que proíbam a discriminação contra as mulheres e em estabelecer proteção legal de seus direitos em base de igualdade com os homens.

Os direitos humanos da mulher se referem igualmente às esferas "pública" e "privada" da vida das mulheres. No entanto, para muitos governos, atender aos direitos das mulheres na esfera "privada" é difícil porque, com frequência, considera-se que a esfera privada está além do âmbito do Estado, isenta de escrutínio e intervenção do governo (UNIFEM [agora ONU Mulheres], *About the Convention* [Sobre a Convenção]). Como resultado, em muitos países a discriminação e a violência contra as mulheres e meninas que ocorrem dentro

da família, e sob o disfarce de tradições e práticas religiosas e culturais, permanecem ocultas na esfera privada, onde os perpetradores de tais violações dos direitos humanos normalmente gozam de impunidade para suas ações.

Direitos da mulher como direitos humanos

Desde a década de 1980, as mulheres do mundo todo têm se unido em redes e coalizões para aumentar a consciência sobre os problemas de discriminação, desigualdade e violência. Têm usado um paradigma de direitos humanos para lutar pelos direitos da mulher nos campos da família, sociedade, economia e política. Um resultado importante da Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres realizada em Pequim em 1995 foi a elaboração da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim. Esses documentos expressam o compromisso da comunidade internacional com o avanço e capacitação das mulheres e eliminam os obstáculos nas esferas pública e privada que historicamente limitaram a plena participação da mulher. A Plataforma de Ação estabelece três objetivos estratégicos relacionados aos direitos humanos das mulheres: promover e proteger os direitos humanos das mulheres mediante a implementação plena de todos os instrumentos de direitos humanos (especialmente a Cedaw), assegurar a igualdade e a não discriminação na lei e na prática, e alcançar o conhecimento legal. Os governos têm a responsabilidade principal, mas indivíduos, organizações e empresas são importantes na tomada de ações concretas que melhorem a vida das mulheres.

A então primeira-dama dos EUA, Hillary Clinton, fez a famosa declaração na conferência de Pequim em 1995 de que "os direitos humanos são direitos da mulher" e acrescentou: "As mulheres devem gozar do direito de participar plenamente da vida social e política de seus países se quisermos que a liberdade e a democracia prosperem e perdurem".

A Cedaw e a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim marcaram a incorporação bem-sucedida da perspectiva dos direitos das mulheres como direitos humanos. Ainda que a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim não estejam legalmente vinculadas, carregam peso ético e político e podem ser usadas para lutar por ações locais, regionais e nacionais no que se refere aos direitos humanos das mulheres. A Cedaw é um tratado que institui vínculo entre as partes.

Os princípios e práticas relacionados aos direitos humanos das mulheres estão evoluindo constantemente. O grande número de convenções, acordos e compromissos internacionais sobre os direitos humanos das mulheres desenvolvido nas últimas décadas fornece às mulheres uma visão e um vocabulário alternativos para lutar contra as violações de seus direitos humanos. Essas orientações são instrumentos importantes para o ativismo político e constituem um paradigma para o desenvolvimento de estratégias concretas por mudança.

Robin N. Haarr é professora de justiça criminal na Universidade Eastern Kentucky cuja pesquisa se concentra na violência contra mulheres e crianças e no tráfico humano, em âmbito nacional e internacional. Ela realiza pesquisas e trabalho político para as Nações Unidas e embaixadas dos EUA. Recebeu diversos prêmios pelo seu trabalho, incluindo indicação para o Painel da Fama da Escola de Justiça Criminal da Universidade Estadual de Michigan e o prêmio CoraMae Richey Mann "Inconvenient Woman of the Year" (Mulher Inconveniente do Ano) da Divisão de Mulheres e Crime da Sociedade Americana de Criminologia.

Sina Vann, ex-escrava infantil, ajuda outras meninas a escaparem da escuridão

Por Eric Green

Sina Vann, que foi escrava sexual infantil durante dois anos no Camboja, agora usa as experiências traumáticas do passado para salvar outras jovens e meninas presas na mesma situação. Sina dirige o programa "Voices for Change" (Vozes por Mudança) de uma fundação cambojana que oferece compaixão, apoio e uma oportunidade de reinserção na sociedade para vítimas de predadores sexuais.

Seria compreensível se Sina Vann tentasse esquecer seu pesadelo na vida real: ter sido escravizada aos 13 anos e forçada a se prostituir durante dois anos no Camboja. As meninas que estão na mesma difícil situação vivida por Sina, presas como escravas sexuais, nunca sabem a diferença entre a noite e o dia. Ficam presas em jaulas subterrâneas até serem levadas a uma sala onde são forçadas a ter relações sexuais com um cliente atrás do outro.

Ainda que a inocência de sua infância tenha sido roubada, Sina, agora com 25 anos, regressa com frequência à cena do crime para salvar outras meninas desumanizadas pela indústria do comércio sexual. Algumas dessas meninas têm somente 4 anos de idade.

"Quando vou aos bordéis, sempre digo coisas para motivar as meninas", diz Sina. "Conto a elas minha história pessoal e como também vivi num bordel. Digo que elas não estão sozinhas, que há muitas outras vítimas e sobreviventes que estão vivendo em centros de reabilitação e que há pessoas que se preocupam e estão sempre pensando nelas. Oferecemos calor humano e amor a elas."

Enquanto fala durante uma entrevista por telefone do Camboja, o inglês que Sina está aprendendo flui suavemente, mas com tom determinado e confiante. Ela descreve como sua vida mudou desde a época em que foi aprisionada durante dois anos como escrava sexual.

Sina foi resgatada durante uma busca organizada em 1998 pela ativista contra a escravidão sexual Somaly Mam. Somaly também é uma sobrevivente da escravidão sexual e documentou sua experiência na autobiografia "Inocência Perdida". A fundação não

Sina Vann was held captive and tortured in this now abandoned dungeon.

governamental que ela criou em 1996, chamada Afesip Camboja (Ação por Mulheres em Situações de Perigo), já resgatou mais de 6 mil jovens e meninas desde sua criação. Ela administra grandes abrigos de reabilitação e reinserção de meninas na vida normal no Sudeste Asiático.

Sina hoje dirige o programa "Voices for Change" de Somaly Mam, onde fala pelas escravas sexuais que não podem falar por si mesmas. "Trabalhamos diretamente com as vítimas para criar relações calorosas e escutar suas experiências", diz ela.

Nos bordéis, Sina instrui as jovens sobre o perigo de contrair HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis quando são forçadas a ter relações sexuais sem proteção com os clientes. Muitas mulheres não sabem que podem morrer de HIV/Aids, diz Sina, "então eu falo para elas sobre a importância de os clientes usarem preservativos".

Sina acha difícil explicar como superou o trauma de ter caído na armadilha da indústria da prostituição. Mas é mais fácil para ela dizer de onde vem sua motivação para ajudar outras mulheres: "Somaly Mam e os funcionários da Afesip fizeram tanto para mudar minha vida quando eu estava no centro de reabilitação [da organização]. E obtenho muita motivação das jovens residentes que vivem lá. Essas meninas são tão adoráveis (...) Seus rostos sorridentes fazem com que me sinta mais forte para ajudá-las".

Acima: Somaly Mam, ex-escrava sexual do Camboja e fundadora de uma organização de resgate, trabalha na loja de uma costureira que emprega meninas resgatadas
Above: Young women pose in a hair-styling salon. Training in such income-generating skills as sewing and hair styling are part of rescued girls' rehabilitation.

Somaly Mam diz que viu uma transformação positiva notável em Sina desde que ajudou as autoridades policiais a resgatar a vietnamita, na época com 14 anos, dos bordéis. "Sina mudou completamente desde a primeira vez em que a encontrei no centro de reabilitação", diz Somaly. "Ela estava tão fraca. Não falava comigo e agia de maneira destrutiva, tentando quebrar tudo no centro. Coloquei minha mão sobre a dela e não disse uma palavra, mas mostrei que entendia o que ela estava sentindo."

Agora a que recebeu conselhos motiva sua mentora. "Sina é tão forte e corajosa. Admiro-a. Ela me inspira todos os dias. Ela dá seu coração para todas as outras vítimas do centro", diz Somaly.

Ela acrescenta que as antigas vítimas aprendem a ser independentes: "As meninas vão à escola, fazem lição de casa" e adquirem habilidades profissionais que incluem cozinhar e cortar cabelos. "Quanto a mim, gosto de ver as meninas felizes novamente. São como minha família."

A fundação de Somaly declarou que a história de Sina é instrutiva para a luta mundial contra a escravidão sexual — para as pessoas que não sabem que a escravidão sexual existe, para aqueles que querem acabar com ela, para as mulheres presas nos bordéis e para "as sobreviventes que estão saindo da escuridão e precisam de inspiração para reconstruir suas vidas".

Somaly diz que, como parte de seu treinamento na Afesip, aprendeu as leis que existem contra o tráfico humano e se familiarizou com o básico de aconselhamento e psicologia. Ela também realiza o trabalho penoso e algumas vezes perigoso de documentar os abusos e preparar denúncias para que os investigadores de polícia e equipes da justiça obtenham mandados de prisão contra os administradores de bordéis. Ela lembra a experiência assustadora, mas "gratificante", de resgatar uma vítima de escravidão sexual de apenas 4 anos que envolveu confronto violento com os donos do bordel para liberar a menina de uma jaula.

Sina ganhou o prêmio Frederick Douglass 2009 no valor de US$ 10 mil, concedido pela organização não governamental Free the Slaves (Libertem os Escravos), com sede em Washington. Esse prêmio é dado a quem sobreviveu a alguma forma de escravidão e ajudou outras pessoas a encontrar propósito em suas vidas. O prêmio, que leva o nome de um estadista dos EUA que fugiu do cativeiro em 1838 para se tornar um líder do movimento de abolição da escravatura, destaca que muitos sobreviventes da escravidão moderna dedicam-se a ajudar outros a se libertarem.

Sina diz que o prêmio é importante "para todas as vítimas e sobreviventes" da escravidão sexual em todo o mundo. E usa o prêmio para explicar que "somos fortes para combater" os predadores sexuais.

A Free the Slaves sustenta que a escravidão do século 21 é impulsionada pelo "grande empobrecimento das pessoas e consequente vulnerabilidade e corrupção governamental", que não protegem as mulheres da "violência da escravidão". O grupo diz que a escravidão ocorre "quando uma pessoa controla completamente outra, usando a violência para manter esse controle, explora-a economicamente, não paga nada para ela e impede que vá embora".

Sina diz que entre as jovens escravas sexuais há "as que são traficadas por suas próprias famílias em troca de dinheiro", enquanto os traficantes "pensam em seus próprios lucros, e não na felicidade dos outros".

Ainda que tenha sofrido um horror inenarrável durante sua infância, Sina não permitiu que isso a destruísse. "Estou muito feliz que o mundo esteja preocupado" em combater a indústria da escravidão sexual. As ex-escravas sexuais, diz ela, "recebem uma oportunidade de retornar à sociedade com honra e dignidade".

Eric Green é escritor independente e reside em Washington. Cobriu questões internacionais para o Departamento de Estado e a Agência de Informação dos EUA e foi assessor de imprensa no Senado e repórter do jornal The Washington Post e outros.

Criação de cidades seguras para as mulheres

Por Maria Jain e Suhgenie Kim

Mulheres e meninas são o segredo para construir cidades mais seguras. Isso é o que dizem os membros de uma organização única que fornece às mulheres ferramentas para se protegerem e funcionarem efetivamente em ambientes urbanos.

Mulheres em Cidades Internacional (Wici) é um programa inovador que promove a segurança das mulheres em quatro das maiores cidades do mundo. Em resposta aos desafios da urbanização, a organização trabalha com mulheres e meninas para atender aos seus direitos na cidade, definidos como o direito de viver, locomover-se e trabalhar.

"Uma menina está esperando pelo ônibus, mas ele chega cheio e nem para. Um homem a convida para um café e ela diz 'não'. Ele diz que não importa, que ela tem de ir de qualquer maneira. A menina ameaça chamar a polícia, mas o homem a arrasta e a estupra". Essa é a preocupação com segurança expressada por uma menina de 13 anos de Rosário, Argentina.

Em cidades de todo o mundo, mulheres e meninas se sentem inseguras com muita frequência. Tidas como alvo simplesmente por serem mulheres, estão expostas ao assédio diário e à violência sexual em lugares públicos. Mas uma rede crescente de organizações está levando, com sucesso, segurança às mulheres em ambientes urbanos do mundo todo.

Em 2009, a organização sem fins lucrativos Mulheres em Cidades Internacional, com sede em Montreal, iniciou um programa inovador, destinado a envolver mulheres e meninas na criação de cidades mais seguras, denominado Programa Cidades com Inclusão de Gênero (GICP), implementado por organizações parceiras em quatro cidades: Jagori, em Nova Délhi, Índia; Centro e Rede Internacional de Informação sobre Crime, em Dar es Salaam, Tanzânia; CISCSA (Centro de Intercâmbio e Serviços do Cone Sul - Argentina) e Rede Mulher e Hábitat em Rosário, Argentina; e o Fórum do Centro de Informação de Mulheres Independentes em Petrozavodsk, Rússia. O programa tem como alvo circunstâncias que tornam as mulheres e meninas vulneráveis à violência urbana e envolve as comunidades locais na transformação dos espaços públicos em locais mais seguros.

O GICP é financiado pelo Trust Fund das Nações Unidas pela Eliminação da Violência contra as Mulheres, uma das principais instituições mundiais que fornece subvenções dedicadas exclusivamente a combater a violência contra mulheres e meninas. Com sólido histórico de estimular a inovação e catalisar mudanças, o Trust Fund da ONU concede ao

Above: Cleaning up water sources and improving sanitation in areas such as this slum in New Delhi, India, make cities safer.
À esquerda: Mulheres caminham juntas em Rosário, Argentina, para identificar lugares inseguros em sua comunidade

projeto uma influência vital para que haja uma contribuição importante aos direitos da mulher nas cidades.

“Em todas as cidades as mulheres enfrentam perigo. Têm medo de ser assediadas sexualmente, de ser atacadas sexualmente. Em muitas cidades as mulheres dizem que tentam evitar sair à noite. Quando escurece, a cidade torna-se um lugar mais hostil para as mulheres. As mulheres dizem que usar o transporte público é um problema”, diz a coordenadora do projeto, dra. Kalpana Viswanath. “Isso indica claramente que as mulheres não são cidadãs iguais da cidade, que não podem ter acesso igual ao que a cidade pode oferecer.”

Acima: Mulheres identificaram a falta de pavimentação como um fator que limita seriamente sua mobilidade e aumenta o medo da violência nessa região de Nova Délhi, Índia

Above: Young women in Petrozavodsk, Russia, take notes about an unsafe area in their community.

A Wici e seus parceiros envolvem mulheres e meninas em atividades participativas de pesquisa, como enquetes de rua, inspeções de segurança nos bairros e discussões em grupo para reunir seu conhecimento sobre as principais preocupações de segurança em suas comunidades. Algumas das principais razões pelas quais as mulheres sentem medo quando fora de casa são a má iluminação

The director of WICI's partner organization in Tanzania asks a woman about her daily life in Dar es Salaam.

das ruas, pavimentação destruída e falta de sinalização, junto com a presença de traficantes de drogas e gangues juvenis. Com o uso da informação crítica recebida das mulheres e meninas, a Wici e seus parceiros desenvolvem planos de intervenção e se unem a governos e outras organizações para construir espaços urbanos mais inclusivos no tocante ao gênero.

Ainda que reformar a infraestrutura física seja um fator fundamental para o desenvolvimento urbano equitativo em termos de gênero, mudar as atitudes em relação às mulheres na sociedade é igualmente importante. A base de uma cidade verdadeiramente segura para todos depende de mudanças positivas na percepção pública de normas e comportamentos de gênero entre indivíduos, famílias e comunidades.

Já na metade do projeto cuja duração é de três anos, a Wici conseguiu avanços significativos. Em Petrozavodsk, Rússia, um acordo histórico com os chefes de polícia local desenvolverá dados sobre crimes com base nas informações de mulheres e meninas. A criação desses dados quantitativos não tem precedentes na Rússia e torna as preocupações de segurança das mulheres visíveis para os formuladores de políticas.

As autoridades locais de uma comunidade de baixa renda em Dar es Salaam começaram uma intervenção de policiamento comunitário. Grupos de vigilância de bairros fiscalizam a área e trabalham com a polícia para lidar com as preocupações de segurança. Como resultado, os moradores informam que houve melhora na segurança nas áreas públicas. Os assaltos diminuíram de um mínimo de 10 por dia para três por semana. Nas palavras de uma mulher da comunidade: "Sinto-me confiante quando caminho pelas ruas. Sei com certeza que tenho o direito de caminhar sem sentir medo, me valorizo mais e posso falar sobre questões de nossa segurança em reuniões públicas."

Em Délhi, a dirigente indiana do GICP foi convidada pela corporação municipal da cidade a dar ideias sobre um projeto de redesenho de uma estrada. Essa é a primeira vez que as preocupações de segurança relativas às mulheres são incluídas no planejamento urbano do país.

O secretário de segurança comunitária da província de Santa Fé, em Rosário, comprometeu-se a melhorar a inclusão das mulheres no desenvolvimento do espaço urbano na localidade selecionada da cidade. Para a menina no ponto de ônibus, esse compromisso promete criar uma cidade na qual ela pode esperar sem medo em uma área bem iluminada e entre passageiros do sexo masculino que respeitam seu direito de se locomover pela cidade.

Maria Jain e **Suhgenie Kim** são analistas de programas do Trust Fund das Nações Unidas para a Eliminação da Violência contra as Mulheres em Nova York. Trabalham de perto com os beneficiários do fundo, que desenvolvem e implementam métodos para proteger os direitos das mulheres no mundo todo.

10

A MULHER E A MÍDIA

Long excluded from serious news reportage, women today have risen to the top in media organizations worldwide. Young Navajo Indian filmmaker Camille Manybeads Tso draws inspiration from her ancestor, a warrior named Yellow Woman.

MULHERES E A MÍDIA, UMA PERSPECTIVA GLOBAL

Por Carolyn M. Byerly

As mulheres levaram ao foco de discussão global uma análise dos meios de comunicação de massa sob a perspectiva de gênero nos anos 1970, quando uma crítica de várias partes foi apresentada na conferência do México que deu início à Década da Mulher da ONU, em 1976. Grande parte dessa crítica continua relevante nos dias de hoje. Mas a luta da mulher por uma representação igualitária na mídia começou muito antes.

Left to right: Adela Navarro Bello (Mexico), Parisa Hafezi (Iran), Chiranuch Premchaiporn (Thailand) and Kate Adie (U.K.) — with Liza Gross, IWMF Executive Director — received the International Women's Media Foundation Courage in Journalism Award in October 2011.

Histórico de exclusão e estereótipos

A exclusão da mulher das notícias sérias foi levantada já no século 18 pelas sufragistas e ativistas pelos direitos da mulher na Europa e América do Norte. As primeiras líderes do sufrágio feminino precisavam da atenção da mídia para transmitir suas ideias e atividades a um público mais amplo, mas a grande maioria dos jornais e revistas encabeçados por homens ignorava as ativistas. Os meio de comunicação que cobriam temas relacionados às mulheres frequentemente banalizam seus objetivos. Mulheres que se desviavam das normas sociais de passividade e deferência diante da autoridade masculina e do papel tradicional da mulher como mãe e esposa corriam o risco de ser consideradas inadequadas, insanas ou desajustadas. Se pediam igualdade com os homens, a mídia as descrevia como curiosidade ou como barulhentas, militantes e agressivas. Essas caracterizações continuariam até os primeiros dias do feminismo moderno (Epstein, 1978).

Não somente as líderes e as questões relacionadas às mulheres eram excluídas da mídia, como também havia preconceito na forma como eram retratadas nas reportagens. Esse tratamento incentivou mulheres de muitos países a criarem seus próprios jornais, revistas e editoras no final do século 19 e início do século 20. O semanário publicado depois da Guerra Civil, *Woodhull & Claflin's Weekly*, tinha como objetivo fazer com que Victoria Woodhull se tornasse a primeira mulher presidente, enquanto a publicação *Lily* tinha um amplo programa sobre os direitos da mulher e Una fazia campanha a favor dos direitos das imigrantes e de mulheres pobres. Ainda que tenha

Photojournalist Dickey Chapelle covered World War II, documenting such bloody battles as Iwo Jima and Okinawa. She was killed in Vietnam in 1965, the first American woman to be killed covering a war. Chapelle was among a handful of pioneering female war correspondents such as Martha Gellhorn, Margaret Bourke-White, Janet Flanner and Marguerite Higgins.

tido uma existência curta, foi de grande importância o jornal *Revolution*, de Elizabeth Cady Stanton e Susan B. Anthony, que abordou uma gama de assuntos relacionados à discriminação da mulher, entre eles os baixos salários das trabalhadoras e o direito ao voto (Bradley, 2005).

Uma nova era para os direitos da mulher

No final do século 20, mulheres de todo o mundo se concentraram em realizar reformas políticas e jurídicas que estendessem a igualdade e o acesso da mulher às instituições sociais e garantissem a proteção de seus direitos. Era uma nova era dos direitos da mulher. Muitas mulheres se tornaram politizadas durante os movimentos de independência que separaram países das potências coloniais. O legado desse ativismo se propagou para os meios de comunicação femininos como a revista *Ms.*, fundada por feministas americanas no início da década de 1970; *Manushi*, uma revista feminista da Índia fundada em meados dos anos 1970; e *Isis International Bulletin*, publicado inicialmente em Roma e depois em Manila.

Algumas líderes feministas foram motivadas pelos constantes problemas de exclusão e representação misógina da mulher na grande mídia e fundaram suas próprias

editoras, que hoje são muitas (consulte www.wifp.org/DWM/publishers.html). Organizações femininas, como o grupo sul-africano Gender Links, assumiram a dupla missão de criar suas próprias publicações, como o *Gender and Media Diversity Journal [Jornal Diversidade de Gênero e Mídia]*, e treinar jornalistas sobre como lidar com as frequentes mensagens de caráter patriarcal divulgadas nas notícias, propagandas, filmes e programas de televisão (Gender Links, www.genderlinks.org.za/page/publications).

Outra preocupação recente tem sido a falta de acesso da mulher às profissões na área da mídia. Há uma grave falta de representação de mulheres em redações, emissoras de rádio e televisão, na produção de filmes e entre os proprietários de empresas de mídia. Acredita-se que a maior presença da mulher na mídia ajudaria a resolver muitos outros problemas que as mulheres têm com a mídia. Mulheres como Ann S. Moore (Time Inc.), cujo perfil é destacado neste capítulo, reconhecem a importância das mulheres nas operações de mídia.

A baixa representação da mulher na produção de notícias foi ressaltada na Década da Mulher da ONU (1976-1985), durante a qual líderes pressionaram as Nações Unidas para que financiassem serviços de produção de notícias relacionadas às mulheres nas décadas de 1970 e 1980 a fim de aumentar a circulação de notícias no mundo sob o ponto de vista de mulheres progressistas. Eles também obtiveram financiamento para pesquisas sobre a mulher e a mídia e geraram suas próprias pesquisas. Dois exemplos de entidades são a Federação Internacional de Jornalistas, com sede em Bruxelas, e a Associação Mundial de Comunicadores Cristãos (Wacc). Esta última associação está entre os grupos de defesa que patrocinam pesquisas que visem à criação de estratégias para alcançar a igualdade entre gêneros na mídia. O estudo realizado periodicamente pela Wacc (Canadá), intitulado *Who Makes the News?* [Quem é

Radio journalist Firtia Mataniah hosts her program on women and management for Jakarta, Indonesia, radio station KBR68H. The station was launched by post-Suharto activists as a voice of democracy in 1999.

A repórter ucraniana Lesya Alexeyenko segura uma cópia de seu jornal, Vilne Slovo. Ela formou-se em jornalismo por meio de um programa da USAID

notícia?, tradução livre], enfatiza a representação da mulher nas notícias em todo o mundo, enquanto a Fundação Internacional de Mulheres na Mídia (IWMF, Estados Unidos) realiza pesquisas sobre a situação da mulher nas organizações de notícias. A IWMF também reconhece a coragem de jornalistas mulheres durante o trabalho de reportagem por meio de seu prêmio anual "Coragem no Jornalismo".

Esses grupos oferecem oficinas para ensinar profissionais da mídia como incluir perspectivas de gênero nas notícias. As mulheres alcançaram progresso lento na governança e formulação de políticas sobre comunicação, em âmbito nacional e internacional; portanto, essas continuam sendo áreas importantes para crítica e ação. Programas como o *Women's Edition*, financiado pela USAID, têm fornecido às mulheres uma base firme para que ingressem em carreiras na área jornalística.

Carolyn M. Byerly é professora no Departamento de Jornalismo da Escola de Comunicações da Universidade de Howard, em Washington. Realiza pesquisas sobre políticas de comunicações relacionadas às mulheres, direitos de propriedade de minorias, mídia e gênero, raça, sexualidade e nacionalidade. É coeditora de Women and Media: Global Perspectives (Blackwell, 2004), coautora de *Women and Media: A Critical Introduction* (Blackwell, 2006) e foi a pesquisadora principal do estudo *Global Report* on the Status of *Women in News Media*, um estudo com 59 países patrocinado pela Fundação Internacional de Mulheres na Mídia (2011).

Ann Moore:
aproveitamento do valor das mulheres

Por Joanna L. Krotz

Poucas mulheres ocupam altos cargos de gerenciamento nas empresas de mídia. Ann S. Moore subiu ao topo de uma das empresas de notícias mais influentes do mundo, a Time Inc., graças à sua perseverança, disposição de correr riscos calculados e visão perspicaz sobre o futuro da mídia.

O que mais impressiona em Ann S. Moore, que dirigiu a Time Inc. de 2002 a 2010, não é seu perfil global de primeira mulher a chefiar essa empresa lendária, que possui 115 revistas internacionais e aproximadamente 137 milhões de leitores mensais. Nem tampouco seu estilo prático e direto de falar, a amizade com influentes políticos e celebridades ou o fato de ser incluída em todas as listas de "Mulheres mais poderosas". O que impressiona, enquanto se escuta Ann analisar sua subida ao topo, é a satisfação que teve ao fazer seu trabalho.

Modernização da Time Inc. para a era digital

Não foi nada fácil. Como presidente e CEO, Ann esteve à frente da Time Inc. provavelmente durante as maiores provações e transformações da empresa, das quais saiu vitoriosa. Foi ela quem fez com que a maior editora de revistas dos Estados Unidos renunciasse ao seu forte apego às publicações impressas e entrasse na era digital. Também simplificou a estrutura centralizada da empresa, antes com diversas camadas e centrada nos homens, e a dividiu em unidades mais dinâmicas relacionadas a marcas, o que fez com que os gerentes ficassem mais diversificados e responsáveis. "Estávamos enfrentando uma crise", reconhece hoje. "Não foi fácil transformar completamente uma indústria e arrastar todo mundo, chutando e gritando, em direção ao século 21."

Novamente, Ann recorreu à sua vasta experiência em definir metas e enfrentar desafios. Sendo uma observadora perspicaz e fã declarada do papel único que a Time Inc. representa no cenário da mídia, cuja influência ultrapassa as fronteiras de Nova York, Washington e Los Angeles, Ann desfrutou de uma carreira de 32 anos na empresa. "Conheço bem cada centímetro desse negócio", declara, não com a intenção de se gabar, mas simplesmente para expressar uma realidade.

Durante uma reunião realizada antes do anúncio oficial de sua saída, encontramos Ann sentada confortavelmente numa poltrona macia numa suíte espaçosa, com carpetes grossos, no 34º andar do famoso edifício Time-Life, no Rockefeller Center. A ampla vista do centro de Manhattan destaca seu sucesso. Aos 60 anos, Ann olha para trás com orgulho e entusiasmo. Claro que seu sucesso foi fruto tanto de riscos quanto de vitórias. "Trabalho com pessoas muito inteligentes e criamos produtos realmente incríveis", diz ela. "É fácil continuar trabalhando num lugar durante 32 anos quando você não fica entediada."

Nascida em Biloxi, Mississippi (EUA), e a mais velha de cinco irmãos, Ann passou seus primeiros anos de formação numa série de bases militares. "Meu pai pertenceu à Força Aérea até a época da minha sexta série", diz ela. "Mudávamos de casa o tempo

Ann S. Moore foi nomeada presidente e diretora executiva da Time Inc. em 2002, sendo a primeira mulher a ocupar esse cargo executivo

todo quando eu era pequena e guardo lembranças maravilhosas de cada mudança". Ela atribui a seu pai, que era piloto, a responsabilidade por moldar suas atitudes em relação ao trabalho. "Sempre soube que eu podia fazer o trabalho de CEO, mas isso não era a ambição da minha vida", explica. "Meu pai se aposentou das forças armadas e em seguida se dedicou a uma segunda carreira na aviação. Então, desde pequena tive um modelo que me dizia: 'Olha, você não tem de fazer somente uma coisa'. E não tem necessariamente que aspirar ser CEO para ser bem-sucedida". Foi esse ponto de vista que a motivou enquanto escalava a escada corporativa. "Sempre tive muita confiança", diz ela. "Não devemos temer o fracasso."

Atraída por esportes e publicações

Depois de cursar o ensino médio em McLean, Virgínia, Ann estudou na Universidade de Vanderbilt em Nashville, Tennessee, e mais tarde, em 1978, fez um MBA em Administração de Empresas na Universidade de Harvard. Enquanto seus colegas de classe seguiam para Wall Street, Ann não estava interessada nisso: "Sempre pensava o que exatamente faziam lá", ela diz brincando. Em vez disso, foi para a Time Inc. "Eu era uma grande fã de esportes e esse foi o motivo de ter ingressado na empresa", conta. "Transformei meu passatempo de ler a revista *Sports Illustrated* na minha carreira".

Durante a década de 1980, depois de iniciar na Sports Illustrated, Ann trabalhou nas revistas *Fortune*, *Money* e *Discover*, subindo na empresa a cada mudança. No início da década de 1990, de volta à *Sports Illustrated* como editora associada, começou a deixar sua marca na empresa. Ann conquistou sua fama da maneira mais adequada, ensinando a Time Inc. sobre o valor da mulher.

"Mudei a fórmula na empresa porque fui eu quem começou a diversificar ao publicar revistas

direcionadas a mulheres e crianças", diz Ann. Ela lançou a revista para crianças *Sports Illustrated Kids* em 1989. "Foi a primeira revista infantil, e não havíamos lançado nada com tanto sucesso desde 1974". Naquela época, diz, "achávamos que não conseguiríamos ganhar dinheiro com revistas para mulheres, então mesmo quando fui para a People em 1991 achávamos que esta era uma revista para um público de ambos os sexos".

People e *InStyle*: as mulheres como um mercado importante

Ann estava trabalhando com o então editor Lanny Jones. A dupla transformou a *People* numa revista de notícias para mulheres, primeiro ao mudar a impressão das páginas de branco e preto para coloridas. Em seguida, mudaram o dia da entrega da revista de segunda para sexta-feira. "As notícias são como o pão. Quanto mais fresco, melhor é". Ann também lançou as edições especiais da *People*, como as agora famosas listas de "Homem mais sexy do mundo" e "Mais bem vestidos, mais mal vestidos", entre outras. "Era como ter uma licença para roubar", diz rindo ao se lembrar. "Uma vez que foi determinado que a revista seria feminina, ficou claro o que era necessário fazer com a *People* para expandir seu potencial". Atualmente, como tem sido nos últimos anos, a *People* é o título mais lucrativo da empresa e, como Ann gosta de destacar, o site People.com é o líder em notícias on-line de entretenimento, com 13 milhões de visitantes únicos por mês.

O resto pertence ao histórico de inovações de Ann. Em 1991, lançou a *InStyle*, que é hoje a revista de moda e beleza com maior circulação nos EUA, "à frente da Vogue", diz Ann. A *InStyle* ocupa o terceiro lugar entre as revistas mais lucrativas da Time Inc. (a segunda é a *Sports Illustrated*). Depois, em 2000, veio o lançamento da *Real Simple*. "Tínhamos essa pesquisa que não saía da minha cabeça", diz Ann, referindo-se a uma pesquisa que mostrava que a mulher americana passava, em média, 55 minutos do dia procurando coisas. "O tempo é o produto mais precioso dos consumidores americanos, principalmente para a mulher", diz ela. "Essa foi a ideia por trás da *Real Simple*. Nós poderíamos ajudar você a se organizar e você teria uma hora a mais por dia".

Ann sorri, recostando em sua confortável poltrona, e confidencia o segredo do lançamento de revistas de sucesso. "Era um conceito tão simples, mas que resolveu um problema. É assim que você encontra lacunas no mercado e isso, em especial, é o que a Time Inc. faz de melhor. Inventamos a maioria das categorias em que publicamos."

O que vem pela frente agora na vida de Ann? Ela não fala. Com seu filho Brendan, de 26 anos, matriculado na faculdade de administração de empresas da Universidade de Harvard e seu marido, Donovan Moore, continuando a trabalhar como gerente de patrimônios privados na Bessemer Trust, seus horizontes parecem bem abertos, principalmente ao se lembrar do exemplo do segundo ato do pai.

E qual conselho ela daria às jovens mulheres que queiram seguir seus extraordinários passos? Como de costume, Ann fala de maneira direta: "Acho que tudo tem a ver com a autoavaliação. Quem é você? O que você faz bem? O que você gosta de fazer? Use essas informações para encontrar o que combina com você. Transforme seu passatempo em sua profissão. Você deve assumir a responsabilidade pela sua carreira. Também digo às jovens que aprendam a definir suas prioridades. Sou presidente da Time Inc. porque escolhi minhas prioridades melhor que outras pessoas. Sou presidente porque estou aqui há 32 anos e lancei mais revistas que Henry Luce [o fundador da Time Inc]. É por isso que estou em seu escritório.

"E tive muita paciência."

Joanna L. Krotz é jornalista de várias mídias e oradora cujo trabalho foi publicado no *The New York Times,* Worth, Money e Town & Country, além dos sites MSN e Entrepreneurship.org. É autora do *The Guide to Intelligent Giving* e fundadora do Instituto Women's Giving, organização que informa doadores sobre filantropia estratégica.

PROJETO

Programa Women's Edition

Por Deborah Mesce

Nas últimas décadas, o financiamento de serviços de notícias que cobrem questões relacionadas às mulheres abriu as portas da carreira de jornalismo para muitas mulheres do mundo todo. O programa Women's Edition *[Edição para mulheres, tradução livre]* demonstra como as mulheres podem colaborar para se beneficiar de uma perspectiva global sobre os assuntos que dizem respeito a si mesmas e usar os conhecimentos adquiridos em seus textos.

Sentadas ao redor de uma mesa, doze mulheres, jornalistas da África, América Latina, Ásia e Europa Oriental, discutem a condição da mulher nas suas culturas. As africanas dizem que as mulheres em seus países têm muitos filhos, frequentemente mais do que conseguem cuidar de forma adequada. As repórteres da Índia, Filipinas e Peru dizem que as famílias são um pouco menores em seus países. E a jornalista romena surpreende a todas dizendo: "Sabe, em meu país o governo paga as mulheres para que tenham filhos", diz, explicando a estratégia da Romênia para reverter o declínio da população.

Essa conversa aconteceu durante o programa *Women's Edition*, que reúne pequenos grupos de jornalistas veteranas de influentes empresas de mídia de países em desenvolvimento, a fim de analisar e fazer reportagens sobre diversos assuntos relacionados à saúde e ao desenvolvimento da mulher. Elas adquirem uma visão global sobre esses assuntos ao descobrir como países similares e diferentes dos seus lidam com eles. Como disse uma repórter do Nepal depois de muitos anos no programa, "agora penso de maneira global e escrevo de maneira local".

O programa *Women's Edition*, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, considera que seu trabalho com jornalistas é de longo prazo. Desde 1994, quando começou o programa, 62 jornalistas já participaram. Durante os primeiros anos havia pouca rotatividade, mas mais tarde foi definido o limite máximo de dois anos de participação. Durante o tempo que passam no programa, as jornalistas participam de seminários de uma semana, realizados duas vezes por ano em diferentes lugares do mundo. Os seminários enfatizam questões de saúde e desenvolvimento. Cada jornalista tem acesso a dados e pesquisas recentes sobre temas específicos, análises de especialistas e lembranças memoráveis das visitas a campo que trazem luz às questões debatidas. Depois de cada seminário, cada jornalista prepara um suplemento especial, uma série de artigos ou um programa de rádio ou televisão para a empresa de mídia em que trabalha, sobre o tema abordado no seminário, levando em consideração o contexto de seu país.

O Bureau de Referência Populacional (PRB, em inglês),

Above: Women's Edition journalists attend a session of the United Nations Commission on the Status of Women.
À esquerda:
Na Índia, duas jornalistas do Women's Edition fotografam ceramista em uma vila

organização não governamental de Washington que realiza o programa, solicita inscrições de editoras, repórteres e produtoras a cada dois anos. As jornalistas são informadas a respeito do programa por meio de associações nacionais e internacionais de jornalismo, faculdades e sites. Aproximadamente 200 candidatas se inscrevem. O PRB convida cerca de 12 para participar. A ONG procura jornalistas experientes que demonstrem grande interesse por temas de saúde e desenvolvimento da mulher e que possam ter influência editorial em suas redações. Para manter a diversidade geográfica, o programa normalmente seleciona uma jornalista por país.

O *Women's Edition* surgiu de um projeto anterior do PRB, *Global Edition [Edição Global, tradução livre]*, que reunia editores sêniores de países em desenvolvimento para que se concentrassem em temas de população e meio ambiente e escrevessem sobre eles. Da mesma forma, a missão do *Women's Edition* é fortalecer e aumentar a cobertura de questões de saúde e desenvolvimento da mulher e, por conseguinte, estimular o debate sobre esses assuntos entre o público e formuladores de políticas nos países em desenvolvimento.

Ao organizar os seminários, o PRB busca opiniões das jornalistas para escolher um tema específico e vincula esse tema a um lugar relevante. Por exemplo, o seminário sobre tráfico de mulheres foi realizado em Nova Délhi, onde as jornalistas visitaram um bordel na maior zona de prostituição da cidade e conversaram com as profissionais do sexo nepalesas que haviam sido traficadas anos antes. Para um seminário sobre violência contra a mulher, o grupo do *Women's Edition* se reuniu na África do Sul, que tem uma das maiores taxas mundiais de estupro, mas onde também foram implementados os programas mais inovadores para combater

Top: Women's Edition reporters meet with then-ambassador of Ecuador Yvonne A-Baki (right) at the Embassy of Ecuador, Washington, D.C.
Above: Três jornalistas do Women's Edition conversam com um vendedor num mercado da África do Sul como parte de um projeto para acabar com a violência contra as mulheres

Reporters pose after a presentation at the London School of Hygiene and Tropical Medicine.

o problema. Alguns seminários foram realizados em paralelo com conferências internacionais e outros eventos, tais como as conferências bienais sobre Aids e sessões especiais da ONU. Entre os temas dos seminários também figuraram a relação entre gênero e meio ambiente, o empoderamento das mulheres e sua saúde reprodutiva.

Às vezes, a reportagem de uma jornalista incita a ação. Depois de a reportagem de capa de uma revista abordar problemas sociais e de saúde de meninas casadas na Índia, o governo do estado Tamil Nadu lançou campanhas de conscientização nas vilas em que o casamento infantil é comum. Frequentemente, as jornalistas recebem ligações de funcionários de ministérios, parlamentares ou líderes de ONGs que buscam mais informações. Uma jornalista de Malawi escreveu sobre um novo centro de atenção a vítimas de estupro que seu grupo do *Women's Edition* visitou em Johanesburgo. Ela recebeu uma ligação da filha do presidente malawiano, que desejava se envolver em esforços locais para reproduzir a experiência em seu país. Às vezes, as jornalistas entram em ação por conta própria. Uma visita durante um seminário a um centro de proteção a vítimas de estupros em Nova York inspirou tanto uma jornalista indiana que ela convenceu uma amiga médica a abrir um centro similar em Mumbai.

O *Women's Edition* tem efeito duradouro sobre as jornalistas. Elas se tornam especialistas em questões relacionadas às mulheres em suas redações. Ficam mais confiantes quanto a seus conhecimentos e habilidades, o que as ajuda a defender a cobertura dos assuntos da mulher. Recebem promoções no trabalho e ganham mais influência para escolher os temas que valem a pena ser noticiados. "Foi-se o tempo em que assuntos de saúde e da mulher eram tratados uma vez por semana", disse Ropa Mapimhidze, do Zimbábue, que era editora adjunta no jornal Herald quando participou do *Women's Edition*. Hoje ela é editora do Newsday, um novo jornal independente.

Deborah Mesce é diretora do programa de treinamento sobre mídia internacional no Bureau de Referência Populacional (PRB, em inglês) e coordenadora do programa Women's Edition desde 2001. Antes de ingressar no PRB, trabalhou como repórter e redatora durante mais de 20 anos na Associated Press no estado de Connecticut e no escritório nacional em Washington.

CAPÍTULO

11

A MULHER E O MEIO AMBIENTE

Because of women's relationship with the environment, they can be critical agents of environmental conservation, sustainable development and adaptation to climate change. In Darfur, Sudan, women carry firewood to the Abbu Shouk refugee camp.

MULHERES E O MEIO AMBIENTE

Por Cate Owren

"As mulheres são a chave para o desenvolvimento sustentável, a paz e a segurança no mundo", disse o secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, aos participantes da reunião sobre o Estado do Planeta, realizada no Instituto da Terra da Universidade de Columbia, em Nova York, em março de 2010. Como as mulheres são as principais administradoras de recursos familiares em muitas partes do mundo, sua participação na adaptação às mudanças climáticas e nas medidas corretivas é essencial.

Em todas as regiões e culturas do mundo, as mulheres desempenham uma função importante em seu ambiente natural. Devido à sua frequente e total dependência dos recursos naturais para obtenção de alimentação, combustível e abrigo, as mulheres são particularmente vulneráveis às mudanças ou ameaças ambientais. E como a carga de trabalho das mulheres frequentemente está centrada na administração de recursos naturais, biodiversidade e ecossistemas, suas experiências e suas perspectivas são essenciais na formulação de políticas e medidas de desenvolvimento sustentável em todos os níveis, a fim de manter o planeta saudável para as próximas gerações.

Administradoras de recursos

As mulheres nos países em desenvolvimento são as principais responsáveis pela administração e conservação dos recursos para suas famílias. Elas passam bastante tempo coletando e armazenando água, buscando fontes de combustível, alimentos e forragem e administrando terras, sejam bosques, pântanos ou terrenos cultiváveis. Considerando que as mulheres são quem principalmente cuidam de crianças, idosos e doentes, a comunidade depende em sua totalidade delas. Os conhecimentos tradicionais sobre a biodiversidade herdados pelas mulheres proporcionam às comunidades remédios, alimentação equilibrada e métodos de rotação de cultivos. Quando secas, níveis irregulares de chuva ou tempestades severas afetam o acesso a recursos básicos, a vida das mulheres e de suas famílias pode ser seriamente afetada. De fato,

Os fogões com eficiência energética construídos na região ajudam as mulheres a gerenciar os recursos de modo sustentável e a preservar as florestas do parque nacional de Virunga, na República Democrática do Congo

Women conservationists include professionals and volunteers. This volunteer exercises a baby cougar at the Machia Park in Villa Tunari, Bolivia. The park shelters abused animals thanks to Inti Wara Yassi, a Bolivian NGO.

estudos revelam que os desastres naturais prejudicam de modo desproporcional as mulheres, diminuindo sua taxa de expectativa de vida e causando mais mortes de mulheres que de homens, principalmente em lugares onde o nível de igualdade de gênero é baixo.

As mulheres constituem um pouco mais da metade da população do mundo, mas são responsáveis por alimentar grande parte de seus habitantes, principalmente nas regiões rurais dos países em desenvolvimento. As mulheres produzem de 60% a 80% dos alimentos nos países em desenvolvimento, e ainda assim somente 2% delas são proprietárias de terras em todo o mundo, segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Leis de sucessão e costumes frequentemente proíbem ou limitam o controle direto da mulher sobre a terra. Mesmo quando a mulher é capaz de ser proprietária ou arrendatária de terras, ela pode não conseguir empréstimos ou seguros para proteger seus recursos. A ausência de igualdade de direitos sobre a terra continua sendo um grande obstáculo para a capacitação da mulher e a redução da pobreza.

Acordos internacionais

Acordos internacionais têm feito vínculos importantes entre as mulheres e o meio ambiente; o desafio é entrar em ação. A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), uma “declaração de direitos” da mulher internacional, aborda uma gama de questões ambientais. Da mesma maneira, a Plataforma de Ação de Pequim, aprovada na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres (1995), inclui um capítulo inteiro sobre a mulher e o meio ambiente. Ela adverte sobre os diversos impactos que o aquecimento mundial teria sobre homens e mulheres, que hoje estão tão evidentes em todo o mundo.

Os principais tratados de desenvolvimento sustentável também têm reconhecido a necessidade específica da participação da mulher e a incorporação de uma perspectiva de gênero. Em 1992, a Cúpula da

Left: A woman in Tsetan, Tibetan Autonomous Region, China, uses a home-made solar cooker to boil water. Below: Environmental activist and Nobel Peace Prize winner Wangari Maathai plants a tree in Uhuru Park, Nairobi, Kenya, in 1999. Mathai founded the Green Belt conservation movement in 1977 and fought for women's rights. She died in 2011.

Terra das Nações Unidas (UNCED) produziu duas convenções-chave, uma sobre biodiversidade e outra sobre combate à desertificação, que têm servido de guia para a implementação de medidas ambientais que incorporam a perspectiva de gênero. O documento geral da UNCED, a Agenda 21, incluiu um capítulo específico sobre igualdade de gênero, que destacou a função importante das mulheres nos países industrializados como consumidoras sustentáveis. De fato, os vínculos entre a mulher e o meio ambiente não se concentram somente no sul do planeta (ou seja, nos países em desenvolvimento). Estudos demonstram que a pegada de carbono das mulheres do Norte (países desenvolvidos) é muito menor que a do homem e que elas tomam a maioria das decisões "ecológicas" no lar e nas viagens (governo da Suécia, 2007).

Esses acordos internacionais indicam que as mulheres de todo o mundo devem ter igualdade de condições para participar de

A woman learns to be a "barefoot engineer" at Barefoot College, Tilonia, in Rajasthan, India. After six months of training, women return to their villages where they install and maintain solar-powered lighting systems.

todas as decisões relacionadas ao meio ambiente. Demonstrando sua grande capacidade como líderes, especialistas, educadoras e inovadoras, as mulheres e os movimentos femininos conseguiram grandes avanços na preservação e proteção dos recursos ao seu redor. Nos anos 1970 na Índia, as mulheres lideraram um movimento popular chamado Chipko, no qual ativistas literalmente abraçavam troncos de árvores para impedir que elas fossem cortadas. Protegeram também as fontes de água do controle corporativo. Da mesma forma, o Movimento do Cinturão Verde, um movimento de conservação e silvicultura que originou o Dia da Terra no Quênia, em 1977, é outra iniciativa de mulheres bem conhecida. As mulheres continuam combatendo as mudanças climáticas no mundo todo, tomando decisões sobre consumo sustentável e melhorando o acesso, controle e conservação dos recursos. Suas vozes devem continuar a ser incorporadas plenamente à formulação e aplicação de políticas ambientais em todas as esferas pelo bem-estar das futuras gerações.

Cate Owren é diretora executiva da Organização da Mulher para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Wedo), uma organização mundial de mulheres que trabalha para promover a capacitação da mulher como tomadora de decisões a fim de que seja alcançada justiça social e econômica. Foi fundada especificamente para exercer influência na Cúpula da Terra de 1992 (UNCED), a fim de obter a incorporação de uma perspectiva de gênero e a participação direta da mulher em âmbito internacional. O trabalho de defesa da Wedo contribuiu recentemente para conquistar o primeiro documento de gênero nas negociações da ONU sobre as mudanças climáticas.

Aleksandra Koroleva:
paixão pela proteção ambiental

Por Alexey Milovanov

Os esforços da ativista russa Aleksandra Koroleva pela preservação do meio ambiente e proteção das pessoas contra a contaminação ambiental são incansáveis e seus métodos pouco ortodoxos frequentemente são bem-sucedidos.

A ativista ambiental Aleksandra Koroleva dedicou grande parte de sua vida à proteção do meio ambiente primitivo da região de Kaliningrado, na Federação Russa, na costa do Mar Báltico. Os hábitats únicos e complexos do local incluem pântanos, florestas, rios e brejos. Eles abrigam diversos ecossistemas e aves migratórias. A ativista tem trabalhado dentro e fora do governo não somente na preservação de preciosos recursos naturais, como também na proteção dos cidadãos contra os perigos da poluição ambiental.

Aleksandra foi membro de um comitê estatal de proteção ambiental, criado após a queda da União Soviética. Ela diz que naquele momento parecia que o comitê poderia contribuir significativamente para a preservação responsável do meio ambiente. Antes disso, ela havia trabalhado numa universidade, numa escola e num museu de história regional, onde lidava com questões ambientais. Em seu cargo no comitê, sua tarefa era aumentar a conscientização do público sobre o meio ambiente, principalmente através dos meios de comunicação de massa. Seu trabalho ia bem; ela inclusive havia criado o primeiro programa de rádio da região de Kaliningrado dedicado inteiramente a problemas ambientais. O programa foi ao ar durante muitos anos. Mas o legado dos anos do regime soviético, a burocracia, interrompeu seus esforços.

Devido à forma como foi educada, a ativista não conseguia se resignar a aceitar uma derrota. Ela é como sua mãe, a reconhecida botânica e dendróloga Galina Kucheneva. “Ela tinha uma motivação interna enorme e não se interessava somente por estudar as árvores como botânica, mas também buscava preservá-las para o futuro”, lembra-se Aleksandra. “Eu, com certeza, herdei somente uma ínfima parte de sua confiança, mas tenho também essa motivação, que me impede de conformar com as coisas.”

A sociedade russa passava por um momento turbulento no início da década de 1990. O desaparecimento do regime autoritário comunista e a repentina capacidade de se expressar com liberdade motivaram a criação de muitos movimentos e organizações. Um deles foi o grupo Ecodefesa! (Ekozashchita! em russo). Ele foi fundado por jovens determinados a lidar com eficácia com as questões ambientais seguindo o modelo ocidental de ativismo ambiental. Eles escolheram como slogan a frase ambiciosa porém honesta “Nada de concessões para defender a Mãe Terra”. Uma reunião com o ativista Vladimir Slivyak da Ecodefesa! fez com que Aleksandra fizesse uma mudança radical, deixando seu cargo de servidora pública e começando uma nova etapa em sua vida. Ela lembra que “Slivyak disse: ‘Façamos algo e não esperemos que o governo nos autorize a escrever um artigo ou fazer um estudo ambiental.’ Foi ele quem me mostrou que você pode fazer o que considera necessário e importante.”

A lista do que é "necessário e importante" fazer é tão longa que requer o trabalho de uma dezena de organizações de grande escala. Ainda assim, a Ecodefesa! trabalhou bem durante seus primeiros 15 anos, sem qualquer status legal. Uma de suas tarefas era despertar consciência sobre a contaminação dos recursos hidrográficos da região por substâncias tóxicas como a dioxina. O grupo também se opunha à importação de resíduos radioativos ao seu país. Protegia as reservas naturais de Curonian Spit, uma longa e estreita banco de areia ao longo da lagoa Curonian, localizada entre a região de Kaliningrado e a Lituânia, contra os perigosos projetos de extração petrolífera na plataforma do Mar Báltico. A Ecodefesa! lutou também pela preservação de árvores localizadas no centro de Kaliningrado. Além disso, é claro, promoveu a educação ambiental através de todos os meios disponíveis. Sua prioridade máxima sempre foi conscientizar as pessoas sobre os problemas ambientais e sobre como solucioná-los. A Ecodefesa! realizou entrevistas coletivas e emitiu relatórios e comunicados à imprensa numa época em que isso ainda era uma novidade na Rússia, mesmo para as empresas. A Ecodefesa! usou com êxito a mídia para divulgar uma mensagem ambiental independente. "Mesmo agora, quando nosso trabalho não é tão intenso, os jornalistas me ligam quase todos os dias", diz Aleksandra.

A Ecodefesa! usou métodos drásticos para atrair a atenção da mídia, a fim de que os jornalistas escrevessem sobre "aqueles eco-loucos" e o público pudesse ler a respeito deles. Quando árvores foram cortadas na cidade de Kaliningrado, os ativistas liderados por Aleksandra caminharam até a prefeitura levando um tronco dentro de um caixão e velaram-no à luz de velas. Quando análises

Aleksandra Koroleva conversa com outros ativistas no Curonian Spit, região de Kaliningrado, na Federação Russa

realizadas por iniciativa dos ambientalistas revelaram a presença de dioxina nas águas residuais da fábrica de papel local, os jovens caminharam pelo centro da cidade usando máscaras de mutantes a fim de chamar a atenção para as possíveis consequências disso. Aleksandra descreve outra iniciativa que liderou: "Levamos uma enorme réplica de uma usina nuclear ao prédio do governo distrital, na qual colocamos um tubo que emitia fumaça de cor laranja e cheiro acre. E nos algemamos na entrada do prédio, fantasiados de porcos lambuzados de petróleo, para demonstrar o perigo dos planos da empresa Lukoil de extrair petróleo a 22 quilômetros da reserva de Curonian Spit. Foram bons tempos, e às vezes me arrependo de que a Ecodefesa! e eu tenhamos tomado caminhos diferentes."

Esse comportamento excêntrico chocava e despertava suspeitas que ainda persistem nos numerosos detratores de Aleksandra. Muitas vezes ela e seus colegas foram acusados de atuar com dinheiro recebido de empresas concorrentes das pessoas contra as quais lutavam, ou de colaborar com serviços de inteligência do exterior, da CIA ao Mossad. Aleksandra tinha de refutar informações falsas rotineiramente.

O ensino é tão essencial para a professora Aleksandra como o ar que respira, mas seu dinamismo frequentemente assusta aos que não estão acostumados com tanto entusiasmo. Durante dez anos, a Ecodefesa! realizou um projeto de observação da natureza na região báltica voltado para crianças. Nesse programa, milhares de crianças em idade escolar aprenderam sobre o ecossistema báltico na teoria e na prática. Recolheram lixo da costa, fizeram passeios ecológicos e fizeram contatos com colegas de acampamentos de outros países que conscientizam sobre a natureza.

Sob a liderança de Aleksandra Koroleva, foi realizado o primeiro referendo ambiental em Kaliningrado para decidir sobre a construção de um terminal de petróleo no porto de Svetly. Os livros da ativista contribuíram para deter projetos de alto risco, evitar o corte de árvores e criar confiança na população para que ela defendesse seu direito a água e ar limpos. Ela incentivou as pessoas a mudarem as coisas com as quais não concordam e a controlarem as atividades prejudiciais das autoridades – e tudo isso era novidade para os cidadãos da antiga União Soviética. Aleksandra também instruiu funcionários públicos ao participar de numerosos conselhos públicos, redigir novas leis e criticar autoridades que fechavam os olhos para crimes ambientais. "No final, as autoridades reconheceram a existência e importância do terceiro setor [organizações não governamentais], fôssemos nós ou outras organizações", diz Aleksandra. "Esse reconhecimento era precisamente o que buscávamos, e isso foi uma vitória. As portas que abrimos agora estão acessíveis a muitos outros ativistas."

Aleksandra incentiva todos – crianças, professores, autoridades ou ativistas – a não se limitarem a apenas pensar, mas também a tomar medidas concretas. Durante vários anos ela organizou a "Força Ambiental de Desembarque no Curonian Spit" para fortalecer as dunas e limpar o lixo do parque nacional, recrutando não somente estudantes e ativistas, como também altos funcionários, políticos e diplomatas. Foi ela quem transformou a conservação do parque nacional num genuíno movimento de massa.

A história voltou a se repetir. Vinte anos mais tarde, Aleksandra voltou a trabalhar numa agência governamental como vice-diretora do Parque Nacional Curonian Spit. Ainda que recentemente tenha renunciado ao cargo como protesto contra as novas políticas (o mesmo instinto natural que a fez rechaçar os métodos burocráticos), Aleksandra planeja continuar seu trabalho ambiental com a Ecodefesa! "Estou pronta novamente para voltar às minhas raízes", diz.

Alexey Milovanov trabalhou durante cinco anos com Aleksandra Koroleva como assessor de imprensa e de campanha do grupo ambiental Ecodefesa!. É jornalista e fotógrafo independente desde 2005, e atualmente é editor-chefe da agência local de notícias online www.NewKaliningrad.Ru.

Engenheiras solares do Barefoot College

Por Anu Saxena

Uma revolução está acontecendo no Barefoot College (Universidade dos Pés Descalços), na área rural do Rajastão, Índia. É uma revolução silenciosa que leva energia solar e tecnologia limpa às comunidades rurais mais pobres, mudando a face do desenvolvimento rural. À frente dessa revolução estão mulheres analfabetas ou semianalfabetas de áreas rurais da Ásia, África e América Latina, muitas delas avós, que recebem treinamento para se tornarem habilidosas engenheiras solares.

O Barefoot College (Universidade dos Pés Descalços) foi fundado em 1972 em Tilônia, Rajastão, Índia, pelo ativista social e educador Bunker Roy. A instituição tem como propósito encontrar soluções simples e sustentáveis aos problemas básicos que afetavam a qualidade de vida nas comunidades rurais: água limpa, energia renovável, educação e assistência médica. Promover um meio de vida estável e a capacitação das mulheres também estão entre os objetivos do Barefoot College. A energia solar é uma importante "solução natural" e as mulheres, em especial as avós, são as candidatas preferidas para o treinamento em engenharia solar. Como explica Bunker Roy: "Treinamos homens e percebemos que eles usaram o treinamento e os conhecimentos adquiridos para irem trabalhar nas cidades. [As mulheres] se sentem responsáveis por suas vilas". As avós do meio rural têm uma longa história na comunidade e se sentem menos incentivadas a migrar. Isso faz com que os conhecimentos e a tecnologia permaneçam na comunidade. Elas compartilham seu conhecimento com outras mulheres, garantindo a sustentabilidade do projeto.

Tratar os membros da comunidade como parceiros e permitir que administrem e sejam donos de seus próprios recursos e tecnologia são características únicas do programa Barefoot. As alunas provêm de comunidades remotas que não conhecem a eletricidade convencional e nas quais a taxa de alfabetização é baixa, principalmente entre mulheres e meninas. Elas são selecionadas mediante o consenso da comunidade e, depois de sua volta, são pagas pela comunidade para instalar, fazer a manutenção e conserto das unidades solares por uma porcentagem do custo energético mensal que seria gasto com o uso de fontes alternativas, como combustível, velas e baterias.

Desde 2005, 250 dessas aldeãs de 29 países levaram eletricidade por meio de aparatos solares a aproximadamente 10 mil lares, em regiões tão diversas quanto as planícies desérticas e quentes do Rajastão e as aldeias rurais localizadas nos planaltos frios e afetados pelo vento das montanhas de Ladakh, na Índia; Timbuktu, Mali, na África; e Soloja, Bolívia, no altiplano andino. A maioria dos lares pobres de áreas rurais que receberam ajuda do Barefoot

Avós da zona rural sendo treinadas como engenheiras solares em uma sessão de oficina do Barefoot College

College na África e América Latina usa aproximadamente de 1,5 a 2 galões de querosene por mês para suas necessidades de luz e cozinha, segundo a experiência do Barefoot College com as famílias de zonas rurais. Estima-se que este consumo de querosene emita de 14,74 a 19,65 quilos de CO2 (Richard J. Komp, 2002). A mudança para o uso de energia solar reduziu a poluição ambiental e a degradação florestal nessas comunidades ao diminuir o uso de lenha, diesel e querosene. O uso de energia solar também reduziu os gastos com iluminação das famílias rurais, o nível de poluentes dentro de suas moradias e o risco de incêndios pelo uso de querosene. As condições de estudo das crianças melhoraram e as mulheres podem se envolver em atividades que geram renda, como artesanato, depois do pôr-do-sol.

Os resultados extraordinários obtidos pelo Barefoot College começaram com um programa de seis meses de treinamento prático sobre engenharia solar. O princípio central da instituição é que as soluções dos problemas rurais se encontram nas próprias comunidades. Em nenhum lugar isso é mais evidente que na sala de aula do treinamento em engenharia solar, onde 30 participantes, de vários países, sentam-se uma ao lado da outra em bancos e trabalham concentradas na conexão de fios de uma placa de circuitos, na montagem de uma lanterna solar ou no desenho do que acabaram de criar num pequeno caderno. Como não há um idioma comum entre as alunas e os instrutores, as mulheres aprendem a identificar as peças por cores e usam muitos gestos. Sinais com as mãos, sorrisos e cumprimentos numa variedade de idiomas dão as boas-vindas ao visitante dessas Nações Unidas de mulheres do Barefoot College, que colaboram para levar luz e esperança às suas comunidades.

Sita Bai, mecânica de fogões solares, ao lado de um dos dispositivos no qual é treinada para montar e consertar

O mesmo entusiasmo e atividades empresariais permeiam o campus do Barefoot College. A uma curta distância da sala de aula estão dois impressionantes fogões solares parabólicos de 2,5 metros quadrados, que reluzem ao sol. Shahnaz e Sita, duas engenheiras solares do Barefoot, cuidam dos fogões. Ambas participaram do programa solar básico

antes de se especializarem na fabricação de fogões, tarefa normalmente associada ao homem por envolver trabalho com metal e soldagem. Enquanto elas explicam alguns pontos complicados da construção e calibragem do fogão, o orgulho que sentem pelo seu trabalho fica evidente. Agora são elas quem treinam outras mulheres para que construam fogões solares. Sita até encontrou uma maneira de alcançar um público mais amplo compondo uma música com suas colegas sobre os benefícios do fogão solar, que elas cantam nos programas de educação das comunidades. A história da trajetória pessoal dessas mulheres provenientes de famílias conservadoras, nas quais se limitavam a realizar tarefas ditadas pela sociedade, até chegarem a desempenhar a função de educadoras, hábeis mecânicas e empregadas assalariadas é uma narrativa impressionante de mudança.

À medida em que aumenta a participação das mulheres na gestão ambiental, elas se tornam mais visíveis. Agora elas têm voz na política local. Exemplos disso são as Guerreiras Solares do Butão e as Engenheiras Solares de Barefoot na Etiópia, que apresentaram uma petição aos seus governos para que criem associações femininas locais de engenheiras solares rurais. As mulheres desfrutam de uma situação melhor em suas comunidades devido à sua valiosa contribuição. Ao se referir à engenheira solar de sua localidade, um aldeão idoso da Bolívia disse com admiração: “ela é melhor que eu nisso (...) e eu sou mecânico de automóveis!”.

Ao transformar as mulheres e comunidades em parceiras, o Barefoot College aumentou a conscientização da comunidade sobre práticas sustentáveis ao mesmo tempo em que apoiou os conhecimentos tradicionais. As oficinas sobre como descartar produtos plásticos de maneira responsável, usar fogões solares, melhorar a gestão dos recursos hídricos (incluindo recolher a água da chuva) e outras boas práticas que não sejam prejudiciais ao meio ambiente melhoram a qualidade de vida nas zonas rurais.

These Mauritanian women install solar panels in their village after training at Barefoot College in India, where they learned to be solar engineers. They receive income for their work.

Anu Saxena está envolvida em programas de desenvolvimento internacional em comunidades marginalizadas há mais de 20 anos, com foco nas questões de gênero. Obteve seu doutorado em antropologia social pela Universidade de Boston e realizou trabalho em campo na Colômbia. Atualmente é assessora latino-americana do programa de Engenharia Solar do Barefoot College (Índia).

CAPÍTULO

12

A VIDA DE MENINAS

Girl children are denied their human rights in many countries. This girl in a Bangalore, India, slum may face not only economic hardship but discrimination and exploitation because of her sex.

OS DIREITOS DA MENINA

Por Robin N. Haarr

Em muitas culturas e sociedades, são negados às meninas seus direitos humanos e até suas necessidades mais básicas. As meninas correm o risco de sofrer abuso e exploração sexual e outras práticas que afetam negativamente sua sobrevivência, desenvolvimento e possibilidade de alcançar seu potencial máximo. Devido à sua particular vulnerabilidade, as meninas precisam de uma proteção maior. A vida das meninas é um dos doze temas de importância fundamental abordados na Plataforma de Ação de Pequim de 1995, que recomenda a eliminação de todas as formas de discriminação e abuso de meninas e a proteção de seus direitos.

A Convenção sobre os Direitos das Crianças, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1989, estabelece os direitos humanos das crianças, normalmente os menores de 18 anos de idade. Entre esses direitos estão a não discriminação, o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento de seu potencial, a proteção contra influências prejudiciais, abusos e exploração, e a participação plena na vida familiar, cultural e social. A convenção estabelece também o que constituem as violações dos direitos humanos da menina, como a discriminação com base no sexo, o aborto seletivo de fetos femininos, a mutilação genital e o casamento precoce.

A Sudanese schoolgirl stands outside her classroom at the Greida refugee camp near Nyala, Darfur.

Influências culturais no tratamento das meninas

A discriminação e as práticas prejudiciais contra as meninas variam segundo seu contexto cultural. Por exemplo, o aborto intencional de um feto feminino e o infanticídio de meninas são práticas comuns nos países do leste e sul da Ásia, onde há preferência por filhos meninos. Na Índia e na China existe uma proporção desequilibrada dos

sexos como consequência de tais práticas, segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2005). Na Índia essa prática se mantém devido à percepção de que as filhas são uma carga econômica para a família. A menina não contribui de maneira significativa para a renda familiar e a família de seu futuro marido exigirá um grande dote no momento em que ela se casar. Na China, o aborto seletivo de meninas e o abandono de bebês do sexo feminino aumentaram notavelmente desde que foi criada a política do filho único em 1989. A seleção do sexo antes do nascimento do bebê é muito mais comum em locais onde existam técnicas médicas disponíveis para isso e elas estejam suscetíveis ao uso indevido. Segundo o relatório de 2004 da UNFPA, o aborto seletivo de fetos femininos e o infanticídio de meninas resultaram em aproximadamente 60 milhões de meninas "desaparecidas" na Ásia. A escassez de mulheres em alguns países asiáticos deu origem a outros problemas, como o aumento do tráfico de mulheres que são forçadas a se casar e a se prostituir. Apesar dos programas dos governos e dos esforços para acabar com essas práticas por meio da educação, incentivos financeiros e ameaça de punição, a prática do aborto seletivo e o infanticídio de meninas continuam.

O status das meninas é significativamente inferior ao dos meninos em alguns países. Isso faz com que as meninas sejam mais vulneráveis à discriminação e ao abandono. Os indicadores disponíveis revelam que, desde muito novas, as meninas são discriminadas em áreas como nutrição, assistência médica, educação, cuidado e proteção da família. As meninas recebem uma porção de comida menor, particularmente quando os recursos alimentares escasseiam. Uma dieta baixa em calorias, proteínas e nutrientes afeta negativamente o crescimento e desenvolvimento das meninas. Com menores probabilidades de receberem assistência

Autoridades turcas desestimulam a prática tradicional de casar meninas com até 14 anos em cidades rurais como Acarlar, onde esta jovem caminha com um bebê

Primary school students at al-Yasmin school for girls in Baghdad, Iraq, open boxes of educational supplies provided by UNICEF to children in war zones.

médica básica, elas correm maiores riscos de mortalidade infantil.

Com frequência, é negada educação às meninas. Estima-se que, em 2007, 101 milhões de crianças de todo o mundo não frequentavam escolas primárias, e a maioria delas eram meninas (UNICEF, 2010). Na África, no Oriente Médio e na Ásia do Sul são registradas as maiores desigualdades de gênero na área de educação. As meninas de área rurais e com poucos recursos econômicos são as mais propensas a ser privadas de educação. Com frequência elas são impedidas de adquirir os conhecimentos e habilidades necessários para o emprego, capacitação e para ter progresso em sua situação devido ao costume de se preferir educar os meninos do que as meninas. É mais provável que se utilizem meninas para realizar trabalhos dentro e fora de casa. Por outro lado, há muitos benefícios em investir na educação de meninas. Famílias mais saudáveis, queda da taxa de fertilidade, melhor desempenho econômico e redução da pobreza estão entre eles. A educação das meninas num ambiente que proporcione apoio e seja sensível às questões de gênero é fundamental para alcançar a igualdade de gênero.

O Fundo de População das Nações Unidas estima que entre 100 e 140 milhões de meninas e mulheres foram submetidas à mutilação genital e que, a cada ano, corre-se o risco de que ela seja feita em pelo menos outras três milhões de meninas. A maioria desses casos acontece na África, no Oriente Médio e na Ásia. No Egito, estima-se que 75% das meninas entre 15 e 17 anos de idade foram submetidas à mutilação genital, uma prática que acarreta consequências negativas imediatas e de longo prazo para a saúde e bem-estar de meninas e mulheres, e cujas complicações podem ser fatais. Alguns países da África, Europa e América do Norte proibiram a mutilação genital, mas a prática continua.

O casamento infantil é outra violação dos direitos humanos que ocorre na África, no Oriente Médio, na Ásia Central e do Sul. As taxas mais altas são registradas na Ásia do Sul e na África Subsaariana, onde há meninas que chegam a se casar com 7 anos de idade, e quase sempre antes dos 15 ou 18 anos de idade. Segundo estatísticas da UNICEF, em Bangladesh, República da África Central, Chade, Guiné, Mali e Nigéria mais de 60% das mulheres se casaram antes dos 18 anos de idade. Na Índia, 47% das mulheres se casaram antes dos 18 anos. No Iêmen, mais de 25% se casam antes dos 15 anos. O casamento infantil é uma forma de abuso sexual que separa as meninas da família e dos amigos, isola-as socialmente, limita seu acesso à educação e torna-as vulneráveis à violência de seus maridos e familiares. As meninas casadas enfrentam riscos à saúde e até a morte devido às relações sexuais forçadas, frequentemente com maridos bem mais velhos que elas, e à gravidez precoce. Existe também um maior risco de se contrair HIV e outras doenças transmissíveis sexualmente.

No entanto, os movimentos de base podem efetuar mudanças com êxito. Um exemplo é o programa Kembatti Mentti Gezzimma-Tope (KMG), encabeçado pela dra. Bogaletch Gebre na Etiópia para erradicar a mutilação genital feminina. Ou a Rede de Casamentos sem Riscos no Iêmen, que se vincula a várias ONGs para proporcionar educação a comunidades e defender a redução do casamento infantil.

A vida das meninas é um dos doze temas de importância fundamental abordados na Plataforma de Pequim de 1995, que recomenda a eliminação de todas as formas de discriminação e abuso de meninas e a proteção de seus direitos. Recomenda-se também que sejam adotadas medidas de desenvolvimento e treinamento para melhorar a situação das meninas e acabar com sua exploração econômica. A conscientização sobre as necessidades e o potencial das meninas deve ser aumentada na sociedade, e entre as próprias meninas, para que elas possam participar plenamente da vida social, econômica e política. Houve progresso, mas ainda há muito por fazer na proteção dos direitos das meninas e para lhes garantir um futuro em que elas e suas comunidades sejam beneficiadas.

Robin Haarr é professora de justiça criminal na Universidade Eastern Kentucky cuja pesquisa se concentra na violência contra mulheres e crianças e no tráfico humano, em âmbito nacional e internacional. Ela realiza pesquisas e trabalho político para as Nações Unidas e embaixadas dos EUA. Recebeu diversos prêmios pelo seu trabalho, incluindo indicação para o Mural da Fama da Escola de Justiça Criminal da Universidade Estadual de Michigan e o prêmio CoraMae Richey Mann “Inconvenient Woman of the Year” (Mulher Inconveniente do Ano) da Divisão de Mulheres e Crime da Sociedade Americana de Criminologia.

Bogaletch Gebre: trocar as velhas tradições por novas

Por Julia Rosenbaum

Ela trabalhou arduamente e se dedicou para obter uma educação, motivada por um sonho. E se tornou médica. Desde então, a dra. Bogaletch Gebre tem trabalhado para capacitar as mulheres de seu país natal, Etiópia, e para substituir práticas que possam causar mal por outras saudáveis, vila por vila.

"Nenhuma mãe, nenhuma família infligiria mal intencionalmente à uma filha", explica a doutora Bogaletch Gebre, fundadora da Kembatti Mentti Gezzimma–Tope (KMG), que significa "mulheres de Kembatta trabalhando unidas", um centro de autoajuda para mulheres no sul da Etiópia. A médica é uma líder na luta pelo desenvolvimento da mulher. Ela trabalhou duro para pôr fim à mutilação genital feminina, uma prática tradicional na África.

Boge, como é conhecida, vem de uma família agrícola de Kembatta, no sul da Etiópia. Seu pai amparava os fracos, viúvas e órfãos de sua comunidade, fazendo doações àqueles cuja colheita não fora bom o suficiente. Ela descreve sua mãe como uma mulher sábia, generosa e carinhosa que acreditava que as pessoas erram por ignorância. Sua mãe dizia que "quando alguém faz mal ao próximo, faz mais mal a si mesmo do que ao outro". Como todas as jovens de sua idade, Boge esperava ansiosamente pelo dia da sua cerimônia de circuncisão, quando "todo mundo passaria a me olhar de maneira diferente, me veria sob uma perspectiva nova e melhor".

Tendo crescido em meio a uma família de 14 membros, Boge e Fikirte, sua irmã mais nova, eram inseparáveis. Foram as primeiras jovens de sua vila a concluir a educação superior. Boge estudou na Universidade Hebraica em Jerusalém com uma bolsa de estudos integral. Posteriormente, as duas irmãs se mudaram para os Estados Unidos. Boge recebeu uma bolsa da Fulbright para frequentar a Universidade de Massachusetts, onde estudou epidemiologia e saúde pública. A notícia da fome que se estendeu de 1984 a 1987 em seu país natal motivou as irmãs a voltarem para ajudar. Fikirte se dedicou a melhorar o acesso à água limpa em sua vila. Abriu uma empresa de produção de deliciosos molhos e doava parte dos lucros a seu projeto de água. Boge se centrou na educação e sustento das mulheres mediante a fundação da organização Pais Internacionais da Etiópia – Desenvolvimento através da Educação. Buscou a ajuda de apoiadores nos Estados Unidos para pôr fim à "fome de livros" que era tão prevalente quanto a fome de alimentos. Correu em maratonas para arrecadar fundos que possibilitaram o envio à Etiópia de mais de 300

Bogaletch Gebre fala a uma multidão no festival anual iniciado pela KMG para aumentar a consciência sobre o dano causado pela mutilação genital feminina

mil livros de ciência, medicina e direito.

Boge despertou para o problema da mutilação genital feminina devido à raiva e horror que sentiu pelo que fizeram a ela quando jovem, e pelo que faziam a todas as meninas de sua vila. “Entendi que o propósito da excisão genital feminina era também fazer uma excisão de minha mente, de minha capacidade de viver a vida com todos os meus sentidos intactos”, disse ela. “Nunca houve a expectativa de que eu me educasse, que pensaria por mim mesma, porque sou uma mulher nascida numa pequena vila da Etiópia. É um sistema que vê a mulher como um objeto servil. Ela começa a servir a família aos seis anos, quando ainda nem sabe quem é. Ao se casar, é literalmente vendida àquele que der o maior lance. De um regime servil para outro, somos exploradas.”

Boge regressou ao seu país em 1997 com US$ 5 mil e um sonho. Junto com sua irmã fundou a KMG em 1999. Esse centro de autoajuda para a mulher agora inclui um centro de capacitação, biblioteca, casa de estudo da herança cultural, centro de assistência médica, pousada e promove reuniões discussões em grupo entre mulheres. No início, as irmãs não sabiam como pôr em prática seu sonho de romper o ciclo de violência contra a mulher e proporcionar oportunidades de desenvolvimento.

Boge começou com uma pesquisa básica sobre as condições da mulher: saúde e HIV/Aids, educação de homens e mulheres, oportunidades econômicas para a mulher e mutilação genital feminina. Os resultados foram apresentados num fórum comunitário no qual a discussão desses temas deu início a uma transformação. “As mulheres começaram a falar e a chorar. Todas conheciam a dor e o risco da mutilação, mas a prática se perpetuava porque acreditavam que esta era uma ordem de Deus e que era essencial para que uma mulher fosse considerada como possível esposa.”

Seus esforços começaram a ganhar força. Em junho de 2002, 78 jovens estudantes marcharam levando cartazes que diziam: “Eu me nego a ser circuncidada, sigam meu exemplo.” Um jovem casal de noivos desafiou a tradição ao se casar sem que a jovem se submetesse à mutilação genital. Apelaram ao sacerdote local, que já havia se sensibilizado pelo programa da KMG na comunidade. Ele concordou em lhes dar seu apoio. Durante o casamento, a noiva carregou um cartaz em que declarava não estar circuncidada, e o noivo levou outro expressando sua felicidade por se casar com uma “jovem inteira, sem circuncisão”. A esse se seguiram outros casamentos em que os noivos rejeitaram publicamente a mutilação genital feminina. Formaram-se grupos de apoio e programas de divulgação e educação entre membros da comunidade. “Eles se transformaram em nossos soldados, numa força social em suas comunidades”, diz Boge. “As jovens se reúnem, cantam e levam cartazes que dizem ‘Somos suas filhas! Não nos façam mal.’” Um novo evento chamado de “Corpo íntegro, vida saudável – liberdade da excisão genital feminina” foi iniciado em 2004 com o objetivo

Casal etíope celebra seu casamento e leva cartazes que declaram sua oposição à nociva mutilação genital

Fuga (potters) are marginalized social outcasts who are denied basic rights in Ethiopia. KMG helps these artisans by educating them about human rights and through advocacy on their behalf. Here a village of potters assembles to discuss community issues.

de substituir a mutilação feminina prejudicial por celebrações da vida e conta com uma boa participação do público. O dia foi reconhecido como um dia de liberdade e hoje é uma nova tradição que é celebrada todos os anos.

Atualmente, a mutilação genital feminina foi praticamente erradicada de toda a zona de cobertura da KMG, de 1,5 milhão de habitantes. Um estudo realizado em 2008 pela UNICEF documenta a transformação alcançada após uma década de intervenção: a circuncisão feminina foi reduzida dramaticamente para menos de 3%. Isso foi alcançado por meio de leis e educação sobre os perigos dessa prática nas comunidades.

Boge afirma que o apoio da KMG ajudou as comunidades a "confiarem e abandonarem sua sabedoria coletiva, reconhecendo sua própria capacidade de efetuar mudanças mensuráveis e sustentáveis. Só precisamos lhes dar o espaço".

Os representantes da comunidade – estudantes e professores, meninos e meninas, analfabetos e escolarizados, homens e mulheres, parteiras, líderes religiosos e idosos – se reúnem regularmente para falar sobre suas preocupações, construir relacionamentos, compartilhar conhecimentos e chegar a um consenso. Boge diz que "as soluções estão em suas mãos". A KMG facilita e incentiva o debate. "Uma vez que assumem um compromisso, eles o cumprem."

O enfoque é holístico, diz Boge, que reconhece "a característica indivisível da dinâmica social, cultural, econômica e política que afeta as sociedades e as mulheres em particular, unindo ecologia, economia e sociedade". E acrescenta: "Em Kembatta, como em outras regiões rurais, os transtornos sociais, a degradação ambiental e a perda da base tradicional de renda reforçam atitudes que vitimizam as mulheres e perpetuam a violência contra a mulher."

O sucesso de Bogaletch Gebre significou uma maior influência do modelo da KMG em outras regiões, países e na formulação de políticas. "Não precisamos de milagres", diz ela. "Precisamos de um compromisso com a ação, a criatividade e o trabalho duro. E, claro, precisamos apoiar uns aos outros, como pessoas que compartilham um só mundo."

"O sonho que tenho para as mulheres africanas? Que o mundo se conscientize de que a opressão da mulher não é boa para os negócios, a economia e o desenvolvimento humano. Devemos pôr fim ao apartheid de gênero", diz.

Julia Rosenbaum é funcionária sênior do programa do Grupo de Saúde, População e Nutrição da Academia para Desenvolvimento da Educação, com sede em Washington. Ela fornece ajuda técnica e administrativa a programas internacionais de saúde materna e infantil. Trabalhou na Etiópia nos últimos seis anos com o Projeto da USAID para o Melhoramento da Higiene em seus programas comunitários que visam melhorar as condições sanitárias e de higiene, e em outros programas de atendimento e apoio a pacientes HIV positivo relacionados.

Mudança de mentalidade para evitar o casamento infantil no Iêmen

Por Dalia Al-Eryani e Laurel Lundstrom

O casamento infantil é uma das maiores ameaças para as meninas do Iêmen. Esta prática frequentemente impede que elas estudem e busquem seus sonhos. Pode ser devastadora em termos físicos, psicológicos, econômicos e sociais. Organizações locais trabalham para melhorar as perspectivas de meninas como Arwa (nome fictício) ao assegurar que elas continuem solteiras e frequentando a escola.

Ela fala o que sente, como é comum numa menina de 8 anos. "Quero ser médica", diz Arwa, revelando a falta de um dente de leite em seu sorriso. Mas o futuro não pertence a ela.

"Quero trabalhar com as pessoas doentes", insiste ela baixinho. "Não quero me casar de jeito nenhum. Quero continuar com minha mãe." Apesar de seus sonhos, Arwa já sabe que os desejos de seu avô provavelmente ditarão seu futuro.

E o avô tem planos diferentes. Ele já acertou o casamento de Arwa com seu primo. Como a maioria das crianças casadas, ela não continuará estudando. Será tirada de sua mãe, forçada a sair da escola e a abandonar quaisquer aspirações de uma carreira na área médica.

"O maior problema que as mulheres do Iêmen enfrentam hoje são os casamentos infantis", diz Wafa Ahmad Ali, da União de Mulheres do Iêmen (YWU), uma das diversas organizações não governamentais (ONGs) locais que tentam mudar as perspectivas de meninas como Arwa, ao assegurar que continuem solteiras e frequentando a escola até os 18 anos, no mínimo. A YWU tem conversado com o avô de Arwa, na esperança de que ele permita que ela viva seus sonhos. A YWU ajudou a evitar o casamento de 79 crianças entre 2009 e 2010 por meio de uma iniciativa chamada projeto "Idade Segura para o Casamento".

A YWU trabalha com o Projeto de Extensão da Prestação de Serviços, que dedica sua atenção na saúde reprodutiva e no planejamento familiar, e com o Projeto de Serviços Básicos de Saúde para transformar as opiniões de líderes religiosos, líderes comunitários e famílias a fim de que valorizem mais a educação das meninas do que o casamento precoce. Não é uma tarefa fácil. A YWU encontra resistência dos membros da comunidade, que acham que a organização está "interferindo em normas e tradições locais", diz Wafa Ali. A pobreza e as opiniões conservadoras sobre o papel da mulher também são problemas.

Os coordenadores da YWU supervisionam uma equipe de 40 educadores comunitários voluntários, 20 homens e 20 mulheres, concentrados nos distritos de Al

Estudantes do Iêmen em um protesto em Sanaa com cartazes denunciando o casamento infantil, uma prática ainda comum no Iêmen

Sawd e Al Soodah, na província de Amran, onde 59% das famílias casam suas filhas antes de completarem 18 anos. A capital da província, Amran, é um centro comercial antigo, localizado a cerca de 50 quilômetros ao norte da capital do Iêmen, Sanaa. Somente 1% das mulheres da província de Amran frequentou a escola, segundo uma avaliação de referência realizada pelo projeto Idade Segura para o Casamento.

Os voluntários aumentam a conscientização sobre as consequências sociais e para a saúde do casamento infantil por meio de discussões, exibição de filmes, peças de teatro, concursos de redação, leitura de poesias, debates e aulas de alfabetização. Uma das principais lições trata da idade saudável para engravidar e o intervalo entre uma gravidez e outra. As mensagens sobre planejamento familiar são adaptadas às comunidades islâmicas e incentivam as meninas a não engravidarem pela primeira vez até que tenham pelo menos 18 anos.

Safia, uma das educadoras comunitárias da YWU, ouve muitas histórias sobre as consequências do casamento infantil e da gravidez precoce. "Minha filha de 16 anos foi amaldiçoada", diz uma mulher numa das sessões de Safia. Ela acrescenta que por mais que tenha tentado, sua filha nunca conseguiu trazer uma nova vida ao mundo. "Os bebês sempre morrem", diz ela. "Mas minha filha de 20 anos não foi amaldiçoada. Ela tem bebês saudáveis". Safia explicou à mulher que, como sua filha havia se casado cedo, ela e seus bebês corriam um risco maior de morte. A reação da mãe: "Então minha filha não foi amaldiçoada!"

Ao adiar o casamento, o projeto busca diminuir a mortalidade de mães, recém-nascidos e bebês e os problemas associados, como a fístula obstétrica, deformidades infantis, doenças mentais, depressão e violência doméstica. Entre as organizações do país que têm objetivos semelhantes está a Rede pelo Casamento Sem Riscos, um grupo de cinco ONGs locais financiados pela Iniciativa de Parceria com o Oriente Médio. Cada ONG aborda o casamento infantil a partir

Girls at school in Yemen's Amran Governorate learn about the negative consequences of child marriage.

Cooperation of men in the community is essential. Here Sheikh Yahya Ahmed Abdulrahman Al-Naggar engages other Yemeni religious leaders and men as he sensitizes them to the importance of reproductive health and family planning.

de um ângulo diferente: algumas concentram-se em campanhas de conscientização popular, realização de oficinas ou campanhas de mídia; outras fazem estudos para determinar a prevalência e os efeitos do casamento precoce sobre meninas e suas famílias; e outras defendem a mudança ao envolver tomadores de decisões, como parlamentares e líderes religiosos. O trabalho em rede permite que os grupos tenham contato com outras organizações semelhantes em todo o Iêmen, de organizações internacionais a grupos comunitários e fundações islâmicas, que trabalham para acabar com o casamento infantil. Ao compartilhar experiências bem-sucedidas, os membros da rede aumentam sua eficácia.

"Fístula!", grita uma menina respondendo a uma pergunta sobre os riscos à saúde do casamento precoce. A menina, que usa um lenço branco, fala com confiança para o público, descrevendo como essa lesão, causada por complicações durante o parto, pode arruinar a vida de uma mulher. Meninas cujos corpos não estão totalmente desenvolvidos estão particularmente suscetíveis a sofrerem de fístula obstétrica durante o parto. Os educadores comunitários explicam esses riscos para sensibilizar as meninas e suas famílias sobre a importância do casamento numa idade segura.

Depois de assistir a uma dessas sessões, Ali, outro membro da comunidade, deixou de defender o casamento infantil e passou a ser um forte defensor do adiamento do casamento. De fato, quando ele conheceu um pai cuja filha, aos 13 anos, estava prestes a se casar, argumentou tão veementemente para que o casamento fosse cancelado que convenceu o pai a romper o noivado – e pagou ao pai parte do dote já sacrificado para o futuro noivo. Não houve casamento, e a filha está de volta à escola.

O projeto Idade Segura para o Casamento alcançou quase 41 mil pessoas, e o número de casamentos de meninas de 10 a 17 anos diminuiu nos dois distritos. Em Al Soodah, a comunidade está tentando aprovar uma lei local que dispõe sobre uma "idade segura para o casamento".

A intervenção está sendo difundida para dois distritos vizinhos, e há planos de expandi-lo nacionalmente no futuro.

Ali diz que a YWU expandirá a intervenção para mais sete a oito províncias. "Parte do plano estratégico da YWU é defender a causa perante as autoridades locais e tomadores de decisão e pedir que eles tomem medidas para garantir que as meninas se casem numa idade segura", diz ele.

Dalia Al-Eryani é coordenadora do projeto Idade Segura para o Casamento do Iêmen, que educa comunidades sobre os riscos do casamento precoce. Bolsista da Fulbright, ela trabalha com o Projeto de Serviços Básicos de Saúde do Iêmen.

Laurel Lundstrom atuou como assessora de comunicação do Projeto de Extensão da Prestação de Serviços, programa da USAID que promove a saúde reprodutiva e o planejamento familiar. Ela escreve para as Nações Unidas, para a revista Global Health e para a Organização Mundial da Saúde, e coproduziu um curto documentário sobre a saúde de mães e de recém-nascidos no Iêmen.

BIBLIOGRAFIA

RECURSOS ADICIONAIS

Livros, publicações, periódicos e sites sobre questões globais das mulheres

POBREZA

Fundação Kashf
A Fundação Kashf fornece microempréstimos para mulheres no Paquistão.
www.kashf.org

Quisumbing, Agnes R., et al. "Are Women Over-Represented Among the Poor? An Analysis of Poverty in Ten Developing Countries." *Journal of Development Economics*, vol. 66, nº 1 (agosto de 2001): p. 225–269.

Women Thrive Worldwide
A Women Thrive Worldwide é uma organização sem fins lucrativos que defende políticas que promovem oportunidades econômicas para mulheres que vivem na pobreza.
www.womenthrive.org

EDUCAÇÃO

Bahia Street, igualdade por meio da educação
A Bahia Street é uma organização não governamental que trabalha para romper o ciclo de pobreza e violência fornecendo educação de qualidade para meninas e jovens mulheres pobres de Salvador, no Brasil
http://www.bahiastreet.org/

Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio 2011
http://www.un.org/millenniumgoals/11_MDG%20Report_EN.pdf

Tostan Jokko Initiative
A Tostan é uma organização não governamental cuja missão é capacitar comunidades africanas para a geração de desenvolvimento sustentável e transformação social positiva com base no respeito pelos direitos humanos. A Tostan fornece educação para adultos e adolescentes que não têm acesso à educação formal.
http://www.tostan.org/web/page/824/sectionid/547/pagelevel/2/interior.asp

SAÚDE

AVERT
A Avert é uma instituição beneficente internacional sediada no Reino Unido que trabalha na prevenção do HIV e da Aids no mundo todo, por meio de educação, tratamento e cuidados.
www.avert.org

mothers2mothers
A mothers2mothers é uma ONG que ajuda a prevenir a transmissão do HIV de mãe para filho.
www.m2m.org

Relatório mundial sobre a epidemia de Aids 2010 do UNAIDS
Com base nos dados mais recentes de 182 países, este livro de referência global fornece uma análise abrangente da epidemia de Aids e a resposta a ela.
http://www.unaids.org/globalreport/global_report.htm

UNAIDS Strategy Goals by 2015 (Metas estratégicas do UNAIDS até 2015)
Site do UNAIDS que foca na prevenção da transmissão de mãe para filho do HIV.
http://www.unaids.org/en/strategygoalsby2015/verticaltransmissionandmaternalmortality/

Plano de Emergência do Presidente dos EUA para Combate à Aids (Pepfar)
O Pepfar é uma iniciativa do governo dos EUA que ajuda a salvar vidas de pessoas com HIV/Aids no mundo todo. www.pepfar.gov

World Health Statistics 2011 (Estatísticas de saúde mundiais de 2011) da OMS
http://www.who.int/whosis/whostat/2011/en/index.html

Organização Mundial da Saúde. Towards Universal Access: Scaling Up Priority HIV/AIDS Interventions in the Health Sector. Genebra, Suíça: Organização Mundial da Saúde, 2010.
http://www.who.int/hiv/pub/2010progressreport/en/

VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

Baker, Nancy V., et al. "Family Killing Fields: Honor Rationales in the Murder of Women." Violence Against Women, vol. 5, nº 2 (fevereiro de 1999): p. 164–184.

Garcia-Moreno, Claudia, et al. WHO Multi-Country Study on Women's Health and Domestic Violence against Women. Genebra, Suíça: Organização Mundial da Saúde, 2005.

Heise, Lori, et al. "Ending Violence Against Women." Population Reports, série L, nº 11. Baltimore, MD: Johns Hopkins University School of Public Health, 1999.

Krug, Etienne, et al. World Report on Violence and Health. Genebra, Suíça: Organização Mundial da Saúde, 2002.
http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/

Tjaden, Patricia, et al. Full Report of the Prevalence, Incidence, and Consequences of Violence Against Women. Washington, DC: National Institute of Justice and the Centers for Disease Control and Prevention, 2000.

Assembleia Geral da ONU. Declaration on the Elimination of Violence Against Women (Resolution document A/REX/48/104). Nova York, NY: Nações Unidas, 1993.

Watts, Charlotte, et al. "Violence Against Women: Global Scope and Magnitude." The Lancet, vol. 359, nº 9313 (6 de abril de 2002): p. 1232–1237.
http://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(02)08221-1/abstract

Associação de Mídia das Mulheres de Kivu do Sul (Afem)
Blog da Associação de Mídia das Mulheres de Kivu do Sul (Afem-SK), da República Democrática do Congo, uma organização sem fins lucrativos que defende os direitos das mulheres
www.englishafemsk.blogspot.com

CONFLITO ARMADO

Cockburn, Cynthia, "The Continuum of Violence: A Gender Perspective on War and Peace" em Sites of Violence: Gender and Conflict Zones. Berkeley, CA: University of California Press, 2004.

United Nations Peacekeeping/Women in Peacekeeping (Operações de manutenção da paz da ONU/Mulheres na manutenção da paz)
A ONU tem dado cada vez mais participação às mulheres em suas forças de manutenção da paz.
www.un.org/en/peacekeeping/issues/womeninpk.shtml

Women for Women International
A Women for Women International dá esperança a mulheres sobreviventes de guerras e conflitos e ajuda-as a lutar pela autossuficiência por meio de programas de ajuda direta, educação sobre direitos, treinamento de habilidades profissionais e desenvolvimento de pequenas empresas.
www.womenforwomen.org

ECONOMIA

The 100 Most Powerful Women (As 100 mulheres mais poderosas), Forbes.
http://www.forbes.com/wealth/power-women

Council of Women World Leaders, Aspen Institute (Conselho de mulheres líderes mundiais, Instituto Aspen)
O Conselho é uma rede de ex-presidentes mulheres, primeiras-ministras e ministras.
http://www.aspeninstitute.org/policy-work/women-world-leaders

Fortune/U.S. State Department Global Mentoring Partnership (revista Fortune/Parceria de Aconselhamento de Mulheres do Departamento de Estado dos EUA)
A revista Fortune em conjunto com a Parceria de Aconselhamento de Mulheres do Departamento de Estado dos EUA conecta líderes talentosas de todo o mundo com membros da lista das mais poderosas líderes mulheres da revista Fortune.
http://exchanges.state.gov/citizens/professionals/fortunepartnership.html

The Global Gender Gap Report 2010 (Relatório global sobre desigualdade de gênero 2010) do Fórum Econômico Mundial
https://members.weforum.org/en/Communities/Women%20Leaders%20and%20Gender%20Parity/GenderGapNetwork/index.htm

IInternational Labour Organization (ILO) Gender Equality Between Men and Women (Relatório sobre igualdade de gênero entre homens e mulheres da OIT, Organização Internacional do Trabalho)
A Organização Internacional do Trabalho promove igualdade entre todos os homens e mulheres no mundo do trabalho.
http://www.ilo.org/public/english/gender.htm

onlinewomeninpolitics.org
O site onlinewomeninpolitics.org explora modos criativos de organizar uma rede de mulheres do Pacífico Asiático envolvidas em política, governo, to de decisões e lideranças transformadoras.
www.onlinewomeninpolitics.org

PODER E TOMADA DE DECISÕES

Soroptimist International White Paper Women at Work (Livro branco "Mulheres no trabalho" da Soroptimist International), 2010
http://www.soroptimist.org/whitepapers/WhitePaperDocs/WPWomenatWork.pdf

Aconselhamento da Vital Voices
A Vital Voices Global Partnership é uma organização não governamental que identifica, treina e capacita líderes e empreendedoras sociais no mundo todo.
http://www.vitalvoices.org/node/124

Women in National Parliaments (Mulheres em Parlamentos Nacionais)
A International Parliamentary Union (União I nternacional de Parlamentares) monitora o número de mulheres em cargos políticos.
http://www.ipu.org/wmn-e/world.htm

Women's Leadership: The Next Hundred Years (Liderança das mulheres: os próximos 100 anos)
Women's Leadership: The Next Hundred Years ié uma iniciativa do Programa de Visitantes de Lideranças Internacionais (IVLP) do Bureau de Assuntos Educacionais e Culturais do Departamento de Estado dos EUA. Ela celebra as conquistas históricas das mulheres e fornece oportunidades para as participantes se reunirem e compartilharem ideias com seus pares dos EUA e entre si.
http://www.iie.org/en/Programs/Womens-Leadership-Next-100-Years

DIREITOS HUMANOS

Bunch, Charlotte and Samantha Frost. "Women's Human Rights: An Introduction." Routledge International Encyclopedia of Women: Global Women's Issues and Knowledge. , NJ: Routledge Press.
http://www.cwgl.rutgers.edu/globalcenter/whr.html

Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (Cedaw)

http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/

Site do UNIFEM sobre a Convenção
Este site oferece uma explicação detalhada sobre a Cedaw.

http://www.unifem.org/cedaw30/about_cedaw/

MÍDIA

Bradley, Patricia. Women and the Press: The Struggle for Equality. Evanston, IL: Northwestern University Press, 2005.

Epstein, Cynthia. "The Women's Movement and the Women's Pages." em Hearth & Home: Images of Women in the Mass Media, (p. 216–221). Nova York: Oxford University Press, 1978.

Gender Links
Esta organização sul-africana trabalha pela igualdade de gênero em três áreas de programas centrais: mídia, governança e justiça entre os gêneros.
http://www.genderlinks.org.za/page/publications

Fundação Internacional de Mulheres na Mídia (IWMF)
A IWMF oferece notícias e treinamento destinados a fortalecer o papel da mulher na mídia mundial.
www.iwmf.org

Projeto global de monitoramento de mídia Who Makes the News?
Who Makes the News? é o maior e mais longo estudo longitudinal sobre gênero na mídia mundial.
http://www.whomakesthenews.org/gmmp-2009-2010.html

Women's Edition do Population Reference Bureau
Editoras de nível sênior, repórteres e produtoras de organizações de mídia influentes em países em desenvolvimento avaliam e informam sobre assuntos urgentes que afetam a saúde e a condição das mulheres.
http://www.prb.org/About/InternationalPrograms/Projects-Programs/InternationalMedia/WomensEdition.aspx

Women's Publishers/Women's Institute for Freedom of the Press
Women's publishers are listed here.
http://www.wifp.org/DWM/publishers.html

MEIO AMBIENTE

Barefoot College
O Barefoot College (Universidade dos Pés Descalços) é uma organização não governamental que tem fornecido serviços básicos e soluções para problemas a comunidades rurais, com o objetivo de torná-las autossuficientes.
http://www.barefootcollege.org/

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO)
Esta é a página inicial da FAO.
www.fao.org

Johnsson-Latham, Gerd. A Study on Gender Equality as a Prerequisite for Sustainable Development. Estocolmo, Suécia: Ministério do Meio Ambiente, Suécia, 2007.
http://www.genderandenvironment.org/archangel2/documentos/447.pdf

Neumayer, Eric e Plümper, Thomas. "The Gendered Nature of Natural Disasters: The Impact of Catastrophic Events on the Gender Gap in Life Expectancy, 1981–2002." Londres, Inglaterra: London School of Economics, 2007.
http://www.gdnonline.org/resources/SSRN_Neumayer_Plumper_GenderedNature_NaturalDisasters.pdf

A VIDA DE MENINAS

Basic Education and Gender Equality (Educação básica e igualdade de gênero) da UNICEF
http://www.unicef.org/girlseducation/index_access.html

Child Protection from Violence, Exploitation and Abuse (Proteção da criança contra violência, exploração e abuso) da UNICEF
http://www.unicef.org/protection/index_earlymarriage.html

The State of the World's Children Report (Relatório sobre o estado das crianças no mundo) da UNICEF
http://www.unicef.org/publications/index.html

GERAL

U.N. Fourth World Conference on Women, Beijing, 1995 (Quarta Conferência Mundial sobre Mulheres da ONU, Pequim, 1995)
http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/pdf/BDPfA%20E.pdf

Beijing Declaration and Platform for Action (1995) (Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, 1995)
The home page of the landmark conference includes many resources.
http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/fwcwn.html

U.N. Population Fund: State of the World's Population, 2010 (Fundo de População da ONU: Estado da população mundial, 2010)
http://www.unfpa.org/swp/

U.N. Women (ONU Mulheres)
A ONU Mulheres é a entidade das Nações Unidas que luta pela igualdade de gêneros e a capacitação das mulheres.
http://www.unwomen.org/

Departamento de Estado dos EUA — Escritório para Questões Globais da Mulher
Os links a seguir são da página inicial e do Facebook do Escritório para Questões Globais da Mulher:
http://www.facebook.com/dos.sgwi
http://www.state.gov/s/gwi/

USAID: Gender Equality & Women's Empowerment (USAID: Igualdade de gêneros e capacitação das mulheres)
A USAID promove a igualdade de gêneros e capacitação das mulheres no mundo todo.
http://www.usaid.gov/our_work/cross-cutting_programs/wid/

CREDITS:

All photographs are credited © AP Images with exception of the following:

Page 6: U.S. Department of State. 15: The World Bank/Curt Carnemark. 16: Courtesy of Roshaneh Zafar. 17-19: Courtesy of Kashf Foundation. 21: © Gilvan Barreto/Oxfam. 22-23: Photographs by Lacey Kohlmoos. 24-25: UN Photo/Eskinder Debebe. 26: The World Bank/Shehzad Noorani. 27: USAID/Ben Barber (top left), PRNewsFoto/Motorola, Inc., Aynsley Floyd (bottom). 28: USAID/Zahur Ramji (top). 30-33: Courtesy of Bahia Street. 35-37: Courtesy of Tostan Jokko. 38-39: The World Bank/Curt Carnemark. 40: USAID/Project HOPE. 43: USAID/ADRA, Salohi/Jules Bosco. 44: U.S. Department of State. 46: USAID/Tanya Habjouga. 49-50: Gideon Mendel/Corbis for UNICEF. 52-53: Michael Kamber/*The New York Times*/Redux. 57: © AP Images/*Arizona Daily Star*, James Gregg. 58: Courtesy of Vital Voices Global Partnership. 59: Courtesy of AFEM South Kivu. 60: Courtesy of Vital Voices Global Partnership, Photograph by Chris Wright. 61: Courtesy of AFEM South Kivu. 63-65: Courtesy of ADVN, Photographs by Wang Tao. 72: Andrew H. Walker/Getty Images. 73: Courtesy of Women for Women International. 77: Issouf Sanogo/AFP/Getty Images. 78: UN Photo/Eric Kanalstein. 80-81: The World Bank/Yuri Mechitov. 82: USAID/Richard Nyberg. 83: The World Bank/Anvar Ilyasov. 84: USAID/Jacqueline Ahouansou. 86: Courtesy of Lubna Olayan. 91: Courtesy of Vital Voices Global Partnership, Photograph by Sharon Farmer (both). 92: Courtesy of Vital Voices Global Partnership, Photograph by Elliot Woods. 93: Courtesy of Vital Voices Global Partnership, Photograph by Aaron Kisner. 99: USAID/Maureen Taft-Morales. 102: Claudio Santana/AFP/Getty Images. 103: Simon Uribe/AFP/Getty Images. 112: USAID/Nepal, James Ellis. 113: UN Photo/Eskinder Debebe. 114: OSCE/Oleksandr Vodyannikov. 119: OAS/Juan Manuel Herrera. 128: © Somaly Mam Foundation. 129: Courtesy of Free The Slaves. 130: EyesWideOpen/Getty Images (top), Courtesy of Free The Slaves (bottom). 133 (bottom) -135: Courtesy of UNIFEM. 138: Courtesy of IWMF, Photograph by Vince Bucci. 140: Romeo Gacad/AFP/Getty Images. 141: USAID/Ben Barber. 144: Fred R. Conrad/*The New York Times*/Redux. 147-149: Courtesy of Women's Edition. 152: USAID/Alain Mukeba. 155: Courtesy of Barefoot College. 156-158: Photographs by Alexey Milovanov. 161-162: Courtesy of Anu Saxena. 163: Courtesy of Barefoot College. 170: Rui M. Leal/Getty Images. 171-173: Courtesy of KMG Ethiopia. 176-177: Courtesy of Dalia Al-Eryani.

Coordinator: Dawn L. McCall
Executive Editor: Nicholas S. Namba
Director of Publications: Michael Jay Friedman
Editorial Director: Mary Chunko
Managing Editors: Lea Terhune and Megan Wong
Design Director: Min-Chih Yao
Photo Research: Ann Monroe Jacobs

"However different we may appear, there is far more that unites us than divides us. We share a common future, and we are here to find common ground so that we may help bring new dignity and respect to women and girls all over the world."

Hillary Rodham Clinton
4th U.N. World Conference on Women
Beijing, China, September 1995

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA
BUREAU DE PROGRAMAS DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS